

# Mídia, informação e meio ambiente



Simão Farias Almeida  
Angela Maria Silva  
**Organizadores**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR

**REITOR**

Jefferson Fernandes do Nascimento

**VICE-REITOR**

Américo Alves de Lyra Júnior

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E  
PÓS-GRADUAÇÃO - PRPPG**  
Fabiana Granja

**GRUPO DE PESQUISA MÍDIA,  
CONHECIMENTO E MEIO  
AMBIENTE: OLHARES DA AMA-  
ZÔNIA (CNPQ/UFRR)**

**Comissão técnico-científica do e-book:**

Simão Farias Almeida

Zélia Monteiro Bora

Angela Maria Moreira Silva

Marcilene Feio Lima

Shiridoill Batalha de Souza

**EDITORA DA UFRR**

**Diretor da EDUFRR**

Cezário Paulino B. de Queiroz

**CONSELHO EDITORIAL**

Alexander Sibajev

Edlauva Oliveira dos Santos

Cássio Sanguini Sérgio

Guido Nunes Lopes

Gustavo Vargas Cohen

Lourival Novais Néto

Luis Felipe Paes de Almeida

Madalena V. M. do C. Borges

Marisa Barbosa Araújo

Rileuda de Sena Rebouças

Silvana Túlio Fortes

Teresa Cristina E. dos Anjos

Wagner da Silva Dias



Editora da Universidade Federal de Roraima  
Campus do Paricarana - Av. Cap. Ene Garcez, 2413,  
Aeroporto - CEP.: 69.310-000. Boa Vista - RR - Brasil  
e-mail: [editora@ufr.br](mailto:editora@ufr.br) / [editoraufrr@gmail.com](mailto:editoraufrr@gmail.com)  
Fone: + 55 95 3621 3111

A Editora da UFRR é filiada à:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

## **Mídia, informação e meio ambiente**

*Simão Farias Almeida*  
*Angela Maria Silva*  
**Organizadores**



EDUFRR  
Boa Vista - RR  
2016

Copyright © 2016  
Editora da Universidade Federal de Roraima

Todos os direitos reservados ao autor, na forma da Lei.  
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Projeto gráfico e Diagramação**

Adriana Freitas de Carvalho

**Edição final**

Simão Farias Almeida

**Capa**

Adriana Freitas de Carvalho

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

M672

Mídia, informação e meio ambiente / Organização de Simão Farias Almeida e Angela Maria Silva. -- Boa Vista, 2016.  
165p.

ISBN 978-85-8288-109-5

1 - Jornalismo ambiental. 2 - Divulgação científica. 3 - Marketing ambiental. 4- Cinema ambiental. 5- Amazônia. I - Título. II - Almeida, Simão Farias (organizador). III - Silva, Angela Maria (organizadora).

CDU 070:502. 3

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é  
de exclusiva responsabilidade dos autores

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	6
<b>A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA ENQUANTO RESPONSABILIDADE ÉTICA E AMBIENTAL</b> Angela Maria Moreira Silva Marcos José Salgado Vital.....	8
<b>BIOMAS DESCONSIDERADOS PELA POLÍTICA PÚBLICA E PELO JORNALISMO PÚBLICO: aproximações entre Amazônia e Pampa</b> Eliege Maria Fante Cláudia Herte de Moraes Ilza Maria Tourinho Girardi.....	26
<b>A MUDIATIZAÇÃO DO GREENPEACE: ponderações sobre a intensificação da lógica midiática</b> Augusta Gern Eloisa Beling Loose.....	62
<b>OS ANIMAIS, NOSSOS AMIGOS: apontamentos sobre a relação entre homens e animais não humanos no programa de televisão nordeste</b> <i>Viver e preservar</i> Eutalita Bezerra da Silva.....	93
<b>ECO-HORROR OU ECOANIMAL: problemática de gênero fílmico em <i>Os pássaros de Alfred Hitchcock</i></b> Simão Farias Almeida.....	124
<b>MEMÓRIA, NATUREZA E PROBLEMÁTICA DE GÊNERO FÍLMICO EM <i>OBLIVION</i></b> Simão Farias Almeida (UFRR) Adriana Freitas de Carvalho.....	139

## APRESENTAÇÃO

O grupo de pesquisa **Mídia, conhecimento e meio ambiente: olhares da Amazônia** (CNPq/UFRR) foi criado em 2015 com o propósito de reunir áreas disciplinares e interdisciplinares engajadas com a preservação ambiental e contra as tentativas e as práticas veladas e declaradas de sua destruição. Este e-book legitima esse compromisso reunindo artigos e ensaios sobre divulgação científica, jornalismo, marketing e cinema, todos trabalhos científicos que tomam pra si a importância de informar para preservar.

O leitor tem em mãos debates acerca da manutenção de arquivo bibliográfico para a conservação da Amazônia, do tratamento jornalístico sobre os biomas desta região e dos Pampas, do trabalho engajado do Greenpace ao utilizar o marketing midiático em favor da natureza, da representação dos animais na televisão e da problemática ambiental nos gêneros filmicos. Assim, o presente e-book soma-se ao esforço cada vez mais ampliado, nesta década, da produção de livros e de anais de congressos, nacionais e internacionais. Todo este repertório acadêmico e científico tem a ciência do papel de alertar as sociedades, os países e o planeta sobre os riscos dos discursos e fatos contra o meio ambiente, mostrando que os maiores prejudicados, além dos animais, vegetais, florestas e minerais, somos nós.

Agradecemos aos autores pela participação com os textos que compõem os capítulos do livro, e também aos membros das comissões técnica e científica ao avaliar e selecionar os artigos e ensaios. Agradecemos

ainda à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação pela divulgação dos editais e à direção da Editora da Universidade Federal de Roraima por hospedar o e-book em sua home page.

Boa leitura!

Prof. Dr. Simão Farias Almeida  
Líder do grupo de pesquisa  
Presidente da Comissão Científica  
pesquisamcmb@ufr.br pesquisamcmb@hotmail.com

# A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA ENQUANTO RESPONSABILIDADE ÉTICA E AMBIENTAL

Angela Maria Moreira Silva<sup>1</sup>

Marcos José Salgado Vital<sup>2</sup>

## 1 INTRODUÇÃO

A ciência é um elemento central na arena de discussões em torno da questão ambiental, que fornece conhecimento para municiar o poder público e a sociedade na tomada de decisões voltadas ao desenvolvimento sustentável. Contudo, a comunicação entre os cientistas, as instituições e grupos sociais é prejudicada devido à linguagem hermética praticada nos espaços acadêmicos e científicos. Neste cenário, a divulgação científica se apresenta como mediadora entre a ciência e a sociedade, democratizando o conhecimento científico, a partir de uma linguagem acessível, e promovendo seu deslocamento do campo científico para o campo das políticas.

O presente ensaio faz uma revisão teórica sobre divulgação científica e discute seus fundamentos enquanto responsabilidade ética e ambiental. O estudo é um recorte da pesquisa de doutorado intitulada Conhecimento científico e sustentabilidade da Amazônia: análise da produção do PRONAT sob a ótica da divulgação científica, que se encontra em andamento.

---

<sup>1</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais (PRONAT) da UFRR, angelsenhora@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutor em Ciências, Coordenador do Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais (PRONAT) da UFRR, marcos.vital@pq.cnpq.br.

## 2 SOBRE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

A divulgação científica (DC) é a prática de mediar o conhecimento científico gerado pelas universidades e instituições de pesquisa para o público em geral, utilizando uma linguagem simples e acessível.

Bueno (2010), um dos autores mais citados quando o assunto é conceito de divulgação científica, afirma que DC é a utilização de recursos, técnicas, processos e produtos para veiculação de informações científicas e tecnológicas, ou associadas à inovação, direcionada para o público leigo.

Segundo José Reis, considerado o *pai* da divulgação científica no Brasil, DC é a veiculação em termos simples da ciência como processo, dos princípios nela estabelecidos, das metodologias que emprega. Inicialmente, limitou-se a contar ao público os encantos e os aspectos interessantes e revolucionários da ciência, depois passou a refletir também a intensidade dos problemas sociais implícitos nessa atividade (REIS, 2002).

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) contribui para discussão e diz que o termo divulgação científica também é conhecido como popularização ou vulgarização da ciência. O Conselho valoriza os trabalhos de popularização tanto quanto valoriza os investimentos na pesquisa científica. Além de financiar museus, exposições, feiras e publicações, em 2002, criou o Prêmio José Reis de Divulgação Científica para premiar indivíduos e instituições que desenvolvem trabalhos de divulgação científica (CNPQ, 2015).

Por vezes, a divulgação científica é confundida com outras práticas que levam à circulação de informações científicas, cabendo aqui a delimitação dos seus conceitos:

- disseminação científica – a DC se diferencia de divulgação científica principalmente no que diz respeito ao foco. Em disseminação se direcionam esforços para atingir uma comunidade especializada, enquanto que a divulgação é direcionada para o grande público (PINHEIRO; VALÉRIO; SILVA, 2009);

- difusão científica – conforme Albagli (1996), é um termo mais amplo que DC e se define como todo e qualquer processo utilizado para comunicação científica e tecnológica. É orientada tanto para os cientistas como para o público leigo;

- comunicação científica – diz respeito a todo o processo de produção e circulação das informações, incluindo a produção de conhecimento e sua comunicação entre cientistas, a disseminação com suas fases, desde as fontes primárias até a sua reestruturação e recompilação em recursos secundários e terciários, hoje apresentados em formatos impressos e eletrônicos (PINHEIRO; VALÉRIO; SILVA, 2009). Vale destacar que a comunicação científica não tem o público geral como foco.

Autores que fizeram parte do projeto Ciência e Público (MASSARANI; MOREIRA; BRITO, 2002), livro publicado como parte da Série Terra Incógnita da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), apontam que as funções da divulgação científica transcendem seus aspectos científicos e engloba os fatores sociais, educacionais e culturais, pois também caracteriza-se como:

- circulação das ideias e dos resultados de pesquisas como fundamental para avaliar o seu impacto social e cultural, como também para incentivar, por meio do debate

e confronto de ideias, os vínculos e valores culturais que a descoberta, muitas vezes, rompe ou fere (Ennio Candotti);

- difusão da ciência, por ocorrer em espaços não formais de ensino, que deve sempre estar preocupada com a abrangência de sua linguagem, uma vez que ela está dirigida a um público geral (Henrique Barros);

- construção de uma visão realista sobre a ciência, como as questões de riscos e incertezas, ou o funcionamento real da ciência com suas controvérsias e sua profunda inserção no meio cultural e socioeconômico (Ildeu Moreira e Luisa Massarani);

- promoção do despertar das vocações científicas nas novas gerações, visando atenuar as expectativas de déficit de cientistas, tecnólogos e administradores de complexos tecnológicos (Gilson Silva, Maurício Arouca e Vanessa Guimarães);

- promoção do aumento da visibilidade do conhecimento científico que oferecerá meios da sociedade atuar de forma mais ativa na condução das políticas públicas, democratizando o conhecimento. Afinal, boa parte dos recursos destinados à pesquisa é financiada por meio de impostos (Wagner de Oliveira).

No que tange aos canais e veículos, a divulgação científica utiliza vários meios para levar ao público o conhecimento científico gerado nas academias. Para Bueno (2010), a DC não é restrita aos meios de comunicação de massa, mas inclui, ainda, livros, palestras, exposições, teatro e até literatura. Albagli (1996) aponta, conquanto, que a mídia, associada ao jornalismo científico, é o veículo mais tradicional da divulgação científica.

Divulgar as pesquisas científicas ao público exige o cuidado com a linguagem adequada, visto que a linguagem científica é hermética e aplicada à comunicação entre os pares. Os autores estudados apontam a necessidade da tradução de uma linguagem especializada para uma leiga, simples, com vistas a atingir um público mais amplo (ALBAGLI, 1996; BUENO, 2010; PINHEIRO; VALÉRIO; SILVA, 2009). Por outro lado, Sarita Albagli esclarece que os divulgadores não podem ser meros tradutores de linguagem, pois esses devem, também, facilitar a compreensão da sociedade sobre os impactos sociais da Ciência & Tecnologia (C&T).

A linguagem acessível contribui, inclusive, para que cientistas tomem conhecimento sobre outras áreas. Phillip Jr. et al (2013), por exemplo, afirmam que na construção de pesquisas interdisciplinares nas Ciências Ambientais, deve-se sair do conforto inerente a cada disciplina e ter maior diálogo com as outras áreas, utilizando uma linguagem comum construída a partir dos participantes de uma determinada pesquisa ou projeto.

### 3 DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, RESPONSABILIDADE ÉTICA E AMBIENTAL

O debate em torno da divulgação científica está intimamente ligado às discussões sobre a democratização do conhecimento científico. Para Stallbaum (2005), essa democratização é uma etapa fundamental ao processo de conquista da cidadania, pois pessoas com conhecimento podem compreender melhor as decisões públicas.

A contribuição de Albagli (1996) vai mais além e destaca que ao discutir a divulgação científica como fator

de democratização, deve-se levar em consideração o que ela chama de papel cívico da DC, que se caracteriza como:

- desenvolvimento de uma opinião pública sobre os impactos do desenvolvimento científico frente à sociedade;
- informação para ampliação da consciência do cidadão a respeito de questões sociais, econômicas e ambientais;
- mobilização popular na qualidade de fomento à participação da sociedade na formulação de políticas públicas;
- transmissão de informação científica que possa instrumentalizar os atores sociais a intervir melhor.

Diante deste cenário, corrobora-se com o pensamento de Stallbaum (2005) quando esta diz que a divulgação científica é importante tanto para a sociedade quanto para as próprias instituições de ensino superior e de pesquisa. Pois, diante da sua potencial característica mobilizadora, a DC pode permitir a avaliação das pesquisas por parte da sociedade e possibilitar uma efetiva aplicação dos resultados alcançados.

Mas tal realidade só será possível com a mudança de mentalidade dos cientistas, que atualmente se concentram somente na disseminação das pesquisas entre os especialistas da área. Candotti (2002) afirma que a divulgação das pesquisas para o público leigo deveria ser vista como parte das responsabilidades dos pesquisadores, assim como estes se dedicam à publicação de suas pesquisas em revistas especializadas. Até porque, parte do conhecimento utilizado pelas pesquisas é retirada da própria sociedade.

Morin (2005, 2007) chamou a nutrição do conhecimento científico pela sociedade de princípio da recursividade organizacional, um dos princípios do Paradigma da

Complexidade, que postula ser fundamental a discussão do movimento circular e retroativo do conhecimento científico. No caso, a ciência alimenta o ambiente, a sociedade-natureza, com novos conhecimentos e de forma recursiva se alimenta com mais conhecimento advindo desse ambiente e da própria ciência. Este princípio também fornece subsídios para que as universidades e institutos de pesquisas direcionem suas decisões práticas e investigativas com base nos saberes da sociedade e nas suas demandas informacionais.

Mas para ter consciência do princípio da recursividade organizacional, os cientistas precisarão realizar um exercício de autorreflexão do fazer científico, que se enquadra em outro princípio da Complexidade discutido por Morin (2005), a reintrodução do sujeito em todo conhecimento. Este preconiza que é preciso devolver o papel ativo ao investigador, fazendo-o se afastar do objetivismo cego, despertando a sua responsabilidade perante a sociedade e os indivíduos. Colocando em xeque a neutralidade científica que levou a ciência à criação de armas potencialmente destruidoras do planeta e à crise ambiental.

Edgar Morin acrescenta que o pesquisador deve se fazer as seguintes indagações: para que produzir conhecimento científico e a quem serve esse conhecimento? Por que esse conhecimento científico não está dando conta de resolver os problemas atuais que a própria ciência criou? Enquanto sujeito desse fazer científico, como os valores socioculturais do pesquisador, conscientes ou inconscientes, estão interferindo no seu olhar sobre o objeto? Com esse exercício, o pesquisador vai além da clássica relação observador (sujeito) e observado (objeto)

e se observa também, observa o seu fazer científico, os efeitos e usos do conhecimento a ser gerado, trazendo para si uma responsabilidade ética (MORIN, 2005).

Para Leff (2001, 2002), o discernimento ético está presente tanto na consciência de que os recursos da natureza não são ilimitados, como na necessidade de superar a visão clássica de conhecimento científico e abri-lo a novas formas de diálogo, como: a) a partir da prática interdisciplinar - diálogo entre os saberes das mais diversas ciências, biológicas, físicas e sociais, em um esforço integrador para lidar com a complexidade ambiental; b) a partir da construção de um saber ambiental - diálogo entre o conhecimento científico, o conhecimento prático e os saberes tradicionais.

No âmbito do presente estudo, interessa especialmente a perspectiva do saber ambiental. Na sua construção, é fundamental não limitar-se à apropriação dos saberes da sociedade, mas que também haja um retorno para esta. Adalberto Val (2010) defende, por exemplo, que o desenvolvimento socioeconômico na Amazônia requer uma relação de mão dupla na socialização do conhecimento. É necessário estar receptivo e apropriar-se das demandas informacionais da sociedade e da ciência e, simultaneamente, devolver novas informações e novas perspectivas à sociedade.

Segundo Leff (2010), pela primeira vez, a crise ecológica atual não é devido a uma mudança natural, até porque mudanças catastróficas da natureza ocorreram em vários momentos da evolução geológica do planeta. A crise ecológica atual é uma crise do conhecimento, da ciência e da razão tecnológica que levou à homogeneização e à dominação da natureza a partir das exigências de um

mercado. Conforme Morin (2005), a própria ciência criou os problemas ambientais pelos quais a Terra passa.

Consequentemente, devido à sua histórica experiência com a pesquisa disciplinar e desprovida de responsabilidade para com seus objetos científicos, a academia tem dificuldade em lidar com as características integradoras e multidisciplinares do objeto ambiental. O que a deixa em posição desconfortável diante da configuração da arena de discussões em torno das questões ambientais, pois, como adverte Philippi Jr. et. al (2013), a problemática ambiental surge como realidade social, política e institucional, que impulsiona e é impulsionada pela pesquisa científica, pelo contexto internacional, pelas instituições supranacionais, pelos movimentos sociais e ambientalistas. Diante do exposto, pode-se inferir que a ciência não interessa somente aos cientistas como bem afirma Thurler (2011).

Floriani et al. (2011) ressaltam que a ampliação do debate para os espaços públicos acerca dos significados do conhecimento científico e o papel das universidades para o desenvolvimento social, podem, inclusive, ajudar a diminuir as barreiras internas das universidades e outras instituições de pesquisa que geram esse conhecimento, visto que estas nem sempre recebem bem as críticas sobre os usos sociais da ciência.

Divulgar a produção e a atuação das universidades e institutos de pesquisas ao grande público é uma forma de contribuir para o processo circular e recursivo do conhecimento científico, enquanto parte relacionada ao todo ambiental. As pesquisas geram mais conhecimento e também são geradas por esse todo, através das influências e informações do ambiente e da sociedade. Se a sociedade contribui para a nutrição da ciência, nada

mais natural que esta retribua e divulgue suas pesquisas de forma acessível ao grande público.

Neste sentido, Enrique Leff (2010) assevera que o saber ambiental deve ser entendido na perspectiva de tomada de consciência em conjunto com a ação. Somente a junção das duas concepções configuraria a práxis que leva ao ativismo em prol do planeta.

É possível afirmar que a divulgação científica é uma aliada potencial na construção da práxis ambiental. Para tanto, é importante seguir as orientações de Candotti (2002) quando este defende que o divulgador também faça as suas autorreflexões, que ele também fomente em si uma responsabilidade ética, respondendo perguntas como: que ciência pretende-se divulgar? Aquela que tem como compromisso a função utilitária, ou uma reflexão do mundo natural e tem como compromisso encontrar uma das inúmeras interpretações da natureza?

#### 4 DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA A PARTIR DE PESQUISAS SOBRE A AMAZÔNIA

Discutir aspectos socioambientais no espaço/tempo de atuação das universidades e institutos de pesquisa da Região Norte é problematizar a Amazônia enquanto dimensão teórica. Para tanto, a região deve ser abordada na sua perspectiva conceitual para que seja possível a discussão acerca das suas complexidades, pois o debate sobre a maior floresta brasileira não se restringe aos seus aspectos ambientais, mas socioambientais. A partir dessa concepção, será possível desenvolver pesquisas científicas que deem

conta dessas características complexas, da sua diversidade, da importância dos seus saberes locais e científicos e dos desafios em torno da relação homem/natureza.

A Amazônia legal, composta pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, parte do Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, abriga metade das espécies conhecidas de plantas tropicais, uma variedade de peixes e a maior bacia hidrográfica do planeta. Sua extensão ocupa 60% (sessenta por extensão) do território nacional e possui cerca de 25 (vinte e cinco) milhões de habitantes (PHILIPPI JR.; SOBRAL, 2012).

Ainda que alguns autores (LEFF, 2001; PHILIPPI JR, 2013) defendam que a problemática ambiental é um amplo espectro que vai desde problemas locais, como a poluição de rios até as condições insalubres e de miséria das cidades, Becker (2010) alerta que na Amazônia ainda predomina a visão de que essa problemática deve ser tratada somente no campo ambiental, limitada à preservação dos recursos naturais, como é o caso de alguns projetos governamentais aplicados à região e realizados com apoio de cooperações internacionais.

A região amazônica não é constituída somente de santuários de bichos e plantas, nela residem comunidades indígenas, ribeirinhos, quilombolas, migrantes do Brasil e do mundo. Diante de toda essa riqueza natural e cultural, é preciso incentivar um tipo de desenvolvimento da Amazônia que permita compatibilizar geração de renda e inclusão social com a manutenção da floresta em pé (VAL, 2010).

A diversidade cultural produz e se retroalimenta do ambiente de forma infindável. A região dispõe não somente de áreas de florestas, mas também de extensas

áreas de lavrado, como o caso do Estado de Roraima, que gerou costumes alimentares e de moradia totalmente diferenciados das áreas florestais.

No que diz respeito ao desenvolvimento científico amazônico, entretanto, as dificuldades ainda são básicas quando comparadas ao das outras regiões brasileiras. Sua produtividade em C&T é baixa e tem um diminuto número de cursos de Pós-Graduação de nível de doutorado, situação agravada pela ausência de políticas eficientes para a fixação de doutores e as deficiências em todos os níveis de ensino (VAL, 2012).

Embora as afirmações acima de Adalberto Val se limitem à disseminação científica, mais adiante o autor comenta sobre a comunicação para além do campo científico, quando discute que Amazônia tem índices de desenvolvimento humano muito baixos, sendo os problemas de geração de renda e inclusão social uma das maiores pressões sobre a conservação da Amazônia. Val (2012) lamenta que a maior fonte de conflitos na região é a dicotomia entre sustentar a floresta em pé e manter o mercado de commodities, principalmente de gado e soja. Neste sentido, é fundamental que além da produção de informações que permitam a exploração de produtos e de desenvolvimento tecnológico, haja a socialização da informação junto à sociedade e ao setor privado, em um processo de mão dupla, reconhecendo as demandas e levando a informação.

Conforme Becker (2009), a partir da década de 90, aprofundou-se a atuação dos movimentos de pressão no cenário amazônico no embate dos conflitos socioambientais. Fortalece-se a participação das populações ditas tradicionais,

os governos estatais e a cooperação internacional, que se somaram aos atores antes dominantes. No interior dessa estrutura social, é fato a importância das Organizações Não Governamentais (ONG) para a construção dos movimentos sociais em torno da questão ambiental.

Neste cenário, sustenta Becker (2009), a organização da sociedade civil se caracteriza com base na conscientização e aprendizado político, no despertar da região para conquistas da cidadania e na organização das demandas em projetos alternativos com alianças e parceiros, principalmente internacionais. Outra característica é a autonomia dos movimentos sociais e ambientais, proporcionada pela comunicação, que se ampliou a partir da conectividade. A superação do isolamento com o resto do país e com o exterior possibilitou aos atores uma articulação maior com os parceiros externos e o acesso mais eficiente às informações de todos os níveis. Diante disso, esta configuração socioambiental, somada ao novo valor atribuído aos recursos naturais (que a autora chama de mercantilização da natureza), aumenta a demanda pelo uso científico e tecnológico da natureza.

Vê-se pelas afirmações de Bertha Becker que a Amazônia demanda tanto ações de disseminação científica, voltada para os especialistas, como de divulgação científica que podem contribuir para o ativismo ambiental. No trabalho *Divulgação e Jornalismo Científico em Saúde e Meio Ambiente na Amazônia* (GUIMARÃES et. al., 2014), elaborado com a participação de vários autores, é possível identificar que a Amazônia dispõe de experiências em jornalismo científico, educação científica e ambiental, além da produção de livros e cartilhas voltados para a popularização de informações científicas.

Como a presente pesquisa está em andamento, ainda não foi possível identificar ações de divulgação científica voltadas para articulação política e social dos atores diante das questões ambientais, ou, como afirma Albagli (1996), para instrumentalizar os atores sociais a intervir melhor e para a mobilização popular com vistas à participação na formulação de políticas públicas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ciência está no centro das discussões acerca da problemática ambiental e do desenvolvimento sustentável. De um lado porque o próprio conhecimento científico gerou parte dos problemas ambientais e, por outro lado, porque a sustentabilidade depende do conhecimento gerado pela investigação científica para se materializar.

O debate em torno das questões ambientais é plural, pois, além dos gestores públicos, há a participação de corporações, grupos sociais e ambientais. A opinião do público é determinante tanto como forma de pressão para o delineamento de políticas ambientais, como para reverter políticas antiecológicas. Nesta perspectiva, a importância da divulgação científica se agiganta, pois esta tem todas as condições de levar à sociedade as informações científicas necessárias à tomada de decisões que garantam a sustentabilidade da vida no Planeta Terra.

## REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S. Divulgação científica: informação para a cidadania. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 396-404, set./dez. 1996. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/download/465/424>>. Acesso: 10 fev. 2016.

BECKER. B. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 168 p.

\_\_\_\_\_. Ciência, tecnologia e inovação. **Parcerias estratégicas**, Brasília, v. 15, n. 31, ed. esp., part. 2, p. 15-33, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.cgee.org.br/parcerias/parcerias.php>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

BUENO, W. C. Divulgação científica e comunicação científica: aproximações e rupturas conceituais. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. esp., p. 1-12, mai./ago. 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/6585>>. Acesso: 20 jan. 2016.

CANDOTI, E. Ciência na educação popular. In: MASSARANI, L.; MOREIRA, I. C.; BRITO, F. (Org.) **Ciência e público**: caminhos da divulgação científica no Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Ciência-UFRJ, 2002. p. 15-23. Disponível em: <[http://www.casadaciencia.ufrj.br/Publicacoes/terraincognita/cienciaepublico/artigos/art01\\_cienciaaeducacao.pdf](http://www.casadaciencia.ufrj.br/Publicacoes/terraincognita/cienciaepublico/artigos/art01_cienciaaeducacao.pdf)>. Acesso: 13 jun. 2015.

CNPQ. **Por que popularizar?** Site oficial do CNPQ. Disponível em: <<http://cnpq.br/popularizacao-da-ciencia>>. Acesso em: 10 maio 2015.

FLORIANI, D. et al. Construção interdisciplinar do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR. In: PHILIPPI JR., A.; SILVA NETO, A. J. (Ed.). **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação**. Barueri: Manole, 2011. p.342-378.

GUIMARÃES, M. C. S. et. al. **Divulgação e jornalismo científico em saúde e meio ambiente na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2014. 186 p. Disponível em: <http://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/10018/2/divulgacaojornalismo.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2016;

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 240 p.

\_\_\_\_\_. Pensar a complexidade ambiental. In: LEFF, E (Coord.). **A complexidade ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 15-64.

\_\_\_\_\_. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001. 494p.

MASSARANI, L.; MOREIRA, I. C.; BRITO, F. (Org.). **Ciência e público**: caminhos da divulgação científica no Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Ciência-UFRJ, 2002. Disponível em: <[http://www.casadaciencia.ufrj.br/Publicacoes/terraincognita/ciencia\\_e\\_publico/artigos/art01\\_cienciaeducacao.pdf](http://www.casadaciencia.ufrj.br/Publicacoes/terraincognita/ciencia_e_publico/artigos/art01_cienciaeducacao.pdf)>. Acesso: 13 jun. 2015.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 350 p. Disponível em: <<http://ruipaz.pro.br/textos/cienciacomconsciencia.pdf>> Acesso em: 02 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao pensamento complexo**. 3. ed. Porto Alegre: Salina, 2007. 120 p.

PHILIPPI JR., A. et. al. Desenvolvimento sustentável, interdisciplinaridade e ciências ambientais. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 10, n. 21, p. 509-533, out. 2013. Disponível em: <<http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/423>>. Acesso em: 01 jun. 2015.

PINHEIRO, L. V. R.; VALÉRIO, P. M.; SILVA, M. S. Marcos históricos e políticos da divulgação científica no Brasil. In: BRAGA, G. M; PINHEIRO, L. V. R. **Desafios do impresso ao digital**: questões contemporâneas de informação e conhecimento. Brasília : IBICT : UNESCO, 2009. p. 257-287. Disponível em :<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001850/185086por.pdf>. Acesso: 28 fev. 2016.

REIS, J. PONTO de vista: José Reis. In: MASSARANI, L.; MOREIRA, I. C.; BRITO, F. (Org.) **Ciência e público**: caminhos da divulgação científica no Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Ciência-UFRJ, 2002. p. 227-228. Disponível em: <[http://www.casadaciencia.ufrj.br/publicacoes/terraincognita/cienciaepublico/artigos/art01\\_cienciaaeducacao.pdf](http://www.casadaciencia.ufrj.br/publicacoes/terraincognita/cienciaepublico/artigos/art01_cienciaaeducacao.pdf)>. Acesso: 13 jun. 2015.

STALLBAUM, I. **Divulgação da produção científica: uma proposta de sistematização das sinopses de teses e dissertações usando a abordagem jornalística**. 2005. 253 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-graduação em Engenharia da Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

THURLER, D. A ciência não é só dos cientistas. In: PORTO, C. M.; BROTAS, A. M. P.; BORTOLIERO, S. T (Orgs.). **Diálogos entre ciência e educação científica: leituras contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 225-232.

VAL, A. L. Amazônia. In: PHILIPPI JR., A.; SOBRAL, M. C. M. **Contribuições da pós-graduação brasileira para o desenvolvimento sustentável: Capes na Rio+20.** Brasília:CAPES, 2012. 194 p. Disponível em: <<http://capes.gov.br/images/stories/download/diversos/CapesRio20-Livro-Portugues.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Amazônia: cinco propostas para o próximo milênio. **Parcerias estratégicas**, Brasília, v. 15, n. 31, ed. esp., part. 2, p. 97-103, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.cgee.org.br/parcerias/parcerias.php>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

# **BIOMAS DESCONSIDERADOS PELA POLÍTICA PÚBLICA E PELO JORNALISMO PÚBLICO: aproximações entre Amazônia e Pampa**

Eliege Maria Fante<sup>1</sup>  
Cláudia Herte de Moraes<sup>2</sup>  
Ilza Maria Tourinho Girardi<sup>3</sup>

## **1 INTRODUÇÃO**

A Amazônia é o bioma brasileiro que ocupa o centro do debate sobre proteção ambiental. Não sem razão: 1,8% da vegetação florestal ou 60 mil km<sup>2</sup> foram convertidos, entre 2010 e 2012, em agricultura (68%), pastagem plantada (28%) e silvicultura (4%). Contudo, além desses dados, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>4</sup> informa que apenas nesses dois anos foi a vegetação não florestal, a campestre, que teve a maior perda de área: 7,8%. Esta vegetação também conhecida como “pastagem

---

<sup>1</sup> Jornalista, doutoranda em Comunicação e Informação pelo PPGCOM/UFRGS, integrante do Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental CNPq/UFRGS. Email: [eliege\\_f@yahoo.com.br](mailto:eliege_f@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Jornalista, Doutora em Comunicação e Informação pelo PPGCOM/UFRGS, integrante do Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental CNPq/UFRGS, professora do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria - Campus Frederico Westphalen. Email: [chmoraes@gmail.com](mailto:chmoraes@gmail.com)

<sup>3</sup> Jornalista, Doutora em Ciências da Comunicação pela ECA/USP e professora no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação no PPGCOM/UFRGS; líder do Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental CNPq/UFRGS. Email: [ilza.girardi@ufrgs.br](mailto:ilza.girardi@ufrgs.br)

<sup>4</sup> Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-09/brasil-perde-18-de-suas-florestas-em-dois-anos-diz-IBGE>> Acesso em: nov. 2015.

natural”<sup>5</sup> distribui-se, principalmente, nos biomas Cerrado, Caatinga e Pampa. Essa perda preocupa especialmente porque estamos vivendo tempos de mudança climática, o que dá à conservação um novo sentido e papel.

Para verificar se o Jornalismo Público considera a biodiversidade brasileira ao abordar uma política pública, analisamos 23 notícias veiculadas no site da Empresa Brasileira de Comunicação<sup>6</sup> (EBC) sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Além do Jornalismo Ambiental, utilizamos o referencial teórico do Jornalismo Público. O período selecionado foi o de sua implantação, em maio de 2014, até o período de sua prorrogação, maio de 2015.

O governo federal divulgou que a implantação do CAR objetiva iniciar o processo de recuperação ambiental de áreas degradadas, formar um banco de dados para o controle, monitoramento e combate ao desmatamento das florestas e da vegetação nativa do Brasil e, ainda, embasar o planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais. O CAR foi estabelecido, entre outros, pelo Decreto nº 8.235 publicado no Diário Oficial da União em 5 de maio de 2014, que regulamenta as normas para os programas de regularização fundiária. Esta publicação cumpre determinação da Lei 12.651/2012, de Proteção da Vegetação Nativa (antigo Código Florestal).

---

<sup>5</sup> Encontramos áreas de campos nos biomas florestais, são os conhecidos campos da Mata Atlântica (por exemplo do Planalto Médio do RS e os Campos de Cima da Serra) e em plena Amazônia, como no Amazonas.

<sup>6</sup> A Empresa Brasil de Comunicação, conforme o divulgado, foi criada em 2007 para fortalecer o sistema público de comunicação. É gestora dos canais TV Brasil, TV Brasil Internacional, Agência Brasil, Radioagência Nacional e do sistema público de Rádio composto por oito emissoras. Estes, por sua independência editorial, distinguem-se dos canais estatais ou governamentais, conteúdos são diferenciados e complementares aos canais privados. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/sobre-a-ebc/a-empresa>> Acesso em: set. 2015.

O CAR é um documento declaratório e obrigatório para todos os imóveis rurais, sejam eles públicos ou privados, bem como de áreas de povos e comunidades tradicionais que façam uso coletivo do território. As informações incluem a delimitação das áreas de proteção, reserva legal, área rural consolidada e áreas de interesse social e de utilidade pública. A adesão obrigatória a esta política pública foi enfatizada em todas as notícias que analisamos, sendo o principal argumento o de que o não preenchimento até maio de 2017 impedirá o acesso às políticas públicas de crédito rural, linhas de financiamento e isenção de impostos para insumos e equipamentos.

O preenchimento deve ser feito pelos 4,3 milhões de pequenos proprietários rurais (até quatro módulos fiscais) e 807,5 mil médios e grandes produtores, segundo censo do IBGE de 2006. E, ainda, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), são 55 milhões de hectares distribuídos em 7.500 assentamentos e 160 territórios quilombolas em todo o país. O Ministério do Meio Ambiente informou<sup>7</sup> também que 90% dos 5,6 milhões de imóveis rurais a serem registrados no CAR são pequenas propriedades e que ocupam cerca de um quinto das terras do Brasil. A concentração de terras e a injustiça socioambiental se evidenciam também por esses números.

As notícias divulgadas pela EBC anunciaram mais uma etapa do desenvolvimentismo brasileiro,

---

<sup>7</sup>BRANCO, Mariana. Imagens de satélite vão ajudar no monitoramento de propriedades rurais no país. **EBC Agência Brasil**, 5 mai. 2014. Meio ambiente. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2014/05/imagens-de-satelite-vao-ajudar-no-monitoramento-de-propriedades-rurais-no>> Acesso em: out. 2015.

denominado neoextrativismo<sup>8</sup> por Gudynas (2009). Especificamente ao meio rural do país identificamos esta etapa no formato delimitado de agropecuária exaltado pelo governo como o único possível: predomínio de commodities para a exportação.

Será este formato de agropecuária a atividade rural mais afeita às distintas características dos biomas brasileiros, sendo a Amazônia florestal e o Pampa campestre? Será esta a vocação da natureza brasileira e a vocação natural das comunidades regionais? Pois, a pecuária bovina com pastagem plantada está presente em 58,88%<sup>9</sup> do solo desflorestado do bioma amazônico. Já as pastagens naturais dos campos do bioma Pampa, no Rio Grande do Sul (RS), têm sido convertidas em agricultura, principalmente soja, eucalipto e pinus, apesar de a pecuária propiciar a conservação da biodiversidade campestre deste Estado já que os campos constituem fonte de alimento aos animais.

Para o grupo de pesquisa científica Rede Campos Sulinos<sup>10</sup>: “[...] não parece lógico que no Brasil se desmate

---

<sup>8</sup> Algumas características: serve a uma inserção internacional subordinada à globalização comercial e financeira; reproduz regras e funcionamentos dos processos produtivos voltados à competitividade, eficiência, maximização da renda e externalidade dos impactos; o estado capta uma maior proporção do excedente gerado pelos setores extrativos e parte desses recursos financia programas sociais; o extrativismo é tido como imprescindível para combater a pobreza e promover o desenvolvimento.

<sup>9</sup> Resultante da soma das seguintes categorias: pasto limpo (45,97%); pasto sujo (6,72%); regeneração com pasto (6,18%); pasto com solo exposto (0,01%). Disponível em: <[http://www.inpe.br/cra/projetos\\_pesquisas/TerraClass\\_2012\\_26nov2014.pdf](http://www.inpe.br/cra/projetos_pesquisas/TerraClass_2012_26nov2014.pdf)> Acesso em: set. 2015

<sup>10</sup> Reúne mais de 30 grupos de pesquisa no Brasil, focados na geração, organização e difusão de conhecimento sobre os Campos Sulinos. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/redecampoossulinos/?page\\_id=845](http://www.ufrgs.br/redecampoossulinos/?page_id=845)> Acesso em: set. 2015.

floresta na Amazônia para lá ampliar as áreas de pecuária, baseada em pastagens plantadas, e se eliminem milhares de hectares de campos nativos no Sul do Brasil para produzir grãos para exportação ou plantar árvores exóticas” (PILLAR; LANGE; 2015; p. 128).

Como cabe ao Jornalismo pôr em questão na esfera pública este contrassenso, nos referimos também ao Jornalismo Público. O Jornalismo Ambiental, ancorado no paradigma da complexidade, embasa a nossa reflexão sobre um jornalismo que reconheça as vocações dos territórios a partir da sua biodiversidade e visibilize as diversas alternativas econômicas coerentes ao propósito da conservação e da sustentabilidade ambiental e social.

## 2 JORNALISMO PÚBLICO DA EBC E JORNALISMO AMBIENTAL

Entendemos Jornalismo Público como aquele praticado pela EBC, a Empresa Brasileira de Comunicação. Trata-se de um vetor da Comunicação Pública<sup>11</sup>, que se refere aos processos de comunicação oriundos tanto da sociedade civil, quanto de órgãos públicos e privados, e do terceiro setor. O diferencial está no foco desta comunicação que é atuar com transparência em direção ao interesse público. Brandão (2009a, p. 6) compreende a Comunicação Pública como “um processo comunicativo das instâncias da sociedade que trabalham com a informação voltada para cidadania”.

---

<sup>11</sup> O modelo de comunicação pública está previsto na Constituição Federal de 1988, que tem como princípios o interesse do cidadão, a diversidade regional e a pluralidade de opiniões (BRASIL, 1988).

A Comunicação Pública é entendida também como comunicação estatal (do Estado); da sociedade civil organizada em defesa do coletivo; de instituições e órgãos governamentais (também chamada de comunicação institucional); e pela comunicação política (de partidos e eleitoral). Assim, conforme Brandão (2009b), a Comunicação Pública está ligada a diferentes áreas: comunicação organizacional, comunicação científica, comunicação do Estado e/ou governamental, comunicação política e comunicação da sociedade civil organizada.

A Comunicação Pública “diz respeito a um processo comunicativo que se instaura entre o Estado, o governo e a sociedade com o objetivo de informar para a construção da cidadania” (BRANDÃO, 2009a, p. 10). Afirma que esta comunicação é “[...] um instrumento de construção da agenda pública [...]” e serve para “[...] provoca (r) o debate público”. (BRANDÃO, 2009a, p. 6)

No âmbito do governo federal, houve uma definição do que seja a comunicação pública, publicado no Diário Oficial, da seguinte forma:

[...] ação de comunicação que se realiza por meio da articulação de diferentes ferramentas capazes de criar, integrar, interagir e fomentar conteúdos de comunicação destinados a garantir o exercício da cidadania, o acesso aos serviços e informações de interesse público, a transparência das políticas públicas e a prestação de contas do Poder Executivo Federal. (Diário Oficial da União, 07 jun. 2001).

Diante destas definições, nosso artigo traz uma análise das notícias sobre o CAR publicadas no site da EBC. Entendemos, desta maneira, como definido no Diário

Oficial, tratar-se de uma veiculação para ampliar o acesso a informações de interesse público e da cidadania.

Assim, concordamos com Duarte (2009) que afirma ser a Comunicação Pública uma expressão que não se relaciona a profissões, estruturas ou a um conjunto de conhecimentos, mas a “uma postura de perceber a comunicação como instrumento de interesse coletivo para fortalecimento da cidadania” (DUARTE, 2009, p. 60).

A criação da EBC trouxe a ideia de ser um serviço de comunicação para a cidadania e não do governo ou da sua instituição. Com isso, vemos emergir também o termo Jornalismo Público que, nos Estados Unidos, é utilizado por empresas cuja prática prioriza “a cidadania como valor notícia, o debate social como sua implicação e o encaminhamento à deliberação e soluções como uma forma de concretização da responsabilidade social da mídia” (PÉRSIGO, 2015, p. 17).

A ideia do interesse público, por sua vez, é considerada um dos pilares fundamentais do jornalismo, visto que este se insere na sociedade com um papel de difusão das ideias que estão envolvidas no debate das questões públicas. Desta forma, o debate sobre o ambiente, entendido como um bem público, é naturalmente objeto deste interesse coletivo.

O debate público sobre temas de interesse coletivo, conforme Matos (2009), deve se dar na esfera pública entre Estado, Governo e Sociedade”, tratando-se portanto de um processo que exige negociações através da comunicação que, ao final, pode legitimar uma decisão democrática (BRANDÃO apud MATOS in DUARTE, 2009, p. 49).

O Jornalismo Ambiental, neste lugar de cultura democrática e cidadã, pode ser considerado um vetor na

busca deste entendimento do serviço público do jornalismo. Assim, para compreendermos as notícias publicadas pela EBC, faremos uso da noção de que o Jornalismo Ambiental entende a pauta e a informação de forma complexa, agregando ao debate um aprofundamento que, assim, pode abranger todos os aspectos relacionados ao tema divulgado, além dos princípios ambientais, as questões socioculturais e econômicas.

A abordagem pelo Jornalismo Ambiental, portanto, encontra-se associada ao *ethos* da Comunicação Pública no âmbito do Jornalismo Público, para compormos, desta forma, uma análise que visa a colaboração para a cidadania desde o poder público, e não apenas dependente do jornalismo de referência. Zamin (2014) define jornalismo de referência a partir dos seguintes atributos: contrato de informação (credibilidade, seriedade, etc.); forma (diagramação sóbria, apelo cosmopolita, etc.); instâncias de produção (jornalistas, espaço público, etc.); lócus de observação (política, economia, etc.); natureza da audiência (meios de comunicação, líder de opinião, etc.).

Nessa perspectiva, o Jornalismo Ambiental “[...] pressupõe uma prática que, partindo do tema ecológico, englobe na sua ação os vários matizes nos quais este tema se desdobra, suas diversas tematizações possíveis, nas quais o jornalismo *fala das* e *deixa falar* as diferentes vozes” (grifo no original) (GIRARDI et al, 2012, p. 147). Ele contribui com a construção da cidadania planetária na medida em que proporciona ao leitor os elementos necessários, com análises profundas, para que este possa se situar no mundo e tomar as melhores decisões para usufruir de um bem viver.

De acordo com Bacchetta (2000, p. 18): “o Jornalismo Ambiental considera os efeitos da atividade humana,

desde a ciência e a tecnologia em particular, sobre o planeta e a humanidade”<sup>12</sup>. O autor também destaca a importância do trabalho jornalístico que proporciona aos leitores análises de temas complexos elucidando suas implicações sociais, políticas, culturais e éticas. Esta especialidade tem por natureza a vocação de prestar um serviço de interesse público. Além disso, em acordo com Camana (2015, p. 13), o Jornalismo Ambiental quer articular uma metamorfose na nossa sociedade, “descolonizando e democratizando os saberes”.

O olhar proposto pelo Jornalismo Ambiental convida os jornalistas a terem uma prática que atenda ao interesse público e conectada com todas as editorias que precisam ampliar suas análises para dar visibilidade as suas interações com a questão ambiental. Assim a economia, por exemplo, não pode ser analisada isoladamente, com o único objetivo de gerar lucro imediato, pois este lucro pode representar grandes impactos socioambientais, prejuízos ao ambiente, à saúde, à sociedade, enfim para toda a biodiversidade.

### 3 NORTE E SUL DO BRASIL: BIODIVERSIDADE EM CONTRASTE

Segundo o IBGE (2004), bioma é “[...] um conjunto de vida (vegetal e animal) constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação contíguos e identificáveis em escala regional, com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, o que resulta em uma diversidade biológica própria”. No Brasil, são

---

<sup>12</sup> Tradução livre das autoras: “El periodismo ambiental considera los efectos de la actividad humana, desde la ciencia y la tecnología en particular, sobre el planeta y la humanidad”.

considerados seis biomas: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal. Para desenvolver nossa análise, enfocamos a Amazônia e o Pampa, evidenciando os contrastes entre ambos: o primeiro predominantemente florestal e, o segundo, campestre.

### 3.1 Amazônia

Os dados do Mapa de Biomas do Brasil<sup>13</sup> (IBGE, 2004) revelam que a Amazônia abrange uma área de 4.196.943 km<sup>2</sup> ou 49,29% do território brasileiro, o maior bioma em extensão. São predominantes as “florestas ombrófilas densas e abertas, com árvores de médio e grande porte, com ocorrência de cipós, bromélias e orquídeas”. No Quadro 1, veremos outras características:

#### Quadro 1: Números da Amazônia

- a Amazônia é a maior reserva de diversidade biológica do mundo;
- a bacia amazônica ocupa 2/5 da América do Sul e 5% da superfície terrestre;
- a área da bacia amazônica é de aproximadamente 6,5 milhões de km<sup>2</sup>, abriga a maior rede hidrográfica do planeta, que escoar cerca de 1/5 do volume de água doce do mundo;
- cinco Estados se encontram no bioma amazônico: Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Roraima, grande parte de Rondônia (98,8%), mais da metade de Mato Grosso (54%), além de parte de Maranhão (34%) e Tocantins (9%).

Fonte: IBGE (2004).

A política do desenvolvimentismo ou neoextrativismo se evidencia no bioma através da exploração dos bens

<sup>13</sup> Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/21052004biomashtml.shtm>> Acesso em: set. 2015.

naturais e coletivos desde grandes corporações nacionais e multinacionais (como a Vale e a Alcoa que extraem minérios) até pequenos, médios e grandes extrativistas e produtores locais e/ou migrantes, sendo muitos desses provenientes do Sul do País. As ondas do mercado criadas em grandes centros urbanos reverberam alterando a paisagem e desterritorializando as comunidades regionais, principalmente as indígenas. É na região Norte, que se encontra a maior população indígena (342,8 mil) ao passo que no Sul, onde o desenvolvimento foi mais intenso, a diversidade étnica autóctone é menor (78,8 mil<sup>14</sup>). Menor diversidade étnica, cultural, significa padronização do conhecimento, dos usos, dos costumes, e redundância na substituição dos diversos modos de ser e coexistir na natureza por um modo hegemônico de viver no meio ambiente urbanizado ou no meio ambiente ruralizado pelos povos colonizadores. É como uma ditadura na qual só um pensamento é permitido para ser mais facilmente controlado pelas tecnologias que estão a serviço do capital e não do bem viver.

Cavalcante (2013, p. 27) afirma que a questão fundiária evidencia mais o colonialismo do Estado brasileiro. Consiste numa forma de ver o espaço indígena como um grande vazio (chamado “demográfico” muitas vezes) a ter implementado o desenvolvimento econômico. Para ele, a “ideologia ruralista” “[...] privilegia a concentração de terras e sua exploração pelo mercado internacional de *commodities*”. (CAVALCANTE, 2013, p. 403)

Esse colonialismo do Estado também atinge outros povos além dos indígenas, conforme a jornalista

---

<sup>14</sup> BRASIL tem quase 900 mil índios de 305 etnias e 274 idiomas. 10 ago. 2012. Disponível em:> Acesso em: set. 2015.

Eliane Brum<sup>15</sup> retratou os ribeirinhos e os beiradeiros. O desenvolvimento econômico não dá opção: é hegemônico, padronizante e simplificador das nossas múltiplas naturezas e culturas. O relato de Brum expressa o descompasso da política pública ante a realidade:

O encontro entre os ribeirinhos e os entrevistadores responsáveis pela coleta de informações rendeu cenas de surrealismo explícito. Era um total desencontro de Brasis, as perguntas do questionário não faziam qualquer sentido para a maioria dos moradores de Montanha e Mangabal. Chico Augusto, por exemplo, é um dos homens mais respeitados da comunidade. Sua fama de benzedeiro corre mais que o rio. Passado dos 80 anos, ele mora sozinho, sua casa a horas de remadas da casa mais próxima. Mas é uma solidão povoada a de Chico Augusto, porque a floresta e o rio e o que neles habitam, visível e invisível, tudo fala com ele.

Então, chegou o entrevistador - ou, como se diz por lá, "aquele povo do Diálogos Tapajós", que é como se apresentam. Qualquer papel já faz seu Chico Augusto passar nervoso. "Humhum", ele manifesta-se. As perguntas para ele eram incompreensíveis. Instado a dar uma resposta, ele teve de se decidir por uma. "O que o senhor e a sua família fazem nas horas vagas?" Seu Chico mandou marcar a opção que dizia: "Ir à cidade ou ao centro da cidade". "Horas vagas" é um conceito inexistente na vida do seu Chico Augusto, na cidade ele foi pela primeira vez aos 78 anos: para fazer sua certidão de nascimento. A jornada mítica já se integrou à memória oral da comunidade.

---

<sup>15</sup>BRUM, Eliane. A não gente que não vive no Tapajós. Jornal El País. 15 set. 2014. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/15/opinion/1410784316\\_802493.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/15/opinion/1410784316_802493.html)> Acesso em: out. 2015.

Outra pergunta: “O que faz com o lixo?” E seu Chico, sem saber o que diabos estão lhe perguntando, manda tascar: “Jogado em terreno baldio ou praça pública”. Lá no meio do rio, seu Chico dá o que é de comer pros cachorros, o resto aproveita tudo.

O bioma amazônico possui 78,6% preservado<sup>16</sup>. Na Amazônia legal<sup>17</sup>, o desmatamento dá lugar principalmente à pecuária (58,88% da área desflorestada), ao plantio de commodities para exportação como a soja (agricultura, 5,64% do território) e as árvores exóticas (0,42% do território), o chamado “reflorestamento”. Brack defende outros usos para o bioma amazônico mais adequados às suas características a partir de um uso sustentável da biodiversidade permitindo a conservação das espécies. Para ele “temos 200 palmeiras no Brasil, só a macaúba produz quatro toneladas de óleo combustível por hectare enquanto que a soja produz 700 a 800 kg, ou seja, cinco a seis vezes menos” (informação verbal<sup>18</sup>). Entre outras alternativas econômicas citou as plantas com propriedades corantes, cosméticas, inseticidas naturais, madeiras, coberturas, agroflorestas. Conforme o pesquisador<sup>19</sup>, devemos considerar a vocação natural para definirmos o tipo de exploração econômica para além de favorecer a conservação da biodiversidade e

<sup>16</sup> Disponível em: <[http://www.inpe.br/noticias/arquivos/pdf/TerraClass\\_2012.pdf](http://www.inpe.br/noticias/arquivos/pdf/TerraClass_2012.pdf)> Acesso em set. 2015.

<sup>17</sup> Disponível em: <[http://www.inpe.br/cra/projetos\\_pesquisas/TerraClass\\_2012\\_26nov2014.pdf](http://www.inpe.br/cra/projetos_pesquisas/TerraClass_2012_26nov2014.pdf)> Acesso em: set. 2015.

<sup>18</sup> BRACK, Paulo. Palestra “Abordagem sistêmica da crise hídrica”. Porto Alegre: Fundação Gaia e Livraria Cultura, 2015. (Informação verbal).

<sup>19</sup> BRACK, Paulo. Por uma abordagem ecossistêmica da crise hídrica. EcoAgência. 25 ago. 2015. Disponível em: <<http://ecoagencia.com.br/?open=artigo&id===AUWVVeZZFZhJlRaNVTWJVU>> Acesso em: set. 2015.

dos modos regionais de vida, ter uma política pública mais coerente em tempos de mudança climática.

### 3.2 Pampa

O Pampa está presente em 2,07% do território brasileiro e somente no Rio Grande do Sul. Constitui 63% da área do Estado ou 176.496 km<sup>2</sup>. Outros mais de 574 mil km<sup>2</sup> se espriam pelo Uruguai e Argentina. A pecuária extensiva, atividade econômica característica e tradicional do Sul do Brasil, tem ajudado a conservar a biodiversidade já que os campos provêm a fonte de alimento para o gado.

Quando não há excesso de carga animal (sobrepastejo), a flora e a fauna se mantêm em relativa harmonia com os rebanhos, pois assim o pastejo mantém a vegetação campestre. Quando boas práticas de manejo são implementadas, esta atividade econômica torna-se um exemplo de uso sustentável da natureza que deveria ser valorizado e estimulado. (PILLAR; LANGE, 2015, p. 170)

Pillar e Lange (2015, p.170) defendem a implantação de políticas públicas como: “assistência técnica, crédito facilitado, incentivos tributários, diferenciação de produtos no varejo, abertura de novos mercados, pagamento por serviços ambientais, correção de distorções na relação produtor-frigoríficos-comércio varejista”. Afirmam que os pecuaristas necessitam dessa resposta dos governos para resistir às modas do mercado internacional ora com preços altos de grãos ora da celulose que os influenciam a mudar de atividade produtiva causando o desaparecimento da vegetação campestre.

Segundo a Rede Campos Sulinos<sup>20</sup>, os campos “têm elevada biodiversidade, mais de 2.600 espécies de plantas, em sua maioria gramíneas, de baixo e de alto porte, ocorrendo também ervas, arbustos e árvores isoladas”. Pesquisa<sup>21</sup> recente identificou 56 espécies de plantas por metro quadrado nos campos de solos rasos da região da Campanha gaúcha, sendo que a média é de 40 espécies por m<sup>2</sup>. E ainda há as espécies endêmicas e ameaçadas de extinção.

Estes ecossistemas prestam importantes serviços ambientais para a sociedade: melhoram a qualidade do meio ambiente, evitam a erosão e garantem a manutenção do solo, aumentam a infiltração da água da chuva, mantêm espécies polinizadoras, e propiciam belas paisagens e tem grande potencial turístico. [...]. A conservação dos campos [...] é determinante para o esforço de mitigação das mudanças climáticas globais. (Rede Campos Sulinos, 2015)

Não obstante, o Pampa é o bioma que possui menos áreas naturais protegidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), apenas 0,4% do território brasileiro protegido por unidades de conservação. Por isso, está muito longe de cumprir um dos acordos internacionais do qual o Brasil é signatário, a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), que tem como meta até 2020 a proteção de pelo menos 17% de áreas terrestres representativas da heterogeneidade de cada bioma<sup>22</sup>.

<sup>20</sup> Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/redecampossulinos/?page\\_id=845](http://www.ufrgs.br/redecampossulinos/?page_id=845)> Acesso em: set. 2015.

<sup>21</sup> Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/redecampossulinos/wordpress/wp-content/uploads/2015/03/Slide1.jpg>> Acesso em: set. 2015.

<sup>22</sup> Mais: As “Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira”, atualizadas

Outra razão de incentivo para uma política pública consistente de conservação dos campos do Pampa é a crescente perda de habitats provocada pela conversão dos campos em agricultura. Conforme a onda do mercado, a política econômica gaúcha se volta: na primeira década do milênio, com incentivos à silvicultura; nesta segunda, à soja. A política pública que viabiliza a conversão dos campos consiste mais em uma política de um público. Isto ficou evidente quando o Governo do RS protelou a regulamentação do Cadastro Ambiental Rural conforme os interesses de setores representativos do agronegócio gaúcho. Uma minuta de decreto foi criada em 2014 por técnicos dos órgãos ambientais do Estado e pesquisadores dos campos sulinos, mas o documento ficou esquecido<sup>23</sup> até a mudança de governo no início de 2015. Assim, um novo documento foi construído de acordo com os interesses dos setores representativos do agronegócio: definição das áreas de remanescentes de vegetação campestre com atividade pastoril como áreas consolidadas, de modo a liberar o proprietário rural da obrigação de pedir licença para suprimir vegetação nativa além de livrar-se de uma eventual obrigação de recuperar uma área degradada. A necessária autorização para suprimir vegetação nativa é determinada pela Lei 12.651/2012.

---

em 2007, resultaram na identificação de 105 áreas do bioma Pampa, destas, 41 (um total de 34.292 km<sup>2</sup>) foram consideradas de importância biológica extremamente alta. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biomass/pampa>> Acesso em: out.2015.

<sup>23</sup> Denúncia foi feita por técnicos que trabalharam no documento na atividade comemorativa ao Dia do Bioma Pampa, 17 de dezembro de 2014. Disponível em: <<http://www.ecoagencia.com.br/?open=noticias&id=VZISXRFWWNIUspFUT1WNXJFbKVVVB1TP>> Acesso em: set. 2015.

O Decreto Estadual 52.431 regulamentando o CAR foi publicado no Diário Oficial em 23 de junho de 2015, isto é, mais de um ano após a implantação em nível nacional e também do anúncio da prorrogação do prazo para o preenchimento. Nesse período, os setores representativos do agronegócio instruíram os proprietários rurais a não preencher o Cadastro. Foi esse boicote que levou o Rio Grande do Sul a ser classificado pela imprensa<sup>24</sup> em geral como o mais atrasado, porém sem aprofundar as causas. Segundo o coordenador da Rede Campos Sulinos, professor da UFRGS e pesquisador Valério De Patta Pillar<sup>25</sup>, quando o Decreto foi finalmente publicado ficaram evidentes as interpretações equivocadas da Lei 12.651.

Considerando que o uso pastoril para produção pecuária em campos nativos é generalizado e não compromete a conservação da biodiversidade, teria sido muito mais simples e efetivo para a regulamentação do preenchimento do CAR se um decreto estadual apenas deixasse mais clara a orientação aos proprietários rurais de preencherem o CAR declarando as áreas de campo nativo como efetivamente são: remanescentes de vegetação nativa, com toda a proteção que a Lei garante. O uso pastoril não causa supressão da vegetação nativa campestre e é essencial para a conservação da sua biodiversidade. Mesmo que em parte os remanescentes de campos sejam declarados como Reserva Legal, e em parte estejam em Áreas de Preservação Permanente (APP), a Lei Federal 12651 permite o uso sustentável

---

<sup>24</sup> Disponível em: <<http://revistagloborural.globo.com/Noticias/Expointer/noticia/2015/09/na-lanterna-do-car.html>> Acesso em: set. 2015.

<sup>25</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10153491550847764&set=a.10153491551242764.1073741828.587967763&type=1>> Acesso em: out. 2015.

da Reserva Legal e de baixo impacto nas APP's, o que inclui a atividade pastoril para produção pecuária adotando-se boas práticas de manejo. (PILLAR, 2015)

A crítica era dirigida à plataforma exclusiva que o Estado do Rio Grande do Sul adotou para realizar o preenchimento do CAR. A partir de 09 de setembro de 2015, os proprietários de imóveis rurais gaúchos se viram obrigados a seguir as diretrizes do CAR da versão estadual, que possuía três itens e não dois como no resto do país: mata nativa, área antropizada e bioma Pampa. Assim, o ano de 2015 encerrou com o Rio Grande do Sul tendo preenchido 15%<sup>26</sup>. Contudo, baseado nos argumentos deste grupo de pesquisa científica e de técnicos dos órgãos ambientais do Estado, o Ministério Público Estadual ingressou na Justiça cerca de um mês após a publicação do CAR no RS. A resposta à ação civil pública contra o Estado do Rio Grande do Sul que só veio às vésperas do recesso do Judiciário ao final de 2015, tanto reconheceu os equívocos do referido Decreto como fez valer a lei protetiva vigente. Mas, o atraso gaúcho no preenchimento do CAR se manteve devido a um segundo boicote promovido pelo setor do agronegócio.

#### 4 CAR, AGROPECUÁRIA E A PADRONIZAÇÃO DOS BIOMAS NAS NOTÍCIAS DA EBC

A seguir, daremos início à análise das 23 notícias selecionadas como nosso *corpus*, com as palavras-chave “Cadastro Ambiental Rural”. O nosso objetivo é compreender se o Jornalismo Público da EBC considera a biodiversidade brasileira na abordagem dessa política

---

<sup>26</sup> Disponível em: <<http://www.canalrural.com.br/noticias/reportagem-especial/produtores-governo-levam-desafio-car-para-2016-60333>> Acesso em: jan. 2016.

## Quadro 2: Notícias analisadas

3/5/2014	Agência Brasil Regulamentação do Cadastro Ambiental Rural será publicada segunda-feira
5/5/14	Agência Brasil Decreto regulamenta Cadastro Ambiental Rural e cria Programa Mais Ambiente
5/5/14	Agência Brasil Imagens de satélite vão ajudar no monitoramento de propriedades rurais no país
6/5/14	Radioagência Proprietários de terras deverão se inscrever no Cadastro Ambiental Rural
22/5/14	Agência Brasil Ambientalistas apontam falhas no Código Florestal
25/5/14	Agência Brasil Para observatório, implementação do Código Florestal ainda está “engatinhando”
26/5/14	Agência Brasil Dilma: agronegócio terá mais de R\$ 156 bilhões para a próxima safra
6/8/14	Agência Brasil Aécio Neves diz que criará superministério da Agricultura
7/8/14	Agência Brasil Ibama regulamenta perdão de multas por desmatamento ilegal
25/8/14	Agência Brasil Agropecuarista defende mais florestas para combater falta d'água
14/11/14	Agência Brasil Entidades cobram regulamentação de instrumentos econômicos do Código Florestal
20/11/14	Agência Brasil Pará lança sistema de combate ao desmatamento para grilagem de terras
25/11/14	Agência Brasil Empresários renovam pacto para não comprar soja de áreas desflorestadas
26/11/14	Agência Brasil Amazônia tem mais mata em regeneração do que em retirada, diz ministra
1/1/2015	Agência Brasil Leia na íntegra o discurso de Dilma durante cerimônia de posse no Congresso
14/1/15	Agência Brasil Izabella Teixeira elogia modelo fluminense de recuperação da Mata Atlântica
5/2/15	Governo quer acelerar adesão de produtores ao Cadastro Ambiental Rural
13/4/15	Entidades firmam compromisso para acelerar Cadastro Ambiental Rural
30/4/15	Agência Brasil Governo prorroga por mais um ano a inscrição de produtores no CAR
4/5/15	Agência Brasil Meio Ambiente prorroga por um ano prazo para cadastramento rural
5/5/15	Agência Brasil BNDES lança programa para financiar recuperação de biomas como Cerrado e Pampas
20/5/15	Agência Brasil Agricultores cearenses marcham em Fortaleza por melhores condições para o campo
23/5/15	Agência Brasil Implementação do Código Florestal ainda é desafio, dizem ONGs

Fonte: Elaboração das Autoras

pública. A maior parte das notícias foi assinada pela Agência Brasil. Apenas a notícia de 6 de maio de 2014 foi feita pela Radioagência Nacional. No Quadro B, a seguir, apresentamos as notícias selecionadas para a análise.

Utilizamos os métodos da Análise de Conteúdo para organizar os dados e fazer as inferências a partir do material coletado. Como um tipo de análise sistemática, procuramos verificar a “frequência dos dados” que aparecem nas notícias com “dados de referência” sobre os biomas e sua diversidade, foco de nosso estudo. (HERSCOVITZ, 2007, p. 134)

Inicialmente, observamos que não obstante a maior parte das notícias se situasse sob a editoria Meio Ambiente (nove) a ênfase foi econômica. As demais editorias apresentadas foram: Notícias (oito); Política (quatro); Economia (duas).

Os biomas são citados em seis notícias, mas em nenhuma delas em um contexto de distinção, ou seja, de consideração das características próprias de cada um deles. A abordagem em torno da implantação do CAR para a posterior implementação dos mecanismos de mercado previstos no chamado Código Florestal, atual Lei 12.651/2012 de Proteção da Vegetação Nativa, nos mostrou a visão dominante de propriedade rural no Brasil: a política pública que apoia o agronegócio através da agricultura e pecuária de commodities para a exportação. É idêntica do Norte ao Sul do Brasil, da Amazônia (florestal) ao Pampa (campestre). Enquanto o jornalismo da EBC que analisamos desconsidera a biodiversidade ao reportar o CAR, vemos a paisagem do bioma florestal ser convertida em pastagem plantada

conforme mostram os dados da Pesquisa sobre a Produção da Pecuária Municipal (PPM) 2014 do IBGE<sup>27</sup> no Quadro C:

### Quadro 3: Maior expansão da bovinocultura no bioma florestal

- a região Centro-Oeste é a principal produtora, responsável por 33,5% do gado bovino nacional;
- Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e Pará respondem, juntos, por mais da metade do efetivo nacional (54,0%);
- houve maior crescimento do efetivo na região Norte (2,5%), em termos absolutos, houve aumentos no Pará (de 19,2 milhões cabeças para 19,9 milhões), Rondônia (de 12,3 milhões para 12,7 milhões) e Acre (de 2,7 milhões para 2,8 milhões);
- entre os municípios, os maiores efetivos estavam localizados em São Félix do Xingu (PA), com 2,2 milhões de cabeças, Corumbá (MS), com 1,8 milhões, e Ribas do Rio Preto (MS), com 1,1 milhões;
- dentre os 20 municípios com os maiores efetivos, 11 localizam-se no Centro-Oeste, seis no Norte e apenas dois no Sul.

Fonte: (IBGE, 2015).

O quadro exposto evidencia que entre os cinco estados responsáveis por mais da metade do efetivo nacional, dois são amazônicos. Vimos também que o maior incremento no efetivo de cabeças de gado bovino se deu na região Norte do país. Vale contrastarmos que, enquanto seis municípios do Norte estão entre aqueles com os maiores efetivos, apenas dois municípios do Sul encaixam-se nesse rol dos 20 do país.

Em contraste também com o chamado atraso do preenchimento do CAR na região Sul do Brasil, o governo federal<sup>28</sup> exaltou o avanço no preenchimento do CAR no Norte, discurso repetido pela imprensa em geral. Essa é a região onde há maior adesão ao CAR, liderada pelos Estados

<sup>27</sup> Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=3006>> Acesso em: out. 2015.

<sup>28</sup> Disponível em: <<http://www.florestal.gov.br/cadastro-ambiental-rural/numeros-do-cadastro-ambiental-rural>> Acesso em: fev. 2016.

do Pará e Mato Grosso, devido ao acordo firmado com o Ministério Público Federal<sup>29</sup>, chamado “TAC da carne”, com fazendeiros e frigoríficos. O documento deriva de uma ação na Justiça Federal movida em 2009 pelo MPF e Ibama contra pecuaristas por desmatamento ilegal e os frigoríficos que compraram gado proveniente dessas áreas. A partir disso, para poder vender aos frigoríficos, os produtores pecuaristas assumiram o compromisso de ter “[...] seus imóveis rurais incluídos no Cadastro Ambiental Rural, tivessem planos de regularização de áreas degradadas aprovados, fizessem o licenciamento ambiental de suas atividades e respeitassem a legislação trabalhista”.

Por outro lado, o boicote feito no Rio Grande do Sul pelos setores representativos do agronegócio, de certa forma foi contemplado na notícia<sup>30</sup> de 23 de maio de 2015, porém essa compreensão foi possível apenas para os leitores gaúchos familiarizados com o embate. A referida notícia mencionou “alguns desafios” para a implementação do CAR a partir de um estudo divulgado.

Entre os problemas relatados pelos gestores estaduais do CAR está a resistência de alguns setores produtivos e a dificuldade em acelerar o cadastramento, com qualidade, para que outros instrumentos do código também se desenvolvam.

Na mesma notícia, vimos uma crítica aos Estados que adiaram “a edição de critérios dos programas de regu-

<sup>29</sup> Disponível em: <<http://midiaeamazonia.andi.org.br/texto-de-apoio/o-tac-da-carne-no-para>> Acesso em: set. 2015.

<sup>30</sup> Implementação do Código Florestal ainda é desafio, dizem ONGs. EBC. 23 mai. 2015. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/2015/05/implementacao-do-codigo-florestal-ainda-e-desafio-dizem-ongs>> Acesso em: out. 2015.

larização ambiental”. Porém, sem o esperado e necessário aprofundamento nem continuidade em outra data.

Para convencer os produtores a fazer o cadastramento é preciso colocar o total do pacote. Apenas quatro estados instituíram o Programa de Regularização Ambiental [PRA] e só a Bahia fez a regulamentação. Então o proprietário rural não tem clareza das regras às quais ele vai estar sujeito para fazer a regularização. Diferentemente do CAR, que teve um prazo de espera por uma norma federal, o PRA não, ele é dos estados, que precisam tomar a liderança disso e desenvolver suas normatizações.

Na sequência das críticas, o estudo apontou a falta de transparência dos dados do CAR.

“Não é falta de transparência só para a sociedade, é também para os próprios estados, alguns deles não têm base própria, municípios que querem acompanhar e não conseguem. Hoje só o governo federal tem esses dados e os números são apresentados sobre uma base defasada, que é o Censo Agropecuário de 2006. Então, Mato Grosso, que tem na realidade 50% das propriedades com CAR, está aparecendo com 90%. Isso tem que ser corrigido, não é o problema principal, mas sim eles [os dados] não estarem disponíveis,” disse.

As expressões de crítica ao CAR apareceram em um total de seis notícias. Mas, como vemos os exemplos do Quadro D, os argumentos utilizados pelos integrantes do Observatório do Código Florestal buscavam a agilidade do governo na implantação dos mecanismos de mercado, outra política pública além do CAR presente na já referi-

da Lei 12.651/2012. Ou seja, essa crítica convergiu para a padronização da política de exploração da biodiversidade brasileira e financeirização da natureza.

#### Quadro 4: Cobranças ao governo em defesa dos mecanismos de mercado

14/11/14: “Entidades ambientais e da sociedade civil estão buscando a regulamentação do Artigo 41 do Código Florestal Brasileiro, sancionado em 2012, que trata dos instrumentos econômicos para que produtores rurais conservem ou regenerem suas florestas ou ainda busquem a compensação do passivo ambiental das propriedades. [...] por exemplo, que o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) está subvalorizado e seria interessante ligá-lo ao CAR. [...] “Primeiro o CAR e o Programa de Regularização Ambiental, e o coroamento dessas estratégias seria o conjunto de instrumentos econômicos para incentivar e remunerar quem tem ativos florestais, quem respeitou a natureza”, disse.

22/5/14: [...] disse que a regulamentação [do CAR] não trouxe medidas práticas para assegurar uma agricultura sustentável no país. [...] “O dia que o mercado pagar diferenciadamente (aos proprietários legalizados ambientalmente) fará diferença. Hoje, se tem propriedade com 50% de floresta, o mercado paga o mesmo valor de quem tem menos (vegetação florestal)”, afirmou.

Fonte: Elaboração das Autoras

A leitura das notícias também nos permitiu avançar na nossa análise através da criação de três categorias. Elas sintetizam a ênfase da abordagem das notícias que se caracterizou pelos argumentos persuasivos para o preenchimento do CAR bem como a defesa incondicional dessa política pública padronizante e da agropecuária de commodities. Trataremos de cada categoria a seguir, separadamente.

A primeira categoria identificada denominamos “Preocupação com a questão ambiental” e foi a que obteve

menos expressões relacionadas nas notícias. Este resultado, conforme veremos no Quadro E, converge com a constatação já feita de que a maior parte das editoriais foi Meio Ambiente, mas o enfoque predominante foi o econômico.

#### Quadro 5: Categoria Preocupação com a questão ambiental

26/5/14: É um importante instrumento para a regularização ambiental das nossas propriedades rurais. Além de ter mais segurança para produzir, quem faz o registro no CAR pode tomar até 15% a mais de crédito para o custeio da produção.

7/8/14: Para pedir a suspensão das multas, é necessário que o produtor rural tenha as terras registradas no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e tenha aderido ao Programa de Regularização Ambiental (PRA).

25/11/14: O objetivo do governo é que a moratória [da soja] continue até o aperfeiçoamento do monitoramento de desflorestamento por meio do Cadastro Ambiental Rural, instituído pelo novo Código Florestal, que deve ser implantado também até 2016.

Fonte: Elaboração das Autoras

A segunda categoria identificada, denominamos “Gestão das propriedades e segurança jurídica” devido às expressões mais constantes nas notícias. Algumas dessas expressões estão destacadas no Quadro F, a seguir:

## Quadro 6: Categoria Gestão das propriedades e segurança jurídica

3/5/14: “permitirá dar início aos processos de recuperação ambiental rural”

20/11/14: “A grilagem de terras públicas é a principal causa de desmatamento ilegal no Pará e o novo sistema poderá embargar essas áreas e impedir acesso a crédito, licenças e autorizações por órgãos públicos. Essa é a nossa inovação, a aplicação de embargo também em locais sem Cadastro Ambiental Rural.”

5/2/15: “formar a base de dados para o controle, monitoramento e combate ao desmatamento das florestas e demais formas de vegetação nativa do Brasil”

Fonte: Elaboração das Autoras

A terceira categoria identificada, cujas expressões predominaram nas notícias analisadas, denominamos “Desenvolvimento e mecanismos de mercado” e, veremos no Quadro G, a seguir.

## Quadro 7: Categoria Desenvolvimento e mecanismos de mercado

14/1/15: Rio [de Janeiro] tem que consolidar o cadastro ambiental rural e recuperá-lo, a partir de uma visão de usar a floresta para captar carbono e melhor organizar o processo territorial de qualidade. Em sua opinião, a Mata Atlântica deve ser vista como ativo econômico do estado.

13/4/15: [...] acredita que o trabalho vai acabar com a dicotomia entre agroindústria e meio ambiente, criando um mercado tecnológico e de mudas que ainda não existe na escala que será necessária. [...], explicou que o setor aderiu ao projeto para “motivar as outras áreas do agronegócio [a chegar] aos mesmos níveis de sustentabilidade que possui a indústria de árvores”, além de proporcionar o mesmo nível internacional de sustentabilidade para a indústria familiar rural que, segundo ela, vai levar o Brasil a dobrar a área de floresta plantada. Segundo ela, “é fundamental que a pequena indústria familiar rural acompanhe os níveis do grande capital nacional e multinacional no manejo e na sustentabilidade do mesmo sistema. O CAR vai proporcionar isso. O pequeno fomentado tem as empresas atrás com a tecnologia, fornecendo as mudas e o *knowhow*, e podendo usufruir dos serviços ambientais previstos no Código Florestal”.

4/5/15: Para recuperar áreas, os imóveis com déficit de reserva legal têm a opção de recompor a floresta por meio do plantio de mudas ou regeneração natural. [...]. Há também outros instrumentos econômicos como, por exemplo, a opção de compra de cotas de Reserva Ambiental em outras propriedades, desde que atendidas as condições legais. Nesse sistema, na prática, um produtor paga para outro preservar a área de floresta excedente em sua propriedade. [...]. Ela disse que há muita expectativa na regulamentação das cotas, mas seu lançamento só pode ser feito quando houver um balanço de demandas por cotas. E é por isso que o cadastro rural deve ser totalmente realizado. “Onde tenho maior desempenho de cadastro é na Amazônia (região Norte, com 69,26% de áreas cadastradas). Não é no Sudeste (27,36%) e, tampouco, no Sul (13,7%). É irônico, porque quem tem mais demanda de cotas não faz o cadastro”, disse Izabella.

23/5/15: [...] as cotas de reserva ambiental. “Será um título nominativo que vai remunerar aqueles produtores cujos imóveis tenham excedente de reserva e que possam ter uma renda adicional relacionada à emissão dessas cotas. É para valorizar os produtores que tenham ativos e valorizam a floresta em pé”, disse.

Fonte: Elaboração das Autoras

A partir dos resultados de nossa análise, verificamos que as notícias da EBC sobre o CAR não consideraram a biodiversidade do Brasil ao difundir a implantação de uma política pública padronizante e sem destacar as diferenças naturais entre os biomas. Constatamos a mera reprodução dos dizeres das fontes e nenhuma problematização sobre se um único modelo, a agropecuária de commodities para exportação (basicamente soja e carne), seria coerente com as características da biodiversidade amazônica (florestal) e pampiana (campestre).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto investigado para a construção deste artigo nos possibilitou compreender que, no Rio Grande do Sul, a pressão no primeiro ano de implantação do CAR foi para o preenchimento atendendo o anseio de setores representantes do agronegócio, ou seja, registrar os campos nativos conservados pela pecuária não como remanescentes de vegetação nativa, mas como áreas de uso consolidado. Essa estratégia facilita a conversão em monoculturas (soja ou plantios arbóreos de exóticas) e a não recuperação de áreas degradadas. Já no Pará, e em outros estados do bioma amazônico, a motivação para o preenchimento do CAR, a partir do “TAC da carne” assinado com o Ministério Público em 2009, foi a conversão das áreas de

florestas em áreas de pastagens cultivadas<sup>31</sup>, com espécies forrageiras adaptadas e fertilizadas, dependentes de um “pacote tecnológico para se constituir em banquete para a bovinocultura”. Ou seja, o CAR está sendo utilizado como um instrumento para viabilizar a execução da política pública de agropecuária de commodities, sendo elas, principalmente, a soja e a carne. Notícia<sup>32</sup> recente confirma essa padronização dos grãos: “Milho, arroz e soja respondem por 93,1% da produção total do país e por 86,3% da área a ser colhida [...]”. Tamanha concentração de recursos naturais e econômicos é coerente com a crise mundial da economia e da mudança climática?

Noperíodoanalisado,asnotíciasdaEBCevidenciaram uma cobertura indistinta do contexto de cada bioma no nosso país tido como rico em biodiversidade e cujo potencial difundiu-se e merece ser explorado economicamente através dos mecanismos de mercado, o que consideramos a financeirização da natureza. Os argumentos abordados enfatizaram o potencial da agropecuária para o desenvolvimento e o crescimento da economia brasileira. Em nenhuma notícia houve o questionamento se as monoculturas ou a agropecuária de commodities são sustentáveis ambiental e economicamente, se permitem a conservação e a preservação da biodiversidade, dos bens naturais e coletivos, das culturas locais e nativas. Assim, constatamos que a EBC não problematiza a política pública impulsionada pelo CAR e que não proporciona

---

<sup>31</sup> Disponível em: <<http://imazon.org.br/pecuaria-na-amazonia-oriental-desempenho-atual-e-perspectivas-futuras-n1/>> Acesso em: set. 2015.

<sup>32</sup> OLIVEIRA, Nielmar. IBGE: safra de 2015 é recorde e a de 2016 crescerá 0,5%. Agência Brasil. EBC. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-01/ibge-safra-de-2015-e-recorde-e-de-2016-crescera-05>> Acesso em: jan. 2016.

ao leitor os elementos básicos necessários para que ele perceba as opções equivocadas do agronegócio cujo único interesse é mercadológico. O jornalismo da EBC se comporta atrelado aos interesses do governo. Este, por sua vez, está alinhado às visões que não reconhecem a biodiversidade como um bem maior. Nesse contexto, o jornalismo perde a oportunidade de cumprir o seu papel social e de fazer a vigilância dos poderes para que a cidadania tenha respeitado o direito constitucional a um ambiente equilibrado. Numa perspectiva mais ampla, enquanto o jornalismo não assumir seu papel de agente de transformação pautado em valores associados à ética do cuidado, todas as formas de vida vão permanecer com seus direitos ameaçados.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Brasil perde 1,8% de suas florestas em dois anos, diz IBGE. EBC. 25 set. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-09/brasil-perde-18-de-suas-florestas-em-dois-anos-diz-IBGE>> Acesso em: nov. 2015.

AGÊNCIA BRASIL. Empresários renovam pacto para não comprar soja de áreas desflorestadas. EBC. 25 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/economia/2014/11/moratoria-da-soja-e-renovada-ate-maio-de-2016>> Acesso em: out. 2015.

AGÊNCIA BRASIL. Imagens de satélite vão ajudar no monitoramento de propriedades rurais no país. EBC, 5 mai. 2014. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2014/05/imagens-de-satelite-vaio-ajudar-no-monitoramento-de-propriedades-rurais-no>> Acesso em: out. 2015.

AGÊNCIA BRASIL. Implementação do Código Florestal ainda é desafio, dizem ONGs. EBC. 23 mai. 2015. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/2015/05/implementacao-do-codigo-florestal-ainda-e-desafio-dizem-ongs>> Acesso em: out. 2015.

BACCHETTA, Víctor. (org). Ciudadanía Planetaria: temas y desafíos del periodismo ambiental. Montevideo: Federación Internacional de Periodistas Ambientales/Fundación Friedrich Ebert, 2000. 221 p.

BRACK, Paulo. Palestra Abordagem sistêmica da crise hídrica. Porto Alegre: Fundação Gaia e Livraria Cultura, 2015. (Informação verbal).

\_\_\_\_\_. Por uma abordagem ecossistêmica da crise hídrica. EcoAgência. 25 ago. 2015. Disponível em: <<http://ecoagencia.com.br/?open=artigo&id===AUWVVeZZFZhJIRaNVTWJVU>> Acesso em: set. 2015.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Usos e Significados do Conceito Comunicação Pública. Anais VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. Intercom. 2009a. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/38942022201012711408495905478367291786.pdf>> Acesso em: nov. 2015.

\_\_\_\_\_. Conceito de Comunicação Pública. In: DUARTE, Jorge (org). Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público. 2. ed. São Paulo: Atlas. 2009b. p. 1-33. 288p.

BRASIL. (1988). Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)> Capítulo V - DA COMUNICAÇÃO SOCIAL (Art. 220 a 224).

BRASIL. (2014). Presidência da República. Decreto nº 8.235, de 5 de maio de 2014. Estabelece normas gerais complementares aos Programas de Regularização Ambiental dos Estados e do Distrito Federal, de que trata o Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012, institui o Programa Mais Ambiente Brasil, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 maio 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8235.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8235.htm)> Acesso em: ago. 2015.

BRASIL. (2011). Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Instrução Normativa nº 05, de 06 de junho de 2011. Dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 07 jun. 2011. Disponível em <<http://www.secom.gov.br/orientacoes-gerais/publicidade/2011-in-05-conceito-de-acoes-de-comunicacao.pdf>> Acesso em: nov. 2015.

BRUM, Eliane. A não gente que não vive no Tapajós. Jornal El País. 15 set. 2014. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/15/opinion/1410784316\\_802493.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/15/opinion/1410784316_802493.html)> Acesso em: out. 2015.

CAMANA, Ângela. O Ambiental do Jornalismo: diferentes perspectivas, diferentes práticas. Anais III ENPJA. 20 out. 2015. Disponível em: <<https://anaisenpja.files.wordpress.com/2016/01/78-92-camana.pdf>> Acesso em: jan. 2016.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Colonialismo, território e territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul. Assis, 2013. (Tese) Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista. 470f.

DUARTE, Jorge. Instrumentos de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (org). Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2009. p.59-71. 288p.

EBC. A empresa. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/sobre-a-ebc/a-empresa>> Acesso em: set. 2015.

ECOAGÊNCIA. Inicia a pressão sobre o Governo gaúcho para regulamentar a Lei 12.651/2012. Disponível em: <<http://www.ecoagencia.com.br/?open=noticias&id=VZISXRFWWNIUspFUT1WNXJFbKVVVB1TP>> Acesso em: set. 2015.

GIRARDI, I.M.T.; SCHWAAB, R.T.; MASSIERER, C.; E.B., LOOSE. Jornalismo Ambiental: caminhos e descaminhos. C&S – São Bernardo do Campo, v. 34, n. 1, p. 131-152, jul./dez. 2012.

GUDYNAS, E. Dieztesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. In: CAAP & CLAES (eds.). Extractivismo, política y sociedade. Quito: Centro Andino de Acción Popular; Centro Latino Americano de Ecología Social, 2009. Disponível em: <<http://extractivismo.com/documentos/capitulos/GudynasExtractivismoSociedadDesarrollo09.pdf>> Acesso em: jan. 2016.

HERSCOVITZ, Heloiza. Análise de conteúdo em jornalismo. In: BENETTI, Marcia & LAGO, Cláudia (orgs.). Metodologia de pesquisa em Jornalismo. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p.123-142. 286p.

IBGE. IBGE lança o Mapa de Biomas do Brasil e o Mapa de Vegetação do Brasil, em comemoração ao Dia Mundial da Biodiversidade. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/21052004biomashtml.shtm>> Acesso em: set. 2015.

IBGE. Mudanças na cobertura e uso da terra 2000 - 2010 - 2012. RJ, 2015. Disponível em: <[ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas\\_tematicos/mapas\\_murais/Relatorio\\_Mudancas\\_Cobertura\\_e\\_Uso\\_Terra\\_20150918v2.pdf](ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/mapas_murais/Relatorio_Mudancas_Cobertura_e_Uso_Terra_20150918v2.pdf)> p. 29-30.

IBGE. PPM 2014: rebanho bovino alcança 212,3 milhões de cabeças. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=3006>> Acesso em: out. 2015.

IMAZON. Pecuária na Amazônia Oriental: desempenho atual e perspectivas futuras (nº1). Disponível em: <<http://amazon.org.br/pecuaria-na-amazonia-oriental-desempenho-atual-e-perspectivas-futuras-n1>> Acesso em: set. 2015.

INPE. Terra Class 2012. Disponível em: <[http://www.inpe.br/noticias/arquivos/pdf/TerraClass\\_2012.pdf](http://www.inpe.br/noticias/arquivos/pdf/TerraClass_2012.pdf)> Acesso em set. 2015.

INPE. Terra Class 2012. Disponível em: <[http://www.inpe.br/cra/projetos\\_pesquisas/TerraClass\\_2012\\_26nov2014.pdf](http://www.inpe.br/cra/projetos_pesquisas/TerraClass_2012_26nov2014.pdf)> Acesso em: set. 2015.

MATOS, Heloiza. Comunicação pública, esfera pública e capital social. In: DUARTE, Jorge (org). Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2009. p.47-58. 288p.

MÍDIA e Amazônia. O TAC da Carne no Pará. Projeto Mídia e Amazônia, implementado pela ANDI - Comunicação e Direitos. 15 set. 2014. Disponível em: <<http://midiaeamazonia.andi.org.br/texto-de-apoio/o-tac-da-carne-no-para>> Acesso em: set. 2015.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Pampa. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biomass/pampa>> Acesso em: out.2015.

MPRS. MP ingressa com ação civil pública para a proteção do Bioma Pampa. 21 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.mprs.mp.br/ambiente/noticias/id39049.html>> Acesso em: out. 2015.

OLIVEIRA, Nielmar. IBGE: safra de 2015 é recorde e a de 2016 crescerá 0,5%. Agência Brasil. EBC. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-01/ibge-safra-de-2015-e-recorde-e-de-2016-crescera-05>> Acesso em: jan. 2016.

PÉRSIGO, Patrícia Milano. Pelas páginas de Zero Hora: o jornalismo público (des)coberto. 2015 (tese). UFSM, Programa de Pós-Graduação em Comunicação. UFSM. (ainda não publicada)

PILLAR, V.P.; LANGE, O. Os Campos do Sul. Porto Alegre: Rede Campos Sulinos – UFRGS, 2015. 192p. Disponível em: <[http://ecoqua.ecologia.ufrgs.br/Camposdosul/Campos\\_do\\_Sul\\_TELA.pdf](http://ecoqua.ecologia.ufrgs.br/Camposdosul/Campos_do_Sul_TELA.pdf)> Acesso em: set. 2015.

PILLAR, V.P. [Comentário em rede social]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10153491550847764&set=a.10153491551242764.1073741828.587967763&type=1>> Acesso em: out. 2015.

PORTAL BRASIL. Brasil tem quase 900 mil índios de 305 etnias e 274 idiomas. 10 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2012/08/brasil-tem-quase-900-mil-indios-de-305-etnias-e-274-idiomias>> Acesso em: nov. 2015.

REDE CAMPOS SULINOS. Pesquisa registra recorde de espécies em Quaraí (RS). Fev. 2015. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/redecampossulinos/wordpress/wp-content/uploads/2015/03/Slide1.jpg>> Acesso em: set. 2015.

REDE CAMPOS SULINOS. Rede. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/redecampossulinos/?page\\_id=845](http://www.ufrgs.br/redecampossulinos/?page_id=845)> Acesso em: set. 2015

REVISTA GLOBO RURAL. Produtores e governo levam desafio do CAR para 2016. Disponível em: <<http://www.canalrural.com.br/noticias/reportagem-especial/produtores-governo-levam-desafio-car-para-2016-60333>> Acesso em: jan. 2016.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO. Números do Cadastro Ambiental Rural. Disponível em: <<http://www.florestal.gov.br/cadastro-ambiental-rural/numeros-do-cadastro-ambiental-rural>> Acesso em: fev. 2016.

VISCARDI, K. Rio Grande do Sul está na mira do CAR. Revista Globo Rural. 02 set. 2015. Disponível em: <<http://revistagloborural.globo.com/Noticias/Expointer/noticia/2015/09/na-lanterna-do-car.html>> Acesso em: set. 2015.

ZAMIN, Angela. Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão. Revista FAMECOS Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 918-942, set.-dez. 2014.

# A MUDIATIZAÇÃO DO GREENPEACE: ponderações sobre a intensificação da lógica midiática

Augusta Gern<sup>1</sup>  
Eloisa Beling Loose<sup>2</sup>

## 1 INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho é discutir, a partir do exemplo do Greenpeace – entidade internacional de defesa do meio ambiente –, como se evidenciam os processos de mediação e/ou midiatização, traduzidos na intensificação da incorporação da lógica midiática pela referida instituição. Para tanto, um debate sobre os limites e diferenças dos dois conceitos é apresentado de modo a explicitar os diferentes entendimentos associados aos termos. Além disso, há um esforço reflexivo e analítico para compreender como a presença desta lógica pode afetar/alterar os objetivos da própria organização.

Assinala-se que a escolha pela organização não governamental (ONG) citada está atrelada aos interesses de pesquisa das autoras (comunicação ambiental) e, ao mesmo tempo, constitui um caso ímpar para articular os alcances de cada conceito. A trajetória desta ONG revela, desde seu surgimento, em 1971, forte influência do campo midiático para alcançar seus objetivos de mobilização para diferentes causas ambientais (desmatamento, caça às baleias, consumo

---

<sup>1</sup> Jornalista, mestranda em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: augustagern@gmail.com.

<sup>2</sup> Jornalista, mestre em Comunicação e Informação, e doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Professora do Centro Universitário Internacional. E-mail: eloisa.loose@gmail.com.

de carne, etc.). Mas, afinal, essa interferência é decorrente de uma mediação ou midiatização?

A resposta não apresenta consenso. Há diferentes entendimentos das duas teorias. A origem do conceito de midiatização ainda gera debate, especialmente porque, segundo Martino (2015), houve problemas na tradução do inglês para o português: enquanto na Europa e nos Estados Unidos os termos *mediatization* e *mediation* são usados para designar o uso da mídia por dada instituição, nos países latino-americanos o termo mediação está diretamente associado à teoria de Jesus Martín-Barbero (1987), a partir da qual toda e qualquer mensagem é mediada pelos receptores, extrapolando o aspecto midiático e enfatizando um processo cultural. Desta forma, por aqui, a compreensão geral é que a midiatização é um conceito diretamente atrelado à centralidade da mídia, enquanto a mediação está vinculada a um processo mais amplo, que não precisa ter, necessariamente, relação com a mídia.

Na literatura inglesa, essa diferenciação nem sempre é clara. Entretanto, há pesquisadores, como Hjarvard e Livingstone, que propõem uma distinção entre *mediation* e *mediatization*, mas dentro do sentido geral de influência da mídia. Segundo Martino (2015), os referidos autores defendem que a mediação seria algo mais restrito à experiência individual com um meio de comunicação e a midiatização um processo abrangente, no qual a lógica da mídia alteraria as organizações sociais. Assim, apontam-se as primeiras divergências entre as teorias, que serão melhor esmiuçadas a seguir.

## 2 MUDIATIZAÇÃO: UM CONCEITO CONTEMPORÂNEO?

O conceito de midiatização passou a aparecer com mais frequência nos estudos da Comunicação a partir dos anos 2000, relacionado ao fato de as mídias tomarem um espaço central no cotidiano da sociedade, mas autores defendem que esse fenômeno já acontece há muito tempo (MARTINO, 2015; HEPP, 2014). Eliseo Verón (2014) é um dos teóricos que possui uma perspectiva antropológica da midiatização, relacionando os fenômenos midiáticos à atribuição de significado e, portanto, assumindo que este fenômeno ocorre desde um primeiro estágio de semiose humana, a cerca de dois e meio milhões de anos atrás.

Apesar das fragilidades inerentes ao conceito, não há como negar que existe uma corrente majoritária para a qual o contexto midiático atual se faz determinante. A globalização e a disseminação das novas tecnologias da comunicação permitiram a expansão deste processo, que facilita e promove o encontro com e através da mídia em qualquer tempo e espaço. Pode-se afirmar, então, que um dos pontos centrais da teoria, sobre a qual há grande concordância dos autores, é que a midiatização manifesta a incorporação da lógica midiática na sociedade como um todo.

Devido à emergência recente de interesse nesses estudos, há ainda uma série de questionamentos que se colocam a respeito da legitimação, inovação e demarcação epistemológica da teoria no próprio campo da Comunicação. Couldry (2008), por exemplo, percebe que o termo é limitado por não ser aplicável a outros fenômenos comunicativos. Para este pensador, a mídia desempenha um papel relevante, mas é preciso considerar a complexidade de outros campos sociais.

Dentre os teóricos da área, Stig Hjarvard (2014) foi um dos primeiros a sistematizar aspectos desta teoria, considerando como cerne a progressiva dependência da mídia pela sociedade. Para o autor, a midiatização é um processo recente, pois vai além do emprego dos meios de comunicação como ferramentas: significa entender como a lógica da mídia interfere e/ou se articula com as práticas sociais a longo prazo, a partir de uma perspectiva relacional. Ou seja, Hjarvard baseia-se na ideia de midiatização orientada para um processo no qual elementos centrais de uma atividade social ou cultural (como trabalho, lazer, etc.) assumem a forma de mídia, transformando-se a partir de então.

A abordagem institucional de Hjarvard (2012) propõe um olhar duplo sobre o processo, no qual não apenas a mídia influencia as instituições, mas estas também a modificam. Desta maneira, o autor não percebe a midiatização como uma teoria dos efeitos da mídia, mas sim como um processo imbricado na sociedade contemporânea, que se desenvolve de forma diferente em contextos sociais, econômicos e culturais particulares. De acordo com a leitura de Martino (2015, p.242) sobre Hjarvard:

O conceito de mediatização tem o mérito de explicar as transformações no modo de viver contemporâneo ultrapassando qualquer dualidade entre “mídia” e “sociedade” em favor de uma articulação complexa e contraditória entre esses elementos, pensando que o fenômeno está presente o tempo todo, em todos os lugares [...].

A partir disso, pode-se afirmar que a midiatização vai além dos meios, reconfigurando narrativas, produtores e

receptores (COULDRY, 2008). A inserção e a intensificação da lógica midiática nas demais instituições ou grupos, de modo a fomentar alterações no seu modo de ser/fazer, é o que caracteriza mais fortemente este fenômeno, independentemente das ênfases dadas por cada pesquisador.

Andreas Hepp (2014) articula seus estudos de midiatização à pós-modernidade e aos processos transmídias, a partir de uma teoria socioconstrutivista, mais próxima ao entendimento de um processo cultural amplo. Para ele, a midiatização carrega a noção de que a mídia: 1) tem certa especificidade; 2) exerce uma influência na cultura e na sociedade; e 3) está atrelada a um processo de mudança.

De forma semelhante, no Brasil, Braga (2012, p.50) defende um olhar mais alargado sobre o processo, ao perceber a midiatização como “[...] uma criação e recriação contínua de circuitos, nos quais [...] os processos que exigem ou exercem intermediação tecnológica se tornam particularmente caracterizadores da interação”. Em outras palavras, mais do que defender a centralidade da mídia ou focalizar nos efeitos das tecnologias, o autor entende que, dentre as mediações culturais possíveis, há, neste momento, uma primazia daquelas dominadas pela mídia. Para Braga (2012, p.51), “[...] a midiatização se põe hoje como principal mediação de todos os processos sociais”.

Com uma perspectiva mais restrita, pode-se citar Jesper Strömbäck (2008), que relaciona a midiatização à dinâmica dos processos modernos, fazendo clara alusão a um momento contemporâneo de plena difusão de tecnologias da comunicação. Aqui se nota uma supervalorização do papel exercido pelas novas mídias e

outra forma de compreender a mediação: Strömbäck (2008) a vê como a primeira etapa do processo de midiaticização. Ainda que este entendimento possa suscitar críticas pela redução do conceito de mediação a apenas uma das etapas do processo de midiaticização, o autor a coloca, de certa maneira, como condição necessária para que qualquer uma das outras fases ocorra. Dessa forma, pode-se inferir que a mediação mais do que ser compreendida como mera etapa da midiaticização é o processo primeiro, que permite a concretização das fases restantes. Talvez a maior crítica, oriunda do contexto latino-americano, seja compreender o termo mediação somente como uma situação na qual a mídia se torna a mais importante fonte de informação entre as instituições e as pessoas, ignorando as demais interações comunicativas.

Neste texto, que se propõe olhar os resultados deste aumento da integração entre as lógicas da mídia e a das demais instituições, o entendimento mais demarcado de Strömbäck permite que se esmiúce de forma mais específica (através de suas fases) as práticas do Greenpeace. Assinala-se, no entanto, que esta é apenas uma opção, dentre outras possíveis. Nesse rol de múltiplas compreensões sobre a midiaticização, é difícil saber qual perspectiva é, de fato, mais pertinente.

### 3 MEDIAÇÃO: UMA ETAPA DA MIDIATIZAÇÃO?

Como mencionado anteriormente, Strömbäck (2008) entende a mediação como sendo a etapa primeira da midiaticização, enquanto na língua inglesa, muitas vezes, os dois termos são tidos como sinônimos. Contudo,

no contexto latino-americano, há forte relutância nesta aceitação. Aqui, mediação refere-se a um novo olhar sobre os processos comunicacionais, marcado, especialmente, pelos trabalhos de Jesus Martín-Barbero (2013), os quais buscavam superar uma visão objetiva dos meios (derivada da tradição norte-americana) a partir de outra, mais relacional, concentrada principalmente no entorno, nas mediações. Sob esta visão, deixou-se de pensar apenas a lógica da produção e lançaram-se reflexões sobre a recepção do conteúdo dos meios de comunicação (GRIJÓ, 2011). Nas palavras de Martín-Barbero (2013, p.28), a comunicação se tornou “uma questão de mediações mais do que de meios, questão de cultura e, portanto, não só de conhecimentos, mas de reconhecimentos”.

Ao relacionar o ser humano com o espaço que o circunda, levando em conta as questões culturais, sociais e políticas, o conceito de mediação motivou a produção de muitos trabalhos de recepção, porém indo além de apenas uma etapa do ciclo, englobando todo o processo de comunicação. Como destaca Maria Immacolata Vassallo de Lopes (2014, p.68), esta teoria deve ser vista como “uma perspectiva de investigação e não como uma área de pesquisa sobre mais um dos componentes de processo de comunicação”, como a audiência, por exemplo. Afinal, “[...] a recepção é um momento de consumo cultural, sendo este uma categoria que abarca os processos de comunicação e recepção dos bens simbólicos” (GRIJÓ, 2011, p. 4).

Esta perspectiva de circulação, que ultrapassa a recepção, foi repensada com o tempo pelo próprio Jesús Martín-Barbero, que reorganizou seu mapa metodológico da mediação e passou da mediação cultural da comunicação

(MARTÍN-BARBERO, 1987) à mediação comunicativa da cultura (MARTÍN-BARBERO, 2013). Para o autor, foi necessário pensar o lugar estratégico que a comunicação passou a ocupar na configuração dos novos modelos de sociedade, porém, sem excluir as demais interações.

Ao integrar novas mediações ao conjunto do processo de comunicação - institucionalidade, socialidade, tecnicidade e ritualidade - Martín-Barbero buscou

[...] reconhecer que os meios de comunicação constituem espaços-chave de condensação e intersecção de múltiplas redes de poder e de produção cultural, mas também alertar, ao mesmo tempo, contra o pensamento único que legitima a ideia de que a tecnologia é hoje o “grande mediador” entre as pessoas e o mundo [...] (2013, p. 20).

Diferente do que muitos pesquisadores alegaram, ele afirma não ter invertido o olhar de ir das mediações aos meios, mas sim da cultura à comunicação: a mudança foi “[...] reconhecer que a comunicação estava medindo todos os lados e as formas da vida cultural e social dos povos” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 153).

É possível inferir, diante disso, que os meios de comunicação ganharam destaque no novo mapa metodológico de Martín-Barbero, mas que não excluem as outras formas de interação. Como pode ser observado, a socialidade – ou sociabilidade – por exemplo, trata do contexto no qual as pessoas mantêm as suas relações, incluindo a família, igreja, comunidades ou mesmo grupos de amigos. Segundo o próprio autor, é necessário manter o equilíbrio e entender que os meios

de comunicação fazem parte do processo comunicativo, assim como outras mediações. “Confundir a comunicação com as técnicas, os meios, resulta tão deformador como supor que eles sejam exteriores e acessórios à (verdade da) comunicação” (MARTÍN-BARBERO, 2013, p. 18).

Dessa forma, relacionando o termo mediação à ideia de processo, como um elemento intercalado entre o sujeito e ação, percebe-se sua abrangência em todos os processos comunicacionais, e não apenas nos midiáticos. Nessa abordagem, “a mediação pode ser vista como uma estrutura incrustada nas práticas sociais e na vida cotidiana das pessoas” (LOPES, 2014, p. 68), o que ultrapassa as lógicas da mídia, ou seja, vai além da midiaticização.

A partir desta breve exposição, nota-se que o entendimento de mediação no contexto latino-americano é muito mais ampliado do que aqueles associados à midiaticização, que com maior ou menor ênfase, são dependentes da associação com os meios de comunicação. Mesmo com a reformulação recente de seu mapa, no qual acaba por dar mais atenção à comunicação mediada pelos meios, Martín-Barbero não nega as possibilidades de mediações para além do contato midiático, o que acaba divergindo da compreensão da maioria dos autores da midiaticização, que percebe a expansão do uso dos meios na sociedade hoje como aspecto essencial de sua teoria.

O pesquisador britânico Roger Silverstone (2005) também traz a ideia de mediação como um processo que vai além dos pontos de contato entre produtos midiáticos e seus receptores, porém evidenciando como a mídia acaba se tornando a mediação que assume um papel fundamental na vida cotidiana, à medida que molda o

mundo social. Para este autor, a mediação é circulação de significados e todos nós somos mediadores. Ao mesmo tempo, percebe a mídia como um processo intensificador de conexões, que exerce poder na sociedade. Com isso, Silverstone (2005) aproxima-se da teoria da mediação sob um olhar dilatado, reconhecendo outras mediações, mas salientando o alcance da mediação midiática.

Em suma, apesar de o reconhecimento do aumento das mediações midiáticas, a teoria das mediações abarca uma série de outros fenômenos, que não são contemplados pela teoria da mediação. Até pesquisadores com uma visão mais abrangente da mediação, a exemplo de Braga e Hepp – que reconhecem o processo midiático como prioritário, mas não único –, acabam por não se debruçar por processos desvinculados dos meios. Portanto, a depender das intenções do pesquisador, a escolha de uma ou outra se torna mais compatível.

#### 4 O GREENPEACE FRENTE AOS DOIS CONCEITOS

A partir do entendimento de que a mediação é um processo mais amplo – envolve todas as mediações, além da midiática – e de que a mediação poderia fazer parte do primeiro termo, já que está intimamente atrelado ao contato com os meios, avalia-se que os processos de comunicação derivados da organização ambiental escolhida, o Greenpeace, poderiam ser analisados sob a ótica das duas vertentes, a partir de diferentes propostas metodológicas. A opção por um ou outro depende dos próprios objetivos da investigação e do arcabouço teórico de cada pesquisador, como ocorre

também em outros casos, a exemplo da escolha pelos estudos dos discursos ou das representações.

Entretanto, como observado por Grijó (2011), os trabalhos brasileiros que utilizam a teoria das mediações, geralmente, seguem a tendência de relacioná-las ao processo de recepção dos meios de comunicação e, apesar de boas tentativas, este autor critica que nem o próprio Martín-Barbero conseguiu “[...] operacionalizar em um estudo empírico seus postulados teóricos” (2013, p. 12). Os estudos que trabalham com o termo, muitas vezes, necessitam de estudos de observação ou mesmo etnografia para obter os resultados almejados. São estudos que tendem a priorizar a pesquisa com sujeitos, justamente para aferir pistas de como circularam os significados.

Como este trabalho, cujo objetivo é discutir a intensificação da incorporação da lógica midiática pela já citada instituição, parte de uma análise sócio-histórica, calcada em pesquisa bibliográfica e documental, a mediação mostrou-se mais compatível com a proposta. Estudos futuros poderiam englobar outras metodologias para observar se esta incorporação é notada pelos receptores e como podem modificar sua compreensão, ou mesmo ações, em relação ao meio ambiente, incluindo aí, com mais profundidade, pressupostos da mediação.

A partir do exposto, baseia-se, então, na ideia de mediação orientada para um processo no qual outras instituições acabam assumindo formas originalmente oriundas do campo midiático. Segue-se, para a análise, o modelo proposto por Strömbäck (2008), o qual aponta quatro fases da política mediada, sendo cada fase caracterizada por uma alteração qualitativa na influência da mídia sobre a política. Destaca-se ainda que, para

este autor, a mediação é um fenômeno antigo e estático, enquanto à midiatização é vista como um processo moderno e dinâmico, por alterar as estruturas que norteiam outras áreas. Esta análise diacrônica é feita a partir de alguns momentos-chave desde a criação da ONG, em 1971, até sua mobilização nos dias de hoje. Os momentos escolhidos revelam a presença cada vez mais frequente do *modus operandi* da mídia nas ações desta instituição.

Em um primeiro momento, apresenta-se a gênese do Greenpeace e suas ações institucionais a fim de contextualizar a organização e sua lógica de atuação historicamente. Durante esse percurso, trazem-se alguns elementos que se relacionam com a influência da mídia (algo que, como pondera Schulz (2004), transcende e inclui os efeitos da mídia) e, ao final, traçam-se as supostas etapas ou fases da midiatização.

## 5 GREENPEACE: DESDE SEMPRE MIDIATIZADA?

Ao investigar o surgimento do Greenpeace, pode-se afirmar que, desde o início de sua atuação, em 1971, a organização tem se mostrado midiática. Lycarião (2010, p.53) aponta que a ONG se destaca “[...] como uma das organizações da sociedade civil que mais abertamente trabalha com as linguagens, agentes e modos de operação da comunicação de massa para fazer com que suas demandas ganhem visibilidade na mídia”.

A instituição nasceu por iniciativa de “hippies destemidos”, que tentaram impedir que testes nucleares fossem feitos em uma ilha na costa ocidental do Alasca.

A ação ganhou visibilidade e grande apoio popular, pois canadenses e americanos reconheciam os perigos de se fazer testes nucleares em uma área de instabilidade geológica e suscetível a maremotos. Além disso, dos 12 tripulantes que estavam no barco durante a ação, três eram jornalistas e um era fotógrafo, o que já demonstra o interesse da organização em registrar e divulgar o acontecimento. Quando retornaram da primeira missão, já foram recebidos com cartazes e se tornaram manchetes de jornais. O núcleo que participou desta ação deu origem à Fundação Greenpeace, em 1972. O primeiro presidente, Robert Hunter, era jornalista e “[...] desenvolveu ideias de como usar a mídia eletrônica em favor das mudanças sociais a partir das teorias de McLuhan, à época um verdadeiro guru da esquerda alternativa” (MARZOCHI, 2013, p.196). Diante disso, pode-se dizer que a lógica da mídia já estava presente desde o berço da instituição.

Com influência do pacifismo (associado aos valores da não violência), da contracultura e da valorização das culturas indígenas (anos 1960 e 1970), e do orientalismo, a emergência do Greenpeace se deu em um cenário de crítica à tecnocracia. De acordo com Marzochi (2013, p.166), “os movimentos antinuclear e ecologista dos anos 1970 consideravam a tecnocracia a adversária principal dos movimentos sociais de vanguarda”. Além disso, é nesse período da história que a questão ambiental ganha mais atenção no mundo, onde as instituições começam a se preocupar não apenas com a preservação da natureza intocada, mas com formas de consumo e o modelo de desenvolvimento adotado.

A problemática ecológica se expande para compreender melhor a relação entre o homem e a natureza. Ou seja: o cenário da época também foi propício para a visibilidade do Greenpeace, já que culminou com um momento de efervescência da discussão ambiental.

Hunter ficou na presidência do Greenpeace até sua transformação em ONG internacional. Segundo Marzochi (2013, p.196), ele “defendia a estratégia que denominou de *mindbombs*: imagens simples que, divulgadas pela mídia, poderiam ‘explodir na mente das pessoas’ e criar um novo entendimento de mundo”. Pressupõe-se que, desde o começo, o Greenpeace estava interessado em atingir o maior número possível de pessoas com suas causas ambientais e enxergava, através do potencial dos meios de comunicação, uma maneira de fazê-lo. Desse modo, muitas ações eram pensadas, desde o começo, com o objetivo de atrair os holofotes da imprensa.

A primeira bandeira do Greenpeace foi a defesa pela não realização de testes nucleares. A partir de 1975, ela se volta à proteção das baleias. “Em 25 de abril de 1975, os militantes da organização partem com seus dois barcos [...] em direção ao local da caça. A partida é comemorada com uma festa que reúne 23.000 pessoas e, na chegada são acolhidos como heróis pela imprensa norte-americana” (LEQUENNE, 1997, p.28). Desde então, todos os anos, no período da caça às baleias, o Greenpeace, de maneira estratégica, segue os navios pesqueiros para registrar cenas como a figura abaixo.

Figura 1: Ação do Greenpeace



Fonte: EcoDaily (2014)

A imagem é altamente atraente e representativa disso que se fala: além de a organização trabalhar com uma faixa como recurso visual (que pode ser considerada uma mídia), a mesma está virada para as câmeras (provavelmente da própria organização) e não para os navios. As ações locais não são feitas para mobilizar o grupo de sujeitos envolvidos na depredação ambiental e sim para serem divulgadas amplamente pelas redes de comunicação. A estratégia é criar cenas de impacto que possam atingir o público que não terá experiência direta com a ação, buscando visibilidade. Assim, a organização assume atividades da mídia para defender e ganhar notoriedade com suas ações, característica própria da midiaticização, segundo Hjarvard (2014).

Com o tempo, vários grupos do Greenpeace surgem nos EUA, Europa e Oceania, mas sem ligação necessária com a Fundação Greenpeace do Canadá. Marzochi (2013)

diz ser possível essa expansão em razão, justamente, da visibilidade midiática que as primeiras ações do grupo tiveram. No fim dos anos 1970, começa um movimento de institucionalização internacional da organização, com expansão de escritórios em diferentes lugares. No Brasil, a organização atua desde 1990; em 2011, o Greenpeace já desenvolvia trabalho em 43 países (PINTO, 2011).

Junto com a expansão da instituição, a mobilização das pessoas e as contribuições financeiras também ocorrem em função, sobretudo, de atividades associadas à lógica midiática, afinal, “uma organização não governamental que dependa da contribuição financeira de afiliados, e do apoio da opinião pública, deve elaborar campanhas que contenham elementos simbólicos atraentes” (MARZOCHI, 2013, p. 251). Nesse sentido, o Greenpeace tem como cenário de suas mobilizações o mar, um espaço simbólico que sugere ausência de fronteiras, e faz uso de animais carismáticos para aproximar as pessoas de suas questões. Isso revela que mesmo tendo os meios de comunicação como principal mediador, houve uma adaptação da ONG para ser inserida na mídia (estratégias associadas aos critérios de noticiabilidade foram sendo adotados para que a instituição se mantivesse por mais tempo e com mais frequência no foco do campo midiático). Para Hannigan (1995), esta escolha de personagens que alterna *vilões* e *mocinhos* colabora no êxito do Greenpeace na representação de peças moralistas em frente dos meios de comunicação globais.

O investimento e a preocupação que a ONG demonstra ter com a qualidade do seu material a ser publicizado e sua rapidez na distribuição é outro elemento

que demonstra a incorporação da lógica midiática. O Greenpeace compreende que além do apelo visual, suas fotografias precisam ter atributos técnicos e chegar às redações em tempo hábil. Marzochi (2013, p.292) relata:

Para as viagens à Antártida, o Greenpeace leva a bordo uma ilha de edição e um laboratório fotográfico. Produz suas próprias imagens de vídeos e fotografia que são depois selecionados e distribuídos por satélites para jornais, revistas, sites e redes de televisão. [...] Muitas das imagens são captadas do *zodiac*, outras do navio do Greenpeace e, grande parte, de helicóptero [...]. Os fotógrafos e cinegrafistas – convidados pelos Greenpeace – não estão normalmente ligados por contrato a um jornal ou rede de televisão. Tampouco necessitam sustentar um compromisso com a ONG por relações contratuais de trabalho. Os navios e botes são tripulados por profissionais bem pagos [...].”

De acordo com estudiosos que se debruçaram sobre o Greenpeace, nos primeiros anos as ações eram mais espontâneas, enquanto hoje é tudo mais planejado. Houve uma espécie de profissionalização para que as ações alcançassem seus objetivos midiáticos, ou seja, um aprofundamento da lógica da mídia no cerne da ONG. Contudo, como ressalta Pinto (2011, p. 50), esta não é uma característica exclusiva do Greenpeace, mas de todos os movimentos sociais: “na atual sociedade midiaticizada, os movimentos sociais precisam lutar por visibilidade para que consigam ampliar as suas bases de atuação, conquistar novas adesões e gerar discutibilidade na esfera pública”. Neste quadro, em que a visibilidade é

a finalidade primeira, a ideia de defesa ambiental parece ser uma preocupação secundária ou não prioritária frente ao intenso processo de midiatização.

Para conseguir a tão necessária visibilidade, diferentes estratégias são utilizadas e, para Pinto (2011, p. 52), o ativismo é a principal delas (veja que o ativismo não é o fim por si só e sim uma estratégia para outro, fortemente ligado ao campo midiático). No caso do Greenpeace, as ações de ativismo podem ser caracterizadas tanto pelas iniciativas desenvolvidas em ambientes físicos para despertar o interesse da população e chamar atenção dos meios de comunicação, como aquelas decorrentes de postagens no *site* institucional e nas redes sociais. Através do chamado ciberativismo, percebe-se ainda mais claramente como o movimento incorporou as lógicas da mídia.

Com o convite: Proteste nas “ruas” da internet, a organização proporciona a participação por meio de mobilizações online como a assinatura de petições online; o encaminhamento dos e-mails da organização a amigos; a opção “seguir” o Greenpeace nas redes sociais; a publicação de notícias, vídeos, petições em blogs, sites e redes sociais; comentários sobre as notícias postadas; o início de debates e fóruns sobre as campanhas do Greenpeace, incentivando a troca de conhecimento; bem como a possibilidade de tornar-se um colaborador (PINTO, 2011, p. 64).

O *site* do Greenpeace (2016) é muito estruturado e oferece diferentes recursos para mobilização e interação social. Lycarião (2010) observa quatro funções elementares por parte da comunicação na internet feita pelos

movimentos no Brasil: a captação de recursos financeiros, a disponibilização de informações da própria organização para fins de *accountability*, a busca de mobilização política, e a apresentação de argumentos para justificar as opiniões e as ações da própria organização. Frente à intensificação do processo de mediação, pode-se sugerir uma quinta função, associada à alimentação dos meios de comunicação, já que grande parte destes trabalha para ser fornecedor de pautas e informantes para a construção diária de notícias.

Segundo dados do setor de marketing do Greenpeace (LYCARIÃO, 2010), a página institucional brasileira recebia de 150 a 200 mil visitas mensais e seu boletim eletrônico possuía mais de 300 mil e-mails voluntariamente cadastrados há cinco anos. Esses dados, “[...] ainda que apenas sugiram uma noção preliminar da amplitude do alcance de comunicação digital do Greenpeace, não deixam de ser indícios de que as opiniões que a entidade disponibiliza na web são acessadas por uma proporção relevante de pessoas” (*Ibid.*, p.106). Isso corrobora com uma das intenções da ONG, que é justamente chamar atenção das pessoas que estão distantes fisicamente de dado problema e/ou manifestação.

O site institucional da ONG (GREENPEACE, 2016), além de disponibilizar informações e materiais multimídia sobre a organização e suas ações, também busca fazer o contato direto (virtual) com o público, seguindo as lógicas da mídia contemporânea. Na aba *Participe*, o leitor, que pode ser colaborador ou não das ações da organização, encontra – em várias seções – diferentes formas de participar do Greenpeace. Na seção *Ajude com seu blog*, o leitor é instigado a se cadastrar e fazer parte da rede de blogueiros da organização, recebendo

conteúdos exclusivos para divulgação. Já em *Faça você mesmo*, a organização disponibiliza diferentes materiais e manuais para que as pessoas possam lutar, ou saber como lutar pelos seus direitos, como manuais para intervenções criativas, dicas de comunicação e dicas de segurança. Neste item, destacam-se as dicas de comunicação, que são divididas pelos diferentes meios presentes na atual sociedade. Percebe-se, com isso, que o Greenpeace além de se apropriar das lógicas da mídia, incentiva e ensina seu público como fazê-lo.

A aba também apresenta uma seção *Ciberativista*, incentivando o internauta a participar das ações e fazer parte da rede da organização. Neste item, estão presentes o *link* para as diferentes redes sociais do Greenpeace, bem como as petições *online* que estão em vigor. Opções não faltam para participar da organização e, todas elas, acessíveis em um *click*.

Outras seções são: *Seja um colaborador*, instigando o internauta a colaborar financeiramente; *Voluntários*, incentivando a adesão de voluntariado ao grupo; e *Divulgue*, espaço dedicado aos meios de comunicação com materiais prontos para as diferentes plataformas: como *banners* para internet, *spots* para rádio, vídeos publicitários e material para a mídia impressa. É interessante notar que, com o avanço das tecnologias digitais, mais do que notar uma intensificação de ações midiáticas, oportunizadas pela internet, houve um realinhamento com as mudanças da própria lógica da produção, discussão que nasce no campo midiático. Se antes havia apenas uma preocupação do Greenpeace em chegar aos produtores tradicionais da mídia (especialmente os jornalistas), hoje este direcionamento é mais diverso, já que se reconhece o receptor também como

produtor. Com as redes sociais e a facilidade de se produzir conteúdos na internet, os simpatizantes e voluntários da ONG são, de certa maneira, orientados a tratar do tema dentro das expectativas midiáticas, expandindo os canais de distribuição de suas ações.

Entretanto, é importante dizer, as ações realizadas no ambiente *online* não excluem as ações em ambientes físicos para chamar a atenção do público que vivencia o problema, mesmo sem notar. Um exemplo disso é a campanha “Carne ao molho madeira”, realizada em supermercados, que visa conscientizar a população sobre a importância de conhecer a procedência da carne que está em seu prato. Segundo a campanha, “Apesar de serem um dos maiores compradores de carnes do Brasil, os supermercados não garantem que todo produto exposto em suas prateleiras está livre de desmatamento da Amazônia, de trabalho escravo e de violência contra povos indígenas” (GREENPEACE, 2015, *online*).

A campanha exemplifica a midiaticização presente nas ações da organização, em diferentes níveis: conta com postagens no seu site, dispõe de um site próprio para campanha, alimenta com postagens suas redes sociais, disponibiliza materiais multimídia e realiza intervenção física no próprio supermercado, chamando a atenção das pessoas. Hannigan (1995) ressalta que as campanhas organizadas pela instituição são planejadas em áreas e com tópicos que podem proporcionar a maior ressonância pública possível. Ao agir localmente (em um determinado supermercado), mas divulgar mundialmente (por meio da internet), o Greenpeace acaba atingindo um alto número

de pessoas. Esta campanha, por exemplo, lançada no dia 18 de novembro, teve em apenas dois dias dezenas de matérias publicadas sobre o tema na imprensa tradicional.

Apesar de ser uma ação pontual, a campanha demonstra o trabalho realizado pela organização para ganhar visibilidade e estar presente nos assuntos de discutibilidade, principalmente da grande imprensa. Suas estratégias para chamar atenção das pessoas são lançadas prioritariamente no campo midiático, em razão de sua lógica (critérios de noticiabilidade, dinâmica das redações, etc.).

Ainda que se possa notar desde o surgimento do Greenpeace uma tendência em se aproximar das linguagens e dinâmicas do campo midiático, verifica-se uma crescente intensificação deste tipo de apropriação. A seguir busca-se enquadrar esse processo de midiatização da ONG citada conforme as quatro fases teorizadas por Strömbäck (2008), que são estruturadas em razão do grau de independência dos media em relação às instituições sociais.

Quadro 1 – Greenpeace a partir das fases teorizadas por Strömbäck (2008)

Fase	Característica	Período	Exemplo
Primeira	A mais importante fonte/ meio de informação deixa de ser as experiências de comunicação interpessoal e passa a ser a mídia.	Desde o surgimento do Greenpeace, nos anos 1970 - primeira década de atuação.	A ONG se preocupa em levar jornalistas e fotógrafos para suas ações de ativismo.
Segunda	Os meios de comunicação passam a ter mais autonomia em relação às instituições que antes geravam pautas; devido à profissionalização do campo, sua lógica se torna mais evidente e as instituições começam a negociar formatos e valores.	A partir dos anos 1980, o Greenpeace se expandiu pelo mundo graças à intensa visibilidade que suas ações ganhavam na imprensa; de forma crescente, a ONG foi arquitetando ações de alto impacto e que cativassem o público dos MCM.	As ações de ativismo são pensadas de modo a gerar valores-notícia e ampla cobertura da mídia (uso de animais carismáticos, ações em locais de ampla visitação, encenações, etc.).

Terceira	<p>A lógica da mídia age de forma ainda mais intensa nas demais esferas sociais; os atores sociais passam a pensar sobre os meios de comunicação não só durante campanhas de mobilização ou ações de ativismo, mas durante todo seu processo de ação.</p>	<p>A partir dos meados dos anos 1990, com a expansão da internet.</p>	<p>Com o advento da internet e suas possibilidades de comunicação online, o Greenpeace começa a fazer uso de <i>site</i>, redes sociais e demais ferramentas para promover o ciberativismo.</p>
Quarta	<p>Há uma internalização da lógica da mídia; a realidade midiática passa a ter mais relevância que a realidade face a face.</p>	<p>A partir de meados dos anos 2000, com a intensificação e maior acesso das pessoas aos dispositivos móveis.</p>	<p>Nesta última fase, no qual o auge da influência se manifesta, o Greenpeace não apenas atua de forma preponderante em razão da mídia, mas também ensina seus seguidores a se manifestarem a partir desta lógica.</p>

Fonte: as autoras (2015)

Ainda que estas fases possam variar em alguns anos de período para período, em razão da própria institucionalização da ONG em determinado país e, conseqüentemente, de suas limitações técnicas (nos países desenvolvidos, estas fases provavelmente apareceram antes que nos países em desenvolvimento em razão da própria estruturação tecnológica suporte à comunicação *online*), nota-se que a influência da mídia nos processos comunicativos desta ONG foi crescendo a tal ponto que hoje grande parte de suas atividades ocorre através e na mídia. Esta supervalorização da realidade mediada pela mídia é sublinhada por Strömbäck (2008).

Ao que parece, contemporaneamente, a realidade vivida perdeu espaço para a realidade enquadrada pelos meios de comunicação. A interação face a face, por si só, não se sustenta como ação para a ONG. A midiaticização da instituição se mostra evidente, em suas múltiplas atividades de defesa ambiental, de tal modo que seu objetivo primeiro se transmuta em chamar atenção e ganhar espaço na esfera da mídia. Muitas vezes, devido à intensificação da incorporação da lógica midiática, o Greenpeace recebe até críticas por se mostrar mais preocupado com a inserção na imprensa do que com a própria causa que, supostamente, norteia tais estratégias.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da breve análise que aponta o processo de midiaticização no Greenpeace, é possível identificar como a lógica da mídia está presente em diferentes estratégias e modos de agir da instituição, e como esta foi se intensificando ao logo dos anos, principalmente com o

uso da internet. É importante destacar que esta análise não identifica se esta apropriação da lógica da mídia contribui para a consciência e ações das pessoas – como já indicado, isso pode ser debatido em outros trabalhos, a partir de outras metodologias –, apenas observa as estratégias cada vez mais alinhadas com a lógica midiática na atuação da instituição. Também não é de interesse deste trabalho debater o mérito ambiental da ONG em questão.

Recorda-se também que a ONG em análise tem abrangência mundial e conta com características bastante peculiares (baseadas na espetacularização das ações, por exemplo), no entanto, de qualquer forma, este trabalho possibilitou identificar incorporações em práticas simples, possíveis para qualquer atividade do dia a dia e para qualquer pessoa e/ou instituição. Hoje, com as facilidades e possibilidades da *web*, toda ação, quando bem estruturada, pode ganhar visibilidade a partir da adequação às lógicas midiáticas.

Todavia, mesmo com esta incorporação, teoricamente assinalada como midiatização, sublinha-se que outras mediações ainda estão presentes. Afinal, algumas ritualidades, por exemplo, como apontado por Martín-Barbero (2013), podem interferir no consumo midiático ou mesmo no consumo de informações disponibilizadas pela organização. Reconhece-se, portanto, que mesmo o Greenpeace revelando ser uma ONG crescentemente midiatizada, mediações culturais, políticas e sociais se fazem constantes, considerando estas como processos mais amplos, que englobam todo o ciclo comunicativo.

Sobre a discussão entre as teorias da mediação e midiatização, pode-se inferir que elas sejam opções mais ou menos apropriadas a depender de cada problema de pesquisa. Alguns teóricos da midiatização, que possuem

uma visão mais alargada do fenômeno, podem até ser complementares aos estudos sobre mediação latino-americanos. Outros, voltados para a centralidade da mídia, tendem a divergir bastante com aqueles, especialmente, a respeito da supremacia da lógica midiática, já que tendem a apagar ou menosprezar o papel das demais mediações.

Entende-se que esta disputa por legitimidade dentro da Comunicação, visível em alguns espaços da academia brasileira, pode ser associada à discussão do que seria o próprio objeto do campo. Entendendo a mediação como um conceito mais abrangente, pressupõe-se que o interesse de firmar a midiatização como novo conceito de estudo – e não como parte da mediação –, pode estar atrelado a aspectos epistemológicos. Para Martino (2001, p.32), a interdisciplinaridade do campo exige um objeto específico e os meios de comunicação poderiam assumir este papel, sendo, para ele, aqueles que “[...] constituem o fator que melhor pode caracterizar objeto dos estudos de comunicação”. Dessa maneira, o fortalecimento dos estudos sobre midiatização viabiliza uma demarcação epistemológica particular, centrada nas mídias.

Tal proposta, contudo, não é partilhada por todo campo comunicacional. Outros autores, como Vera França (2010), discordam da ideia e acreditam que não podemos restringir a comunicação aos meios, pois as relações interpessoais também são constituintes deste processo. Neste caso, as mediações se enquadrariam melhor como objeto da Comunicação.

Independente dos embates epistemológicos possíveis, acredita-se que a divergência entre os conceitos possibilita um estudo mais crítico de ambas as teorias, que requerem mais aprofundamentos e, principalmente, aplicações práticas. No caso analisado, em especial,

comprovou-se uma forte apropriação da lógica midiática, intensificada década após década, que inclusive nos faz questionar sobre os objetivos fundantes da ONG. Afinal, se as ações são planejadas visando o alcance da mídia, aquelas questões ambientais sem tanto apelo midiático não merecem ser defendidas?

## REFERÊNCIAS

BRAGA, José Luiz. Circuitos versus Campos Sociais. In: MATTOS, Maria Ângela; JANOTTI JÚNIOR, Jeder; JACKS, Nilda (orgs.). **Mediação e mediação**. Salvador: EDUFBA, 2012. p.31-52.

COULDRY, Nick. Mediatization or mediation? Alternative understandings of the emergent space of digital storytelling. **New Media & Society**, Chicago, v. 10, n. 3, jun. 2008. p. 373-391. Disponível em: <<http://nms.sagepub.com/content/10/3/373.short>>. Acesso em: 12 out. 2015.

ECODAILY. Save (most of) the whales: Greenpeace now supports Inuit hunting, but native groups still wary. **EcoDaily**, [s.l.], 25 aug. 2014. Section Animal. Disponível em: <<http://ecodaily.org/save-most-of-the-whales-greenpeace-now-supports-inuit-hunting-but-native-groups-still-wary/>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

FRANÇA, Vera Veiga. O objeto da comunicação/ a comunicação como objeto. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz Claudio; FRANÇA, Vera Veiga (orgs.) **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 39-60.

GREENPEACE. **Carne ao molho madeira: vamos colocar a Amazônia na frente dos bois**. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://carneamolhomadeira.org.br/>>. Acesso em: 9 fev. 2016.

GREENPEACE. **Greenpeace Brasil**. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/>>. Acesso em: 03 fev. 2016.

GRIJÓ, Wesley Pereira. Teoria das mediações: atualidade, críticas e usos do pensamento de Jesús Martín-Barbero. In: CONGRESSO MUNDIAL DE COMUNICAÇÃO IBERO-AMERICANA, 1, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: CONFIBERCOM, 2011. Disponível em: <<http://confibercom.org/anais2011/pdf/316.pdf>> Acesso em 10 de janeiro de 2016.

HANNIGAN, John A. **Sociologia ambiental**: a formação de uma perspectiva social. Lisboa: Instituto Piaget, 1995. 271p.

HEPP, Andreas. As configurações comunicativas de mundos midiaticizados: pesquisa da midiaticização na era da “mediação de tudo”. **Revista Matrizes**, São Paulo, v. 8, n.1, p. 45-64, jan. 2014.

HJARVARD, Stig. Midiaticização: conceituando a mudança social e cultural. **Revista Matrizes**, São Paulo, v. 8, n.1, p. 21-44, jan. 2014.

\_\_\_\_\_. Midiaticização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. **Revista Matrizes**, São Paulo, v. 5, n.2, p. 53-92, jun. 2012.

\_\_\_\_\_. The Mediatization of society. A theory of the media as agents of social and cultural change. **Nordicom Review**, Göteborg, v. 29, n. 2, p.105-134, nov. 2008.

LEQUENNE, Philippe. **Dans le coulisses de Greenpeace**. Paris-Montreal: L’Harmattan, 1997. 204 p.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. Mediação e recepção: algumas conexões teóricas e metodológicas nos estudos latino-americanos de comunicação. **Revista Matrizes**, São Paulo, v.8, n.1, p. 65-80, jan. 2014.

LYCARIÃO, Diógenes. **Greenpeace, espetáculo e internet:** o intercruzamento entre diferentes modos de comunicação para a sustentação de debates na esfera pública. 2010. 146 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **De los medios a las mediaciones.** Barcelona: Gustavo Gili, 1987. 300 p.

\_\_\_\_\_. **Dos meios às mediações:** comunicação, cultura e hegemonia. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013. 356 p.

\_\_\_\_\_. **Ofício de cartógrafo:** travessias latino-americanas da comunicação na cultura. São Paulo: Edições Loyola, 2004. 478 p.

\_\_\_\_\_. Uma aventura epistemológica. **Revista Matrizes**, v.2, n.2, p. 143-163, jul. 2009.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das mídias digitais –** linguagens, ambientes e redes. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. 291p.

MARTINO, Luiz Claudio. Interdisciplinaridade e objeto de estudo da comunicação. In: HÖHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz Claudio; FRANÇA, Vera Veiga (Org.) **Teorias da comunicação:** conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 27-38.

MARZOCHI, Samira Feldman. **Greenpeace:** mundialização e política. 1. ed. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2013. 423 p.

PINTO, Rafaela Caetano. **As estratégias ativistas do Greenpeace para suscitar o debate sobre o meio ambiente na esfera pública.** 2011. 112 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

SCHULZ, Winfried. Reconstructing Mediatization as an Analytical Concept. **European Journal of Communication**, London, v. 19, n. 1, p.87-101, mar. 2004.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005. 302 p.

STRÖMBÄCK, Jesper. Four Phases of Mediatization: an analysis of the mediatization of politics. **International Journal of Press/Politics**, Thousand Oaks, v. 13, n. 3, p.228-246, jul. 2008.

VERÓN, Eliseo. Teoria da midiatização: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências. **Revista Matrizes**, v. 8, n. 1, p. 13-19, jan. 2014.

# **OS ANIMAIS, NOSSOS AMIGOS: apontamentos sobre a relação entre homens e animais não humanos no programa de televisão nordeste**

*Viver e preservar*

Eutalita Bezerra da Silva<sup>1</sup>

## 1 INTRODUÇÃO

As extensas discussões acerca da preservação e conservação dos ecossistemas expõem o fato de que a manutenção do meio ambiente está intimamente ligada à relação que os homens estabelecem entre si e os demais nichos da teia. Essas interações são complexas e dependem de uma série de pressupostos, que guardam proximidade com a natureza das sociedades e dos próprios sujeitos. Para que possamos entender como se conformam essas construções discursivas, que erigem uma aproximação ou afastamento do homem perante os demais componentes da complexidade planetária, optamos por lançar um olhar mais atento para o modo como isso é discursivizado pelo Jornalismo, na sua capacidade de construir realidade, ao mesmo tempo em que é por ela construído.

Para esse momento<sup>2</sup>, tomamos como recorte a interrelação entre animais humanos e não humanos na

---

<sup>1</sup> Jornalista e doutoranda em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do sul. Membro dos Grupos de pesquisa Jornalismo Ambiental (GPJA - UFRGS/CNPq) e Televisão e Audiências (GPTV - PUCRS/UFRGS/CNPq). E-mail: eutalita@gmail.com

<sup>2</sup> Este artigo faz parte de uma discussão maior, que desenvolvemos na dissertação intitulada “Meio Ambiente na televisão: efeitos de sentido sobre preservação no discurso do Nordeste Viver e Preservar”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da UFRGS, em 2016.

televisão, entendendo que é o telejornalismo o meio ao qual os brasileiros mais recorrem em busca de informação sobre as questões ambientais, conforme pesquisa do Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2012). O nosso objeto de estudo é o programa de televisão Nordeste Viver e Preservar (NEVP), que se propõe a promover informação sobre a temática ambiental. As reportagens exibidas são produzidas principalmente em Pernambuco, mas também em outros estados do Nordeste.

Para essa investigação, tomamos como proposta teórico-metodológica a Análise do Discurso de matriz francesa, por meio da qual nos propusemos a entender os processos discursivos que conformam efeitos de sentido sobre a relação entre homens e animais não humanos no programa assinalado. Na perspectiva do discurso, o texto é o lugar do jogo de sentidos e é objeto de interpretação (ORLANDI, 1983). Mapear sentidos possíveis no discurso, como propusemos aqui é entender como opaco, pleno de significados e dotado de referências. É admitir o lugar da equivocidade, já que o sentido, que contém o modo de apresentação do objeto, é da ordem do derivável. O gesto de leitura da Análise do Discurso não é linear. Ele requer um mergulho do analista para dentro e fora do texto, num ir e vir à teoria e ao *corpus*. Conforme Pêcheux (1999, p.8), “O desafio crucial [da AD] é o de construir interpretações, sem jamais neutralizá-las, seja através de uma minúcia qualquer de um discurso sobre o discurso, seja no espaço lógico estabilizado como pretensão social”.

Para o nosso estudo, optamos aleatoriamente por trabalhar com um recorte de 18 edições do *NEVP*, sendo seis edições no ano de 2008, outras seis exibidas em 2013 e, ainda, mais seis edições de 2015. Estas

somam 39 reportagens, que foram decupadas e das quais sequências discursivas (SDs<sup>3</sup>) foram colhidas para formar o *corpus* desta pesquisa. Nestas, buscamos marcas que apontem para como o jornalismo feito no NEVP refere-se aos animais. Antes de prosseguirmos, é importante que apontemos a partir de que perspectiva olhamos para o Jornalismo.

Entendemos, em consonância com Benetti (2006, p.2-3), que o Jornalismo é um discurso “dialógico; polifônico; opaco; ao mesmo tempo efeito e produtor de sentidos; elaborado segundo condições de produção e rotinas particulares; com um contrato de leitura específico, amparado na credibilidade de jornalistas e fontes”. O Jornalismo é um dos atores na construção da agenda pública, da realidade e dos valores que circulam nas sociedades, graças à posição estrutural que ocupa, garantida por uma autoridade socialmente concedida (MIGUEL, 1999).

Conforme Kovach e Rosenstiel (2004), os princípios e a finalidade do Jornalismo repousam na função que a notícia exerce na vida das pessoas, exigindo dos profissionais que desempenham essa tarefa um esforço em direção à obrigação moral e social encampada pela atividade. Portanto, estudar o discurso jornalístico, à luz da Análise do Discurso, permite-nos refletir sobre como os

---

<sup>3</sup> Considerando que as matérias de televisão não são tituladas, atribuímos números a estas, em ordem crescente e cronológica, de maneira que temos textos numerados de 1 a 39, sendo 1 a primeira reportagem analisada do ano de 2008 e 39 a última reportagem analisada do ano de 2015. Também atribuímos números às sequências discursivas que formam o nosso *corpus*. Estas foram numeradas a partir de sua apresentação em nossa análise, sendo a 1 a que primeiro figura no nosso gesto de interpretação/análise e 24 a última a ser mencionada neste texto.

valores moldados a partir da mediação jornalística podem ressoar socialmente. É pelo modo de contemplação do Jornalismo Ambiental que nos propomos a analisar o discurso acerca da relação existente entre homens e animais no NEVP. Destacamos que o Jornalismo Ambiental se interessa por uma perspectiva holística, lançando um olhar aprofundado sobre as pautas, comprometendo-se com a qualidade de vida planetária e com a construção social de uma realidade mais justa e ecológica (BELMONTE, 2015).

Uma vez assentadas as bases desta discussão, admitimos que nenhum discurso surge sob criação espontânea, estando todos necessariamente ligados a outros já ditos. Motivo pelo qual recorreremos, diversas vezes, nesta investigação, a outros textos, a fim de atualizar a nossa aproximação com os dizeres do NEVP. Nessa caminhada deparamo-nos com uma passagem vivida pelo oceanógrafo francês Jacques Cousteau que, após 20 meses de uma expedição à Amazônia junto com seu filho, Jean-Michel Cousteau, partiu em busca de um hidroavião que pudesse reinserir na natureza uma lontra. O animal os havia acompanhado dia após dia durante a viagem. Katcha, como eles nomearam o mamífero, havia se perdido de seu habitat natural e foi recebida como um membro da expedição. No momento da despedida, ao liberá-la no Rio Tapajós, o oceanógrafo afirmou: “Sabe, Jean-Michel, as pessoas protegem aquilo que elas amam”. (GEORGINO, 2008).

Essa história nos tocou sobremaneira porque nos deparamos, seguidas vezes, com a expressão “conhecer para preservar” no discurso do NEVP.

*(T8 SD1) Conhecer diversos ecossistemas e poder entender que ela faz parte desse todo e que ela conhecendo, ela pode preservar*

**o lugar que ela vive.** Nós também fazemos parte do ecossistema e de toda biosfera. (T28 SD2) **Como a gente vai preservar algo que a gente não conhece, não é verdade?** Então hoje a gente está aqui com alguns animais para vocês sentirem e a gente tem três representantes dos principais grupos, certo?

O movimento de prover informação necessária à conscientização é realizado, no discurso do *NEVP*, por meio de projetos desenvolvidos pelas autoridades competentes, pela intervenção de figuras reconhecidas como apoiadores do meio ambiente ou mesmo pela observação cuidadosa do lugar e dos demais membros do ecossistema em que vivem<sup>4</sup>.

(T22 SD3) A população **aprendeu** (com um projeto do IBAMA) que a vida é um direito das diferentes espécies e deve ser respeitado.

(T9 SD4) Talvez não seja tarde para **aprendermos uma lição** com essas pequenas e esforçadas criaturas (formigas).

(T28 SD5) Mas como a Sarah (bicho-preguiça) está com um lado paralisado e dificilmente vai voltar a viver na natureza, hoje ela presta esse serviço aqui, né? De ajudar as pessoas **compreenderem a história dela pra poder preservá-la** também, né?"

---

<sup>4</sup> Destacamos que o aprendizado adquirido por meio da análise do modo de vida de outros animais é um modelo de convivência com o ecossistema no qual se baseia a ecologia profunda, para a qual a natureza e o eu são um só. Conforme Capra (1998, p.28), "Essa expansão do eu até a identificação com a natureza é a instrução básica da ecologia profunda, como Arne Naess reconhece: o cuidado flui naturalmente se o "eu" é ampliado e aprofundado de modo que a proteção da natureza livre seja sentida e concebida como proteção de nós mesmos".

Decidimos, então, recorrer a outros textos sobre o assunto, a fim de entender como a ideia de conhecer para preservar tem sido mobilizada em diferentes contextos. Dada a infinidade de possibilidades, escolhemos algumas aleatoriamente, observando apenas a ligação com o campo acadêmico. Encontramos, por exemplo, o 29º Caderno da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que contém a cobertura jornalística feita a partir de conferências e mesas-redondas apresentadas na 59ª Reunião Anual da SBPC, e tem exatamente esses dizeres como título. Conforme a publicação:

O Brasil é um dos países megadiversos do mundo; 20% das espécies vivas do planeta encontram-se no país. Conhecemos, no entanto, apenas 10% de toda essa riqueza. Para os pesquisadores, é imperativa a necessidade de preservar a biodiversidade, mas tão importante quanto isso é conhecer o que deve ser preservado. **Como preservar o que não se conhece?** (SBPC, 2007, p.18-19, grifo nosso)

O portal de Educação Ambiental da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) mostra que a instituição também recorreu à expressão para destacar seus investimentos em pesquisas relacionadas à preservação ambiental, admitindo a necessidade de produção e compartilhamento de conhecimento sobre o assunto. “Esses são alguns dos muitos exemplos de auxílio financeiro e institucional da Fapesc à preservação do meio ambiente e, em particular, à educação ambiental. Afinal, é preciso **conhecer para melhor proteger a natureza.**” (FAPESC, 2014, p.1, grifo nosso)

Essa pequena digressão nos permite atentar para o fato de que cientistas de diversas áreas, ainda que direcionados a objetos diferentes, referem-se à construção do interesse de preservação estando intimamente relacionado à informação, ao conhecimento. Assumimos que o processo de conhecer, de informar-se sobre, de saber da existência de, de notar algo é um dos modos de se produzir a intenção de preservar. Mas como esse conhecimento, essa aproximação, pode se dar na relação existente entre homens e animais não-humanos no discurso do programa?

## 2 HUMANIZAR COMO ESTRATÉGIA DE APROXIMAÇÃO

Lembramos Aristóteles (1989), segundo o qual é a razão que distingue o ser humano dos outros animais. Já para Piaget (1971), é a nossa capacidade de ter um pensamento simbólico e abstrato que faz essa distinção. Numa perspectiva marxista, a possibilidade de fabricar os seus próprios meios de produção é o que permite diferenciar-nos dos demais animais.

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou pelo que se queira. Mas eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida, passo que é condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material. (MARX e ENGELS, 2007, p. 87).

Por um olhar criacionista – doutrina baseada no livro de Gênesis da Bíblia, segundo a qual todo o Universo foi criado por Deus a partir do Nada - o professor Glenn

Morgan (1999) afirma que é a linguagem que nos distancia de outros animais.

O homem é a única criatura na terra que possui linguagem. Alguém pode conceber a adoração sem a linguagem simbólica com que são compartilhados os dogmas religiosos? Já que o ritual requer simbolismo, meu gato, incapaz de usar símbolos, é incapaz de adorar. Sem linguagem, não é possível haver adoração, oração ou comunhão com Deus [...] Linguagem é crucial para tudo que nos faz humanos. (MORTON, 1999, p.2, tradução nossa<sup>5</sup>).

Correntes de estudos da Antropologia apontam que é principalmente a presença da cultura que permite a construção desta segregação.

Entre nós e os animais da Terra há muitas semelhanças biológicas, genéticas e mesmo psicológicas. Por isso, mesmo sem possuímos por enquanto uma linguagem comum, em boa medida nós nos entendemos. Mas há também diferenças relevantes, e uma delas é essencial. Podemos chamá-la de cultura. E no caminho percorrido em larga escala por eles e nós, mas que de um ponto em diante se divide e nos leva por trilhas diferentes em direção – quem sabe? – de um mesmo horizonte, a experiência da cultura é toda a diferença. (BRANDÃO, 2008, p. 27).

---

<sup>5</sup> No original: A human being is the only creature on earth that possesses language. Can one conceive of worship without the symbolic language with which to convey religious concepts? Since ritual requires symbolism, my cat, lacking the ability to use symbols, would appear incapable of worship. Without language, there can be no worship, no prayer, and no communion with God. (...) Language is crucial to everything that makes us human.

Se recorrermos à Biologia, poderemos destacar que o nosso cérebro é mais desenvolvido – embora não seja o maior (nem em volume, nem em peso, tampouco em relação ao restante do corpo) – que o de outros animais; que dispomos de membros anteriores adaptados a múltiplas funções e que somos privilegiados pela posição bípede, que nos permite utilizar as mãos e braços apenas como ferramenta (CAMPBELL; REECE, 2010). Poderemos encontrar estudos<sup>6</sup> que apontam que a diferença entre homens e animais não humanos surge no modo de expressão dos genes no cérebro, daí, ainda que nosso DNA tenha tanta semelhança com o de um Chimpanzé, sermos, os *Homo sapiens*, uma espécie tão diferente daquela.

Com essa breve deambulação por algumas áreas do conhecimento, estamos perante de uma série de estudos que nos diferenciam dos outros animais, os não humanos. Aliás, se há algo que deva ser destacado, é que pouco os homens se entendem enquanto animais, característica que nos foi propiciada pelo Humanismo<sup>7</sup>, momento em que se fomentou o pensamento racional, que é linear e concebe o universo de maneira fragmentada. Trata-se de um posicionamento antiecológico uma vez que “os ‘sistemas’ ecológicos compõem-se de redes e dinâmicas (auto-organizativas) não-lineares, algo aberto, profundamente dinâmico e imprevisível como tal” (PELIZZOLI, 2003, p.33). Para Santos (2009, p.41), a fronteira entre humanidade e animalidade é aparentemente um ponto fundamental para os seres

---

<sup>6</sup> Ver <http://www.genome.gov/> e <http://www.pnas.org/>

<sup>7</sup> Movimento literário e filosófico iniciado no século XVI que teve por fundamento a natureza humana e os limites e interesses do homem (HEIDEGGER, 2009)

humanos, que têm um desejo de segregação “em que eles se separam irremediavelmente dos demais animais, como se não houvesse uma continuidade entre os seres vivos”. Conforme Peter Singer (1990), como nós, os animais são sencientes<sup>8</sup>, sujeitos de sua própria vida e merecem respeito, mas suas diferenças em relação aos humanos os têm levado a tratamentos morais também diferentes.

Paralelamente a esse afastamento que tentamos construir, também forjamos aproximações com os animais, que são formuladas de acordo com as representações sobre eles que circulam na cultura em que estamos inseridos. Se uma vaca é tida como sagrada na Índia, para recorrer a um exemplo comumente utilizado, no Brasil ela é destrinchada à mesa de boa parte da população. Por outro lado, se cachorros são “o melhor amigo do homem” na nossa cultura, na China eles são caçados e comidos em festivais.

Assim, os animais não-humanos respondem a padrões de aceitação definidos socialmente, sendo tratados como bonitos, agradáveis, nojentos, asquerosos ou quaisquer outros adjetivos específicos das sociedades para caracterizar aquelas espécies. Novamente recorrendo a uma alegoria, pensemos nas baratas, que há 350 milhões de anos habitam a Terra, são encontradas em todo o mundo e consideradas uma praga em muitos países (COCHRAN; GRAYSON; GURNEY, 1980). Em nosso país, esses animais são tidos como repulsivos e sujos, adjetivos que guardam relação com seu lugar de proliferação, o esgoto, local de dejetos. De maneira distinta, se analisarmos as baratas

---

<sup>8</sup> Que sente ou tem sensações; sensível. (SENCIENTE, 2009)

noutra conjuntura, em alguns países da África e parte da Indonésia o hábito da entomofagia<sup>9</sup> – que inclui as baratas – é corriqueiro. Os adjetivos a elas impingidos nesses locais já se modificam: nutritivas e comestíveis são alguns deles.

Dal-Farra (2003) afirma que as maneiras como os animais se inserem em nossas vidas são complexas.

Criamos alguns, nos aproximando cada vez mais deles; aceitamos outros, dentro de algumas condições; toleramos terceiros, até certo ponto, e exterminamos aqueles que excluímos de nossas simpatias. Dentro das inúmeras possibilidades de representações de animal fazemos as nossas escolhas: defendemos o cuidado dos animais que são importantes para nós, olhamos para alguns com maior interesse do que para outros e, fundamentalmente, absorvemos as representações cuja ressonância com nossos valores proporcionam maior engajamento com os discursos que circulam no tecido cultural (DAL-FARRA, 2003, p. 358).

Nós, enquanto sujeitos interpelados pela ideologia dominante no nosso tempo, somos antropocêntricos por nossa própria constituição e, como tal, temos essa centralidade como característica marcante em nossa linguagem, lugar em que se materializa o pensamento do sujeito (HEIDEGGER, 2009). Vemo-nos como sujeitos e os demais seres do mundo como assujeitados. No que tange aos animais não humanos, especialmente, no afã pela aproximação daqueles que melhor correspondam aos padrões da nossa sociedade, tendemos a atribuir-lhes

---

<sup>9</sup> Vide [http://www.bbc.com/portuguese/ciencia/2011/01/110124\\_insetos\\_alimento\\_mv.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/ciencia/2011/01/110124_insetos_alimento_mv.shtml)

valores e ações que são tão mais positivos quanto a nossa simpatia ou tolerância em relação a eles, como dissemos.

Segata (2012, p.145) afirma que determinadas espécies como insetos, crocodilos ou rinocerontes, talvez sejam demasiado animais e não sirvam para serem humanos, enquanto que outros, como alguns macacos, são mais biologicamente próximos dos humanos. Ainda segundo o autor, é a partir do reconhecimento de que há semelhanças entre homens e animais não humanos que se estabelecem modos de identificação e relação entre eles, “como a convivência no mesmo lar, o uso de roupas, a fisiologia, o diagnóstico, o tratamento de certas patologias antes apenas atribuídas aos humanos e, mais recentemente, a administração de medicamentos dessa mesma natureza”.

O movimento de atribuir características humanas aos animais, a antropomorfização, tem sido objeto de estudo de muitos teóricos. Porém, optamos por não fazer uma grande digressão acerca do tema, uma vez que, para este momento, ele nos serve como operacionalização, como um caminho para chegar à construção dessa relação entre homens e animais não humanos no discurso do Nordeste Viver e Preservar. Nesse caminhar, percebemos que há uma insistente tentativa de antropomorfizar (e de personalizar) as espécies que são apresentadas ao telespectador, que nos parecem tentar promover essa aproximação que o programa diz ser necessária à sua preservação.

Vejamos algumas SDs que nos apontam para a antropomorfização e tentemos, então, alcançar um sentido de preservação atribuído pelo programa.

(T3 SD6) (*Os sapos*) São os **pavarottis** de riachos, lagoas, de reservatórios que voltaram a encher, em busca de uma parceira seduzida pelo canto.

(T19 SD7) A raia manteiga **desfila** pelo convés [...] Vamos aproveitar mais um pouco o **balé** dos peixes, o espetáculo da natureza.

(T22 SD8) Além dos papagaios, 28 periquitões, conhecidos como aratinga da testa azul, foram soltos na mesma área. E eles **gostam de uma provocação**. Veja só como esse periquitão chega **querendo confusão**.

(T28 SD9) Que bichinho mais **simpático!** A preguiça parece que está sempre **sorrindo**. Vai levando a vida assim, bem devagar, como se o mundo andasse em câmera lenta.

(T28 SD10) As preguiças dormem 14h por dia. São mamíferos, vivem nas árvores e só descem uma vez por semana pra, vamos dizer assim, **ir ao banheiro**.

Nessas SDs há uma preponderância de atribuições que são claramente humanas àqueles animais. Desfile, dançar balé, arrumar confusão, sorrir e ir ao banheiro são marcas discursivas que apontam para uma humanização das espécies das quais se fala. Entendemos que sapos, em geral, são animais aos quais são imputados adjetivos negativos, fruto de um afastamento da população em relação a eles. São pouco humanizados. Ao chamá-los de “pavarottis” – uma referência ao cantor italiano Luciano Pavarotti, reconhecido pela bela voz – a matéria sugere um olhar diferente sobre o animal, especialmente sobre o seu canto. Já o desfile da raia ou o balé dos peixes nos apontam para uma fantasia que torna ainda mais bonita a cena apresentada. Desfile e balé são espetáculos relacionados à beleza, à cenografia, à plasticidade.

No que concerne à questão da simpatia e dos sorrisos, e o mesmo vale para a “confusão” criada pela ave na SD8, parecem estratégicos para criar essa relação de afabilidade entre o espectador e o animal. Parece risível que um pássaro provoque o outro em busca de uma briga. E, nesse caso, a construção do texto propicia a ideia de que aquela é, mesmo, uma ave arredia. Embora se saiba, pelo contexto, que a “confusão” foi apenas uma tentativa de dividir o alimento, a proposta do programa tornou a cena mais atraente, nesse caso, pelo humor. No último caso, inclusive, percebemos que a antropomorfização se presta a atenuar a informação. Não parece agradável que a repórter explique a frequência com que o animal precisa descer da árvore para depositar seus excrementos na terra. “Ir ao banheiro”, nesse caso, é um modo de tornar a informação mais palatável e, porque não, mais curiosa.

A antropomorfização presente no discurso do programa também se presta à construção de um relacionamento afetivo entre os animais baseado em experiências humanas. O ninho artificial utilizado para reprodução de pássaros é uma suíte; o recinto onde ficam os filhotes, um berçário<sup>10</sup>; o local de desova de tartarugas, uma maternidade. Um encostar de bico na boca vira um beijo.

(T26 SD11) Cada viveiro abriga um casal. É **como se fosse uma suíte**. E cada suíte tem uma caixa de madeira como essa daqui: um ninho artificial. E dentro a vida vai

---

<sup>10</sup> Esse tipo de construção é tão corriqueiramente utilizado que, para a conformação desse estudo, investigamos nos principais dicionários de língua portuguesa a aplicação das palavras berçário e maternidade para certificarmos-nos de que o uso em língua formal se refere somente a humanos. Os verbetes dos dicionários Aurélio (FERREIRA, 2010), Houaiss e Villar (2011) permitem-nos essa afirmação.

seguindo o seu ciclo. Aqui estão quatro filhotinhos: **é um berçário.**

(T25 SD12) Mas como uma tartaruga recém-nascida, saindo do ninho embaixo da terra, levando tão pouco tempo para chegar ao mar, pode memorizar o local da **maternidade** e voltar quando se tornar adulta?

(T31 SD13) Quando são bem tratados, os animais criam afinidades com os donos. Cristiane e sua arara têm um relacionamento de muito carinho. **E quem disse que as araras não beijam na boca?**

Embora se referindo a cães e gatos, Segata (2012, p. 157-158) questiona o que faz dos animais indivíduos e não apenas mais um exemplar de sua espécie. Para ele, “Talvez uma das chaves esteja na maneira como empregamos em uso comum outras palavras, como pessoa ou gente: talvez o modo mais apropriado de se colocar a questão não seja a humanização dos animais, mas personalização deles”. Nesse sentido, entendemos que, um dos modos mais eficazes de antropomorfização, momento em que o animal pouco pode ser reconhecido enquanto membro de sua espécie, tamanha sua relação com o homem, é o “batismo”: o momento em que os animais ganham nomes.

Xica e Sarah são os exemplos mais contundentes desse movimento encontrados nas matérias analisadas. A primeira, uma fêmea de peixe-boi de 50 anos. A segunda, uma fêmea de bicho-preguiça. Ambos os animais vivem em cativeiro e são descritos como símbolos do sofrimento impingido às suas espécies. Porém, com a intervenção do homem – no caso de Xica, após ser levada a um centro de tratamento, e de Sarah, ao ser praticamente “adotada” pela bióloga de um zoológico do Recife – ambas podem desfrutar de uma vida tranquila e repleta de regalias.

Começamos, então, por Xica, fêmea de peixe-boi que passou por mais de 20 anos de maus tratos e guarda deformidades em seu corpo fruto dos tempos de cativo num pequeno tanque, numa praça do Recife. Na matéria, é descrita como uma idosa ranzinza, cheia de manias e mimos.

(T13 SD14) Xica é considerada uma **celebridade** e recebe tratamento de **estrela**, com direito a um temperamento, vamos dizer assim, próprio de uma **diva**.

(T13 SD15) REPÓRTER: Xica tem **personalidade forte** e um jeito arredo de ser. São marcas do tempo de cativo. (Voltando-se para a veterinária, questiona): Ela seria uma **senhora ranzinza**?

VETERINÁRIA: “Não, ela não chega a ser ranzinza, ela é traumatizada, digamos assim...” [...]

REPÓRTER: É de poucos **amigos**?

VETERINÁRIA: É de poucos amigos!

Já Sarah, exemplar de bicho-preguiça, sofreu um acidente que a deixou com metade do corpo paralisado. Graças aos esforços envidados pelos biólogos do zoológico do Recife, sobreviveu e, na matéria, é tratada como uma criança pela funcionária do zoológico, construções que podem ser vistas adiante.

(T28 SD16) A preguiça é carregada como uma **bebê** pela Fernanda, que é bióloga. As duas são inseparáveis.

[...] “eu não tenho nem **filho**, aí elas acabam **substituindo o espaço, né**”?

Buber (2006) defende que o encontro é o meio a partir do qual um ser situado no mundo coloca-se em relação a Outro como EU-TU, relação dialógica de reciprocidade.

Para o autor, “Aquele que diz TU não tem coisa alguma por objeto”. (BUBER, 2006, p.29) Essa postura difere-se de um EU-ISSO, relação objetivante, em que “em lugar de liberar o que está ligado a este mundo ele o reprime; em lugar de contemplá-lo ele o observa, em lugar de acolhê-lo serve-se dele. (BUBER, 2006, p.47).

Assim, assumimos que a aproximação com os animais promovida pela antropomorfização pode fomentar uma empatia, o que é importante para a manutenção das espécies e para a conformação de um interesse de preservação. Porém, pontuamos também a possibilidade descrita por Segata (2012, p.74), para quem, por outro lado, “Inserido no núcleo das famílias, substituindo os filhos ou se tornando um de seus brinquedos, eles (os animais) sofrem pelo excesso de carinho, ao passo que revelados como simples objetos, são cada vez mais facilmente abandonados”. Admitimos, todavia, que não há problematização no discurso do programa acerca dos cenários possíveis dentro desse modo de relacionar-se com os animais não humanos.

Ainda inquieta-nos outra questão, que acreditamos também merecer destaque nessa investigação: o *NEVP* aponta aquilo que deve ser preservado, próximo do ser humano e que possibilita essa relação antropomórfica. Mas o programa define, também, o que não se parece com o homem, ao permitir um afastamento ou uma segregação de animais que não são tidos como dignos de existência ou que, pelo menos, podem ser exterminados em determinadas circunstâncias, sempre visando ao bem-estar do homem, instância superior cujas necessidades definem até mesmo que outras espécies animais devam deixar de existir. Nessa disputa, algumas espécies são tratadas como descartáveis e não há qualquer apego à sua existência *per se*.

Sabemos que, além da tendência antropomórfica, capaz de transformar animais em humanos, também temos nossa forte tradição antropocêntrica, pela qual vemos o meio ambiente como assujeitado, feito para nos servir. Assim, aquilo que não é útil ou dificulta algum aspecto da vida humana – especialmente o econômico – é tido como indigno de existência. Puig (1998), ao questionar quais animais teriam direito à vida, postulou que no âmbito cultural das sociedades plurais, convivem múltiplos e distintos valores, alguns até contraditórios e que inevitavelmente criam desconcerto e desorientação nos sujeitos. Essa relação pode ser observada no *Nordeste Viver e Preservar* em relação aos animais cujas vidas valem menos, seja por terem valor comercial definido, seja por trazerem incômodos à vida humana. Almeida (2015) explica que para que exista um resgate da memória ambiental de ecossistemas e espaços naturais é necessário um desprendimento da ideologia antropocêntrica. Ele sugere o propósito narrativo midiático pautado na experiência de animais, vegetais, montanhas, florestas, faunas, para contar suas histórias. Mas o que vemos no NEVP está distante disso. Se para determinadas espécies o discurso do programa é o da preservação, de proteção, de direito intrínseco à vida, à liberdade, quando a referência é aos animais nascidos em cativeiro com a finalidade de comercialização, por exemplo, há uma mudança na postura adotada.

Nas SDs a seguir, apontamos o discurso do programa relativo às aves nascidas em liberdade e, em seguida, à mesma classe, porém em referência aos exemplares nascidos em cativeiro.

(T30 SD17) O céu não tem limite para as asas da liberdade no voo de volta p'ra casa. Uma nova vida para quem estava em cativeiro. **Presos por um equívoco da humanidade.**

(T26 SD18) Os criadouros têm a missão de multiplicar os animais, aumentar a oferta e assim tentar diminuir o tráfico. Nós visitamos um desses lugares com mais de 600 aves, **todas muito bem cuidadas.**

A diferença de tratamento a diferentes espécies, dentro da analogia com comportamentos humanos, também pode ser observada no *NEVP* em matéria sobre grilos, considerados uma praga numa comunidade. O programa admite a morte desses insetos, com a conivência dos pesquisadores ouvidos e dos moradores, incomodados com o som que eles produzem. Receitas ou estratégias para a sua erradicação fazem parte dessa matéria, apesar do *NEVP*, em outras ocasiões, pregar que todas as espécies têm direito à vida. Destacamos, ainda, que sugerir a morte desses insetos e fornecer informações para a melhor forma de conseguir esse intento seria impensável em relação a outros animais que têm a forma mais humanizada, como já discutimos anteriormente.

(T17 SD19) Já o biólogo Marco Aurélio Oliveira **ensina a preparar uma armadilha** que deve ser colocada embaixo dos postes quando os grilos chegarem atraídos pela luz. *SONORA*: Debaixo desses postes você pode colocar alguns tonéis ou bacias com água e um pouco de detergente para quebrar essa tensão superficial. A medida que eles pulam, atraídos pela luminosidade, eles caem nesse tonel e **acabam se afogando** por

conta da tensão superficial que foi quebrada por esse detergente.

Notamos, ainda, como em todo discurso, fragmentos de um sujeito que pensa dominar determinado assunto, mas que se desvia dele e se mostra com suas sinuosidades. O mesmo repórter engajado na preservação de todas as espécies, também define quais delas são belas - e, por conseguinte, nos valendo das discussões aqui já traçadas, do que é digno de preservação. Vejamos a SD a seguir:

(T24 SD20) **O nome não faz justiça à beleza do lugar.** Estamos na Cachoeira do Urubu, em Primavera, zona da mata sul de Pernambuco.

A Cachoeira do Urubu é um lugar bonito, de acordo com o repórter, mas o urubu - a ave, que se alimenta da carcaça de animais mortos, de matéria orgânica em decomposição, e que carrega consigo um estigma negativo (SICK, 1997) - acreditamos que, para o repórter, não tenha a beleza suficiente para nomear aquele espaço. Nesse sentido, entendemos que, possivelmente, o nome urubu não proporcione a vontade de preservação à qual o programa se apegue, sendo necessário delimitar a beleza do lugar, embora a nomenclatura recebida possa sugerir o contrário.

Elisa Aaltola, pesquisadora do departamento de Filosofia da Universidade de Turku, na Finlândia, propõe uma “ética para outros animais” que se diferencia da visão antropocêntrica na qual os valores são atribuídos por nós e para aqueles como nós, abrindo espaço para acolher a diferença. Segundo ela,

Se os animais são percebidos como mecanismos em vez de organismos como os humanos, eles irão ser retirados da esfera moral; se os animais são percebidos como sendo similares aos humanos em certos aspectos, eles irão se tornar uma parte permanente da moralidade. (AALTOLA, 2002, p.194, tradução nossa<sup>11</sup>).

Sabemos das controvérsias inerentes à questão da moralidade (ou, mais que isso, que há diferentes noções de moral) e somos atentos à existência de correntes segundo as quais a produção de animais em cativeiro diminuiria o tráfico de animais ou que a morte dos grilos é necessária para a qualidade de vida daquela comunidade. Não é esse o nosso interesse, no momento. Mas, realmente, conseguir conformar uma visão que nos aponte para como essa relação é construída no programa.

### 3 UMA RELAÇÃO PAUTADA POR DICOTOMIAS

Há vários motivos para atendermos a necessidade de proteção do meio ambiente descritos na literatura. Dworking (1998)<sup>12</sup> afirma que a defesa do meio ambiente deve tomar como pressuposto o direito intrínseco à vida, admitindo que todos os seres devem ser considerados moralmente a partir deste critério. Já Peter Singer (1990),

---

<sup>11</sup> No original: "If animals are perceived as mechanisms instead of human-like organisms, they will be pushed outside the moral sphere; if animals are perceived as being similar to humans in certain respects, they will become a permanent part of morality"

<sup>12</sup> Dworking desenvolve sua obra com especial interesse pelo sagrado que, diferente do que se possa indicar, não tem necessariamente uma concepção teísta. Para o autor, a própria valoração do processo evolutivo que originou a espécie confere-lhe um caráter inviolável (KHUNEN, 2004).

por seu viés utilitário, admite a necessidade e a dificuldade de se elaborar uma ética capaz de considerar interesses de seres vivos não sencientes, como as plantas.

As criaturas sencientes têm vontades e desejos. A pergunta “como deve ser o afogamento de um gambá?” pelo menos faz sentido, ainda que, para nós, seja impossível dar uma resposta mais precisa do que “deve ser horrível”. Ao chegarmos às decisões morais que afetam criaturas sencientes, podemos tentar acrescentar os efeitos exercidos por diferentes ações sobre todas as criaturas sencientes afetadas pelas ações alternativas abertas a nós. Isso nos dará, pelo menos, uma tosca orientação com relação àquilo que talvez fosse a coisa certa a fazer. Mas não há nada que corresponda ao que deve ser uma árvore morrendo porque suas raízes foram inundadas. Ao abandonarmos os interesses de criaturas sencientes como nossa fonte de valor, onde encontraremos valor? O que é bom ou mau para as criaturas não-sencientes, e porque isso tem importância? (SINGER, 1990)

Nesse sentido, a obra de Peter Singer está relacionada à construção de uma ética capaz de assegurar a vida de determinados seres, considerando sua atribuição de valores distintos a vidas distintas. A hierarquização proposta por Singer, embora não admita, por exemplo, o consumo de carne por humanos – salvo em situação de escassez de alimentos ou em legítima defesa – propõe preservar os bens naturais, para que estes possam servir à vida dos homens e animais não humanos. Para o autor, a derrubada de uma floresta deve levar em conta, por exemplo, o seu valor estético, já que a ela estão ligados

muitos dos prazeres humanos, a necessidade dessa floresta para as próximas gerações e o seu valor biológico.

O artigo 225 da Constituição Federal Brasileira é dedicado ao meio ambiente e afirma que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e **futuras gerações**”. (BRASIL, 2012, grifo nosso)

Ao longo da análise das reportagens do *NEVP*, percebemos repetidas menções àqueles que vêm depois de nós. As chamadas “futuras gerações” são alvo de preocupação desmedida e é para elas que se deve fomentar a manutenção do ecossistema. Como dissemos, nenhum discurso surge alheio a outros discursos. Proferido numa das maiores conferências da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), realizada em Paris, o texto da Declaração sobre as Responsabilidades das Gerações Presentes em Relação às Gerações Futuras, adotado em 1997, afirma que “As gerações presentes têm a responsabilidade de garantir que as necessidades e os interesses das gerações presentes e futuras sejam plenamente salvaguardados.” (UNESCO, 1997).

Dessa forma, os atuais “inquilinos” da Terra têm a responsabilidade de entregar o planeta aos próximos moradores sem quaisquer danos irreversíveis. Para tanto, conforme a Declaração, é preciso que a natureza e a vida humana nunca sejam deterioradas, sob qualquer aspecto, e o progresso científico e tecnológico não prejudiquem a vida na Terra. O documento sugere ainda

que, para garantir o benefício dos ecossistemas às futuras gerações, é preciso as gerações atuais se empenhar por um desenvolvimento sustentável.

Esse importante texto embasa muito do que se diz sobre o assunto e é possível ver suas reverberações em diversos discursos mais recentes sobre a questão ambiental. Não estamos dizendo, com isso, que os sujeitos autores desses dizeres foram conscientemente buscar nos ditos da Unesco que deveríamos, todos, nos preocupar com as gerações futuras. Na verdade, esses termos estão cristalizados socialmente e são constantemente mobilizados quando se fala sobre o assunto. Aquilo que se pode acessar e restabelecer do interdiscurso sobre o assunto é a memória discursiva.

Percebemos a reprodução desses dizeres no discurso do *NEVP* em algumas situações referentes à relação humano / animal não humano, sobre as quais discutiremos agora. Porém, percebemos que essas construções estão ligadas a um ideal de “homem bom”, preocupado com as futuras gerações e em manter o ecossistema equilibrado, cujo antagonista é um homem mau, que não respeita essas regras socialmente determinadas.

Algumas vezes, é o próprio repórter que confere performance a esse bom homem, inserindo-se na discussão e buscando soluções para os problemas sofridos por esses animais não humanos, como vemos a seguir:

(T23 SD21) **A solução** para todos (os traficantes de animais) seria cadeia. E os contrabandistas, os compradores, esses não se arriscam!

De outro lado, há aqueles que não se engajam na discussão e degradam o ambiente. Esses inimigos da preservação - dos quais citamos os traficantes de animais, há pouco - também são destacados no *NEVP*. O homem, figura controversa, que protege e desprotege o ecossistema do qual depende para viver, aparece muitas vezes no lugar do inimigo. Para essa construção, o programa se vale da dramaturgia, diferente do puro entretenimento ou do sensacionalismo. Conforme Coutinho (2012), na dramaturgia do telejornalismo, as ações, os personagens e a existência de uma mensagem moral são essenciais numa narrativa dramática. Esta se desenvolve a partir de um conflito, como observamos nas reportagens analisadas, entre o homem e a natureza. Curiosamente, porém, eles se alternam no papel de vilões, mocinhos e beneficiados, como veremos adiante.

(T22 SD22) Eles (os papagaios) foram praticamente extintos pela perseguição implacável do **seu maior predador: o homem**. Os antigos coronéis, donos das fazendas, mandavam matar os papagaios, porque eles comiam as plantações de milho e pagavam por cada animal abatido.

(T28 SD23) Ela (a preguiça) estará a salvo enquanto a mata estiver preservada e **o homem, seu principal predador**, permitir.

(T39 SD24) (*As aves são predadoras*).**Mas o maior predador dos animais é o próprio homem**. Nem as corujas escapam.

Nas SDs acima, o homem converte-se no inimigo, no vilão da história. Destacamos o uso do termo “predador” para refletir uma postura antiecológica humana. No reino

animal, predador é quem mata para comer, atitude bem distinta da apontada na matéria, associada à destruição do ecossistema, por meio da depredação de árvores, da matança de papagaios, preguiças e corujas, que não servem de alimento ao homem. Por certo, o termo pode ser utilizado como referência a esse tipo de construção, mas destacamos que, num contexto ecológico, atribuir características de animais não humanos como sinônimos para condutas humanas lastimáveis é um aspecto antropocêntrico, mesmo realizado num contexto de crítica.

#### 4 POR UM VIÉS DE CONCLUSÃO

Assim, admitimos que o discurso do *NEVP* admite o uso sustentável do meio ambiente, focando no bem-estar do homem, mas ancorado num contexto antropocêntrico indicando – e isso se reflete em muitas das SDs analisadas – o homem como senhor de tudo ao seu redor, sendo sua a definição sobre o que tem (ou não) valor. Um grilo ou as aves criadas em cativeiro, segundo essas leis, então, não têm valor intrínseco, senão pelo prazer ou desprazer possivelmente proporcionados ao homem. O valor de um grilo é infinitamente baixo, justificando a permissão dada pelo programa para a sua morte, enquanto as aves cuja reprodução serve à venda têm um valor tão alto quanto os homens estiverem dispostos a pagar. Por outro lado, as raias que desfilam pelo convés do barco, avistadas num mergulho, têm o valor medido pela beleza oferecida aos olhos humanos, e os urubus, um valor tão baixo que não poderiam ter sido admitidos como o nome de uma cachoeira.

O discurso do programa, ainda, tem maior preponderância de dizeres que colocam o homem como centro das discussões, embora haja críticas ao seu comportamento aviltante e às práticas de crimes ambientais. Os animais são, no *NEVP*, dispostos, de certa maneira, numa ordem hierárquica, em que determinados valores são atribuídos de acordo com a relação a partir da qual nossa sociedade mantém com eles, estando alguns mais próximos da nossa noção de moral em detrimento de outros. Eles são lidos de maneira antropocêntrica e, como tal, recebem qualidades e a eles são impingidas atitudes humanas, na tentativa de humanizá-los. Quando o programa zoomorfiza a espécie humana, o faz desqualificando os animais não humanos, vide a questão da depredação do ambiente, sendo a posição humana de degradador do ambiente repetidas vezes descrita como um ato de “predação”, embora em nada se assemelhe à atitude de predador do animal não humano.

A beleza e o exotismo foram utilizados como incentivo à proteção do ambiente, reforçando nosso entendimento de certa hierarquização, uma vez que aqueles espaços ou espécies às quais são atribuídos adjetivos contrários a isso ficam apartadas da proteção incitada pelo *NEVP*. Porém, admitimos que essa construção, aliada à dramatização do ambiente, podem, no que tange àquilo caracterizado como belo e exótico, promover um interesse de conservação, visto que a questão da aparência é um ponto importante para a concepção de mundo em vigor no tempo contemporâneo.

## REFERÊNCIAS

AALTOLA, E. 'Other animal ethics' and demand of difference. **Environmental Values**, Isleof Harris, v. 11, n. 2, p. 193-209, may 2002.

ALMEIDA, S.. Cidadania de seres não humanos e ecossistemas: pressupostos para proposta em educomunicação e jornalismo ambiental. In: **Anais do ENPJA. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO AMBIENTAL**, 2016, São Paulo. p. 93-107.

ARISTÓTELES. Animals and slavery. In: REGAN, T; SINGER, P. (Orgs.). **Animal Rights and Human Obligations**. New Jersey: Prentice Hall, 1989, p.4-5.

BELMONTE, Roberto Villar. **A construção do discurso da economia verde na revista Página 22**. Porto Alegre, 2015, Dissertação (mestrado em comunicação e informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015. 180 p.

BENETTI, M. Jornalismo e perspectivas de enunciação: uma análise metodológica. **INTEXT**, Porto Alegre, n. 14, p.68-79, jan./jul. 2006. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/4251>>. Acesso em: 26 dez. 2015.

BRANDÃO, C. Viver de criar cultura, cultura popular, arte e educação. In: SILVA, R (Org.). **Cultura popular e educação**. Brasília: MEC/SEED, 2008. 246 p. Disponível em: <[http://cdnbi.tvescola.org.br/resources/VMSResources/contents/document/publicationsSeries/livro\\_salto\\_cultura\\_popular\\_educacaoi.pdf](http://cdnbi.tvescola.org.br/resources/VMSResources/contents/document/publicationsSeries/livro_salto_cultura_popular_educacaoi.pdf)>. Acesso em: 13 jun. 2015.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. **O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável**: pesquisa nacional de opinião: principais resultados. Rio de Janeiro: Overview, 2012. 82 p. Disponível em: <file:///C:/Users/Angela/Downloads/o\_que\_o\_brasileiro\_pensa\_do\_meio\_ambiente\_e\_consumo\_sustentavel.pdf> Acesso em: 19 abr. 2016.

BUBER, M. **Eu e Tu**. São Paulo: Centauro, 2006. 170 p.

CAMPBELL, N. REECE, J. **Biologia**. Tradução Ane D. Vilella. 8 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 1456 p.

CAPRA, F. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix/Amana-Key, 1998. 256 p.

COCHRAN, D. G.; GRAYSON, J. M.; GURNEY, A. B.. V. **Cockroaches**: biology and control. Genebra: WHO, 1980. p. 1-45.

COUTINHO, I.; MUSSE, C. Telejornalismo, narrativa e identidade: a construção dos desejos do Brasil no Jornal Nacional. In: VIZEU, A.; PORCELLO, F.; COUTINHO, I. (Orgs.). **40 anos de Telejornalismo em rede nacional**. Florianópolis: Editora Insular, 2009. p.15-30.

DAL-FARRA, R.A. **Representações de animais na contemporaneidade**: uma análise da mídia impressa. 2003. 320 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

DWORKING, R. **El dominio de la vida**. Barcelona: Ariel, 1998. 359 p.

FAPESC. **É preciso conhecer para preservar**. Disponível em <<http://educacaoambiental.sds.sc.gov.br/index.php/instituicao/74-fapesc>>. Acesso em 21 abr. 2016.

FERREIRA, A. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 5 ed. Curitiba: Positivo, 2010. 2222 p.

GEORGINO, E. Jean-Michel Cousteau: Tudo está conectado. In: PLANETA Sustentável. São Paulo: Editora Abril, 2008. Disponível em [http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/ambiente/conteudo\\_292409.shtml?func=1](http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/ambiente/conteudo_292409.shtml?func=1) HEIDEGGER, M. **Sobre o Humanismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: editor Tempo Brasileiro, 2009. 106 p.

HOUAISS, A & VILLAR, M. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 3008 p.

KHUNEN, T. Do valor intrínseco e de sua aplicabilidade ao meio ambiente. *Ethic@*, Florianópolis. v.3. n.3. p.255-273, dez 2004.

KOVACH, B; ROSENSTIEL, J. **Os elementos do jornalismo**. 2 ed. São Paulo: Geração Editorial, 2004. 302 p.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007. 616 p.

MIGUEL, L. F. O jornalismo como *sistema perito*. **Tempo Social**. Revista da Sociologia. São Paulo, v. 11, n. 1, p. 197-208, maio 1999.

MORTON, G. Dating Adam. In: **Perspectives on Science and Christian Faith**, v. 51, n. 2, p. 87-97, jun. 1999. Disponível em <http://www.asa3.org/ASA/PSCF/1999/PSCF6-99Morton.html>. Acesso em 08 dez. 2015.

ORLANDI, E. **A Linguagem e seu Funcionamento**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983. 276 p.

PÊCHEUX, M. O papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. **O papel da Memória**. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.

PELIZZOLI, M. **Correntes da ética ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2002. 121 p.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo, e sonho, imagem e representação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. 370 p.

PUIG, J. **A construção da personalidade moral**. São Paulo: Ática, 1998. 253 p.

SANTOS, J. **Educação ambiental e o trabalho com valores: olhando para os animais não humanos**. 2009, 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2009.

SBPC. **Conhecer para preservar: registro dos debates da 59ª reunião anual**. Belém: SBPC, 2007. 76 p. (Cadernos da SBPC, 29).

SEGATA, Jean. **Nós e os outros humanos, os animais de estimação**. 2012, 200 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SENCIENTE. In: MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos., 2009. Disponível em <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=senciente>>. Acesso em 21 abr. 2016.

SICK, H. **Ornitologia brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. 862 p.

SINGER, P. **Animal Liberation**. 2 ed. New York: Avon Books, 1990. 324 p.

UNESCO. **Declaração sobre as responsabilidades das gerações presentes em relação às gerações futuras**. Brasília, 1997. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001108/110827por.pdf>>. Acesso em 21 abr. 2016.

# ECO-HORROR OU ECOANIMAL: problemática de gênero fílmico em *Os pássaros de Alfred Hitchcock*<sup>1</sup>

Simão Farias Almeida<sup>2</sup>

## 1 INTRODUÇÃO

Narrativas fílmicas podem aparentar pertencer a um gênero, porém, em um nível mais profundo, pertencer a outro (STAM, 2003, p.150). A montagem e os discursos dos personagens, incluindo suas perspectivas ideológicas, provocam pesquisadores a problematizar a disposição rígida de gêneros e subgêneros, incidindo no debate em torno do hibridismo e na sua hierarquização.

O eco-cinema não foge a esta discussão, e inclusive a convergência de discursos ecoantropocêntricos<sup>3</sup> e biocêntricos<sup>4</sup> opostos a outros antropocêntricos, em suas produções, subverte conclusões engessadas acerca de gêneros clássicos e tradicionais, além dos projetos estéticos dos diretores.

---

<sup>1</sup> Ensaio resultado de trabalho apresentado na 11<sup>a</sup> Conferência Bienal da Association for the Study of Literature and Environment (ASLE) na Universidade de Idaho (Estados Unidos) em 2015.

<sup>2</sup> Professor Adjunto da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Contato: simon-jp@hotmail.com.

<sup>3</sup> Richard Maxwell e Toby Miller (2012, p.33) falam do ecoantropocentrismo responsável por interpretações divergentes de como os humanos atribuem valores à natureza não humana. A partir desta perspectiva, a mediação humana projeta qualidades, ideologias e comportamentos humanos a animais e vegetais.

<sup>4</sup> Segundo Enrique Leff (2008, p. 78), o biocentrismo é um dos princípios do ambientalismo. Neste sentido, tem caráter mais ecológico do que a angulação ecoantropocêntrica do meio ambiente e dos animais.

*Os pássaros* (1963) de Alfred Hitchcock têm sido costumeiramente associados ao suspense, no entanto sua proposta ambiental de problematizar o tema do desequilíbrio do ecossistema faz-nos pensar que esta adequação de gênero fílmico não passa de simplismo. Tendemos a ver o suspense como um método de montagem comum a qualquer filme. Resta-nos investigar o projeto ideológico de Hitchcock ao fazer uso do suspense para sinalizar a disposição e o conflito de perspectivas socialmente marcadas.

Desde já, recusamos a imposição crítica generalista de moral sexista à estética hitchcockiana. Robin Wood (2002, p.67) aponta o debate em torno do desconcertante e complex senso moral dos filmes do director americano, “[ ] in which good and evil are seen to be so interwoven as to be virtually inseparable, and which insists on the existence of evil impulses in all of us”<sup>5</sup>. A tendência dos críticos é atribuir a ele o propósito de uma moral masculinizante sobre a psicologia feminina e as consequências comportamentais de subjugação e até da tentativa de romper a distância social entre os sexos. Vistos através deste panorama, os filmes são acusados de demonstrar o desconcerto da natureza diante das desnormalizações culturais. Planos ideológicos advindos desta moralidade se sobrepõem, segundo esta perspectiva, para forjar o fato de que a crise social, reflexo do descontrole da hierarquia masculina, interfere numa crise ambiental.

A atribuição dos ataques dos pássaros à psicologia da protagonista Melanie Daniels, à sua atitude *masculina*

---

<sup>5</sup> em que o bem e o mal são apresentados tão entrelaçados como sendo praticamente inseparáveis, e insistem na existência de impulsos do mal em todos nós (tradução livre do autor do ensaio).

de ir atrás de seu pretendente, mais costumeiramente associada aos homens, à projeção de uma moral masculinizante na natureza, à psicologia da Lydia Brenner incomodada com a pretendente do filho, encobre o propósito ambiental da crítica do descontrole do ecossistema. A gradação do suspense no filme converge para a revelação não de projeções psíquicas das personagens na natureza (inclusive há uma aproximação entre Lydia Brenner e Melanie Daniels durante o filme, e os pássaros continuam atacando os personagens do núcleo central da narrativa), mas como os animais vão se livrando da ameaça humana em Bodega Bay.

Hitchcock sugere no trailer do filme que o referido ataque corresponde à reação dos pássaros diante do comportamento humano de matá-los em favor do bel prazer estético e gastronômico:

Meu nome é Alfred Hitchcock e eu gostaria de lhes falar sobre minha mais nova produção. Ela é sobre os pássaros e seu longo relacionamento com o homem (...) [Hitchcock exhibe chapéu com penas de pássaros:]. Este chapéu de pluma do período de Charles I. Como os pássaros devem ter se sentido orgulhosos de terem suas penas colhidas para o orgulho da vida de um homem. Aqui temos algo mais, um refinamento do objeto, neste caso o homem ou mulher, se preocuparam o bastante a ponto de colocar um pássaro inteiro como decoração, mas é claro, ele está morto (...). Homens e pássaros foram responsáveis por muitos avanços em nossa civilização, por exemplo: o pássaro serviu de inspiração na invenção da pólvora, [exibindo espingarda:] e foi a sua velocidade que trouxe o desenvolvimento da arma de fogo. Porém, o homem nunca se esqueceu

de seu débito com os pássaros, ele os honrou de várias formas, colocando-os em gaiolas, e os trancando orgulhosamente na maioria de nossos zoológicos. E o peru, tradicionalmente nosso convidado nas ações de graça. [exibindo réplica de pássaro:] Suspeito que vocês nunca perceberam que se não fosse pelos pássaros, um de nossos passatempos prediletos não existiriam, a caça, por exemplo, um bando de caçadores tem a honra de se divertir, mas o suprimento está um pouco escasso. [Hitchcock senta-se ante a mesa e usa talheres para cortar uma ave assada:] Espero que não se importem se eu comer algo, mas hoje estou com um pouco de pressa, planejar minha produção foi muito educativo para mim, comecei a me sentir mais íntimo dos pássaros e desenvolvi uma grande simpatia por nossos... O que eu dizia? Ah, sim, me sinto muito íntimo dos pássaros e cheguei a perceber como eles se sentem quando... [Hitchcock desiste de continuar cortando a ave e levanta-se da cadeira:] Acho que não vou comer agora e dificilmente lhes direi a razão. [Ele aproxima-se de gaiola com pássaro preso:]. Seguramente os pássaros apreciam tudo que já fizemos por eles, você não? Lindas gaiolas, água fresca, nenhum outro pássaro para te importunar, nenhuma luz brilhante do sol. [pássaro engaiolado bicando dedo de Alfred Hitchcock:]. Nossa, por que ele faria isso? Que estranho! Mas por quê? [personagem Melanie Daniels abre a porta e entra assustada:] Eles estão vindo! Eles estão vindo! (OS PÁSSAROS TRAILER, 1963)<sup>6</sup>.

O diretor no trailer ironiza com a maldade humana em matar pássaros para enfeites e refeição, sinalizando uma

---

<sup>6</sup> Usamos a legenda em português do trailer disponível no Youtube.

razão de caráter antropocêntrico para o comportamento deles: vingar-se de seus algozes. Apesar de Hitchcock insinuar no trailer este viés não eco-cêntrico, a narrativa pode sugerir o contrário. Esses animais, como demonstraremos, agem mais por instinto contra ameaças a uma vida saudável do que por explicações religiosas e sobrenaturais, mesmo elas também sendo sugeridas no enredo.

## 2 A PROBLEMÁTICA DE GÊNERO FÍLMICO

O filme aqui analisado através dos recursos cinematográficos montagem, angulação de câmera e discurso contraria a imposição crítica da acusação sexista ao diretor. Vejamos o embate discursivo entre as perspectivas dos personagens atreladas a visões de mundo particulares e sociais, necessárias ao debate do gênero de *Os pássaros*.

A disposição dos discursos, no entanto, é ora delimitada nos sentidos religiosos e sexuais, ora é complexa. São os casos das manifestações discursivas do bêbado e da mãe das duas crianças. Sob efeito do álcool, ele legitima mas também ironiza e descontextualiza o discurso bíblico; ela acusa a protagonista de ser a causadora dos ataques, apesar da trama durante as sequências fílmicas desvincular-se da exclusiva posição sexista em favor da crítica ambiental.

Apesar do discurso apocalíptico do bêbado no bar não imprimir seriedade ao atrelar o ataque dos pássaros a uma provisão divina, a última cena, em que os raios de sol iluminam uma paisagem tomada por várias espécies, aponta uma solução divinatória para o descontrole ambiental sofrido por eles. Talvez por conta disto, alguns críticos tratam a narrativa de Hitchcock como uma “nature parable”<sup>7</sup> (PAGLIA, 1998, p.88).

---

<sup>7</sup> parábola natural.

O fato dos pássaros livrarem-se dos humanos na narrativa aproxima-se da promessa divina por meio do dilúvio bíblico, metáfora do desconserto para o conserto do mundo, e legitima os animais como habitantes naturais do planeta. Em Gênesis, capítulo 6, a Bíblia aponta que “O senhor arrependeu-se de ter criado o homem na terra, e teve o coração ferido de íntima dor (versículo 6). E disse: ‘Exterminarei da superfície da terra o homem que criei, e com ele os animais, os répteis e as aves dos céus, porque eu me arrependo de os haver criado’ (versículo 7), mas Deus enfim permitiu a Noé que ‘De tudo o que vive, de cada espécie de animais, farás entrar na arca dois, macho e fêmea, para que vivam contigo’ (versículo 19)” (BÍBLIA, 1980, p.53).

Na parábola bíblica, a decisão final de Deus por uma destruição temporária em favor do conserto do mundo, a partir do repovoamento iniciado pelos descendentes de Noé, inclui a salvação de espécies de animais. No filme de Alfred Hitchcock, o desconserto sinalizado no ataque dos pássaros é uma espécie de reintegração de posse dos espaços naturais por parte deles.

Entretanto, a problemática de gênero fílmico não se esgota no método suspense e na eco-parábola. A preeminência da figura feminina e ações dos animais contra humanos nos guiam para o debate em torno do filme eco-horror. Segundo Lee Gambin (2012, p.20-21), trata-se este de um “female genre”<sup>8</sup> influenciado pelo movimento feminista nos anos 1970. Ora, *Os Pássaros* são produzidos em 1963. Como pode o filme de Alfred Hitchcock ser um eco-horror, fora do contexto político-social?

O próprio Lee Gambin compreende que esta narrativa eco-fílmica antecipa a luta da emancipação feminina da

---

<sup>8</sup> gênero feminino.

década seguinte, ao demonstrar uma personagem livre das convenções sociais para lutar pelos seus desejos. No entanto, o teórico atribui ao gênero eco-horror a característica da relação entre a psicologia da protagonista e a natureza, enumerando tópicos sobre esta relação: “character, situation, complexities of relationships”<sup>9</sup>.

Tendo em vista que a perspectiva dos pássaros se sobrepõe no filme, como veremos a seguir, a proposta de gênero eco-horror, centrada na psicologia e comportamento humanos, é subvertida pela soma entre gradação do suspense, eco-cinema, “nature parable” e “female genre”<sup>10</sup>. Ideologias dos personagens colaboram para o mapeamento dos gêneros e subgêneros da narrativa. Discursos ambientais surpreendem a atribuição meramente psicologizante à sequência dos *plots*, dos conflitos entre humanos e animais.

A ideologia ambiental, conforme aponta Sean Cubitt (2005, p.140),

asks us to confront in addition the relationships of society at large and of individual subjects with the non-human world of nature. This requires consideration both of what kind of object nature is and therefore what kind of subjects we are for nature, and what relationships produce these specific subject-object constellations.<sup>11</sup>

---

<sup>9</sup> característica, situação, complexidades de relações (tradução livre do autor do ensaio).

<sup>10</sup> parábola natural e gênero feminino.

<sup>11</sup> provoca-nos a confrontar comumente as relações da sociedade em geral e individuais em particular com o mundo não-humano da natureza. Isso requer a consideração tanto de que tipo de objeto a natureza e de que tipo de sujeitos nós somos para a natureza, e que relações produzem essas constelações específicas de sujeito-objeto (tradução livre do autor do ensaio).

Tal constatação problematiza o viés antropocêntrico a partir do qual o ser humano sublima sentidos e comportamentos na natureza, como se ela fosse meramente o objeto de satisfação e poder. A assertiva nos provoca a pensar qual a nossa posição individual e social dentro da relação com os espaços naturais. Faremos esta investigação considerando os discursos dos personagens na narrativa hitchcockiana, expressões das reações aos ataques dos animais.

Os discursos emblemáticos da leiga em pássaros na cena do bar, conflitantes com outros, justificam a perspectiva ambiental em relação aos ataques:

[Bundy:] Birds are not aggressive creatures, miss. They bring beauty into the world, It is mankind, rather, who...

It is mankind, rather, who insists upon making it difficult for life to exist upon this planet.

Now, if it were not for birds...

[Frequentador bem apresentável do bar:] Gulls are scavengers, anyway. Most birds are.

Get yourselves guns and wipe them off the face of the Earth.

[Frequentador bêbado:] Look at the birds of the air. They do not sow or reap. Yet your Heavenly Father feeds them.

[Mãe de duas crianças acusando Melanie:]  
Who are you? What are you? Where did  
you come from? I think you're the cause  
of all this. I think you're evil! Evil!<sup>12</sup> (OS  
PÁSSAROS, 1963).

O discurso em defesa dos animais por parte da leiga em pássaros contrapõe-se ao do homem de terno e do bêbado, que, inclusive, ameniza o tom apocalíptico, passando a atribuir defesa divina aos animais.

Estes discursos e outros recursos cinematográficos sugerem que *Os Pássaros* têm um “animal-specific genre”. Huggan e Tiffin (2010, p.139) defendem “interpret texts of all kinds about animal anthropocentrically trapping them in distinct representational categories, e. g. animal-specific literary genres”<sup>13</sup>. A fábula pode ser apontada como um dos gêneros decorrentes de uma visão antropocêntrica, a partir da qual os animais têm ações, ideologias e comportamentos humanos; o ecoanimal, ao contrário, legitima a perspectiva comum à natureza deles. Os dois teóricos discutem eco-gênero na literatura, no entanto, estendemos suas propostas ao cinema. Compartilhamos

---

<sup>12</sup> [Bundy:] Os pássaros não são agressivos, senhora. Eles trazem beleza ao mundo. É a raça humana... É a raça humana que insiste em fazer a vida difícil no planeta. Agora, se o planeta não fosse para os pássaros...

[Frequentador do bar bem apresentável:] Gaivotas são carnívoras. Muitos pássaros são. Exterminem todos os pássaros da face da terra.

[Frequentador bêbado:] Olhem os pássaros no ar. Eles não plantam nem colhem. Mesmo assim o Pai Celeste os alimenta.

[Mãe de duas crianças acusando Melanie:] Quem é você? O que você é? De onde você veio? Acho que Você é a causa de tudo isto. Você é má! Má! (legenda em português do filme).

<sup>13</sup> interpretar textos de todos os tipos sobre animais antropológicamente tipifica-os em categorias distintas de representação, e. g. gêneros literários especificamente animais (tradução livre do autor do ensaio).

com eles a perspectiva pós-colonial sobre animais, através da qual critica-se as representações sexistas e racistas em torno deles. Neste sentido, desconsideramos a percepção de que o ataque no filme de Hitchcock é fruto de projeções psíquicas das personagens femininas.

Os discursos da leiga em pássaros, diferente dos discursos do homem de terno, carregado de ideologia masculinizante, do bêbado, que depois ameniza o tom apocalíptico, e da mãe histérica, expressam a inviabilidade da integração do homem com a natureza, pois o homem desequilibrou o ecossistema e a vida animal. Os sentidos elaborados em direção a este contexto ambiental apontam para o gênero ecoanimal.

A valorização da angulação por parte dos animais começa pelo título do filme e pelo efeito estético do voo dos pássaros entrecortando os créditos iniciais da narrativa. A câmera subjetiva deles está presente em cenas como no ataque na festa infantil, na sala de estar da casa de Lydia e Mitch após os pássaros invadirem pela chaminé, no ataque às crianças na saída da escola, no incêndio do carro provocado pelo fogo do fósforo acendido pelo motorista, na cena em que a *protagonista*<sup>14</sup> Melanie Daniels está na cabine telefônica durante o ataque dos pássaros no posto de gasolina, durante o ataque a ela no sótão da casa de Lydia antes que os personagens abandonem Bodega Bay no final do filme.

O primeiro ataque de um pássaro sobre a cabeça de Melanie Daniels pode ser justificado pelo problema químico do uso de aerosol. Segundo a bióloga Rachel

---

<sup>14</sup> Insistimos que os protagonistas são os pássaros, daí marcamos, em itálico, a falsa suspeita de que Melanie seria a protagonista.

Carson, no livro *Silent Spring*, publicado em 1962, um ano antes da produção de *Os Pássaros*, espécies deles estavam morrendo por conta do uso de sprays com DDT:

The Cranbroak Institute of Science at Bloomfield Hills, Michigan, in an effort to assess the extent of bird loss caused by the spraying of the elms, asked in 1956 that all birds thought to be victims of DDT poisoning be turned into the institute for examination (...) Heavy mortality has occurred among about 90 species of birds, including those most familiar to suburbanites and amateur naturalists. The populations of nesting birds in general have declined as much as 90 per cent in some of the sprayed towns (CARSON, 2002, p.109).<sup>15</sup>

Ora, Melanie, provavelmente com seu *cabelo armado*, deveria usar laquê. Neste sentido, ela é atacada não por uma questão sexista (inclusive, personagens masculinos são atacados e perseguidos, e um é morto no filme), mas devido ser vilã ambiental ao usar um produto químico que afeta a saúde dos animais. Alfred Hitchcock pode não ter lido o livro de Carson, mas provavelmente deve ter acompanhado a repercussão na opinião pública de suas denúncias no livro, cujo tratamento da mortandade de animais por efeitos humanos e industriais era inédito

---

<sup>15</sup> O Instituto Cranbroak de Ciência em Bloomfield Hills, Michigan, em um esforço para avaliar a extensão da perda de aves causada pela pulverização de olmos [espécie de árvore], pediu em 1956 que todas as aves possivelmente vítimas de intoxicação por DDT fossem recolhidas ao instituto para exame (...) A mortalidade pesada tem ocorrido em cerca de 90 espécies de aves, incluindo as mais conhecidas pelos moradores e naturalistas leigos. As populações de pássaros próximas a áreas residenciais caíram em geral cerca de 90 por cento em algumas das cidades pulverizadas. (tradução livre do autor do ensaio).

para a época, e ter levado a questão da alteração no comportamento das aves para seu filme.

A causa ambiental sobre o ataque dos pássaros faz-nos questionar os tópicos apontados por Lee Gambin no gênero eco-horror e no filme de Hitchcock. Em vez da “situation, character and complexities of relationships”<sup>16</sup>, preferimos falar em equilíbrio/desequilíbrio do ecossistema, instinto e comportamento animal, propícios à angulação e ao gênero ecoanimal. Neste sentido, atribuímos as ações dos pássaros ao instinto e aos comportamentos de defesa contra ameaças a seus espaços naturais e a sua vida saudável.

No entanto, o gênero eco-horror insiste em participar da categorização do filme devido às cenas *surreais* das mortes de Dan Fawcett, que tem os olhos arrancados, da professora Annie Hayworth, e da cena em que os pássaros bicam e furam a porta da casa de Lydia e Mitch. O método de montagem suspense está marcado na cena em que os corvos, aos poucos, pousam no parque da escola durante alternância entre o plano médio de Melanie Daniels sentada no banco e o plano geral do parque.

Os discursos da leiga em pássaros no bar, o tom ameno do discurso religioso do bêbado, menos apocalíptico e mais tolerante com os pássaros, como Deus passou a ser com as espécies de animais segundo a parábola do dilúvio, o que reforça as marcas do gênero parábola natural na narrativa, e a gradação do suspense que convergem para o final do filme, em que os animais conseguem expulsar os personagens humanos de Bodega Bay, legitimam a sobreposição do gênero eco-animal.

Somadas a uma perspectiva feminina, a ideologia ecoantropocêntrica e a biocêntrica apontam que os pássaros

---

<sup>16</sup> situação, característica e complexidades de relações (tradução livre do autor do ensaio).

só não são mortos porque a ideologia masculinizante, culturalmente associada ao poder expresso na violência, é suplantada. A carga masculinizante está presente no conteúdo do filme até certo ponto, concluída no discurso do homem de terno no bar. A ideologia feminina, mais associada com a retração da violência, é marcada no conteúdo e na forma, refletindo-se na opção da comunidade por não matar os animais.

A perspectiva feminina e a teológica, caracterizada na provisão divina em favor dos pássaros, associam-se para reforçar o sentido central do filme: Deus livra os habitantes naturais do planeta - os animais - de seus maiores predadores - o homem.

Portanto, o gênero ecoanimal negocia com o método de montagem suspense e o gênero “natural parable”<sup>17</sup> contrariando o gênero eco-horror e a proposta estética sexista de Alfred Hitchcock, garante à produção fílmica seu papel ambiental em favor da vida animal. Todavia, o filme exige que o espectador supere a fobia provocada pela gradação do suspense referente ao ataque dos animais para que apreenda os sentidos políticos ideológicos<sup>18</sup>.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Definitivamente, *Os Pássaros* sugerem as perspectivas ecoantropocêntricas e biocêntricas, mas também exigem o engajamento ambiental do espectador. A eco-política do filme fica à espera de que ele saia da *zona de conforto* proposta pelo propósito engessado do suspense e da

---

<sup>17</sup> parábola natural.

<sup>18</sup> Não é nosso propósito aqui fazermos um estudo de recepção fílmica, daí nos limitamos a sugerir-loa outros pesquisadores.

ideologia sexista forjadamente disposta pelo diretor, pois como vimos, a forma e o conteúdo do filme são tomados pela ideologia feminina em favor da sobrevivência animal.

Uma crítica fílmica engajada cumpre seu papel de desencobrir a mensagem ambiental da narrativa ao desafogar os discursos, a montagem e as angulações de câmera das categorizações rígidas dos gêneros e subgêneros cinematográficos. Sugere-se olhar *Os Pássaros* de Hitchcock do alto, através de uma panorâmica para se ter uma visão descontaminada de ideologias socialmente e culturalmente marcadas pela moral masculinizante. O céu de Bodega Bay já se abriu para o plano ambiental...

## REFERÊNCIAS

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução do Centro Bíblico Católico. 29. ed. São Paulo: Editora Ave Maria Ltda., 1980. 1632 p. p.53-57.

CARSON, Rachel. **Silent Spring**. Boston; New York: A Mariner Book Houghton Mifflin Company, 2002. 378 p.

CUBITT, Sean. **Ecomedia**. New York; Amsterdã: Rodopi, 2005. 168 p.

GAMBIN, Lee. **Massacred by mother nature: exploring the Natural Horror Film**. Baltimore, Maryland: Midnight Marquee Press, 2012. 220 p.

HUGGAN, Graham; TIFFIN, Helen. **Postcolonial ecocriticism: literature, animals, environment**. London: Routledge, 2010. 245 p.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 494 p.

MAXWELL, Richard; MILLER, Toby. **Greening the media**. New York: Oxford University Press, 2012. 246 p.

OS PÁSSAROS. Produzido por Alfred Hitchcock. [S.l.]: Universal Filmes, 1963. 1 filme no site do Youtube (120min.), sonoro, colorido. Dublado em Português. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=d2Af7qrIOZI>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

OS PÁSSAROS TRAILER. Produzido por Alfred Hitchcock. [S.l.]: S. d., 1963. 1 filme no site do Youtube (5min.), sonoro, colorido. Legendado em Português. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=crWsGM\\_u894](https://www.youtube.com/watch?v=crWsGM_u894)>. Acesso em: 13 jun. 2015.

PAGLIA, Camille. **The Birds**. London: British Film Institute Publishing, 1998. 104 p.

STAM, Robert. **Introdução à teoria do cinema**. Campinas, SP: Papirus, 2003. 398 p.

WOOD, Robin. **Hitchcock's Films Revisited**. New York: Columbia University Press, 2002. 413 p.

# MEMÓRIA, NATUREZA E PROBLEMÁTICA DE GÊNERO FÍLMICO EM *OBLIVION*

Simão Farias Almeida (UFRR)<sup>1</sup>

Adriana Freitas de Carvalho<sup>2</sup>

**“Essas memórias são suas, Jack.**

**Elas são nossas. Elas são você”**

(Julia Harper, personagem do filme *Oblivion*)

## 1 ALÉM DO ESTADO DE OBLIVION

*Oblivion* (2013) é um dos filmes contemporâneos que instiga pesquisadores e espectadores a problematizar seu gênero. Se considerarmos os tradicionais, ele é misto de ficção científica e drama, mas se nos propomos a investigar suas representações ambientais, podemos tratá-lo categoricamente por ficção ambiental, tendo a consciência de não podermos fugir da complexidade do termo e da sua classificação em gêneros. Aliás, a problemática de definições do filme começa pelo título do mesmo: *oblivion* é traduzido como estado de esquecimento (OBLIVION, 2001, p. 181). Tal estado é comum aos personagens clones da narrativa, no entanto dele o protagonista vai se afastando; o título, portanto, é um guia para o conflito central, e também é paródico em relação a este. Situiremos o leitor inicialmente acerca das representações da natureza na trama para, nas duas próximas seções, discutir questões de memória,

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e líder do grupo de pesquisa “Mídia, conhecimento e meio ambiente: olhares da Amazônia” (CNPq/UFRR). Contato: simon-jp@hotmail.com.

<sup>2</sup> Graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). Contato: adriana-freitas-carvalho@hotmail.com.

identidade e meio ambiente necessárias ao debate de gênero fílmico da narrativa cinematográfica aqui analisada.

A história se passa no ano de 2077 após uma guerra interplanetária, ocorrida 60 anos antes, na qual os humanos enfrentaram invasores extra-terrestres (*scavs*) com bombas nucleares responsáveis pela destruição do planeta e por torná-lo inabitável devido os altos níveis de radiação em muitas regiões. Sem a Lua, destruída pelos alienígenas, as marés dos oceanos foram alteradas e tsunamis gigantes também devastaram cidades e recursos naturais.

O personagem principal, Jack Harper, mora com sua companheira Victoria na casa da torre 49, sobre uma plataforma suspensa numa montanha, trabalha na patrulha e no reparo de drones não tripulados, indispensáveis à vigilância das atividades de hidroplataformas que, para ele, drenam as águas dos oceanos e as transformam em energia necessária à sobrevivência de terrestres transferidos a maior lua de Saturno, Titã, e são, aparentemente, atacadas e têm suas peças roubadas pelos alienígenas. O trabalho de Jack e de sua esposa (uma espécie de monitora dele, uma oficial de comunicações), ambos clones desenvolvidos 10 anos após o fim da guerra e com a mesma aparência jovial há 50 anos, é vigiado por Sally de uma nave mãe ("Tet") até que eles completem em duas semanas o serviço de acompanhar a drenagem das águas marinhas e a nave dirija-se à Titã, onde já reside a maior parte dos sobreviventes da Terra. Esta história é mediada pela narração e pelas imagens iniciais do filme, mas alguns fatos não aconteceram assim.

Jack narrador (clone 49) inicia a narrativa relatando os fatos subsequentes ao combate, os quais ele foi programado a reproduzir:

Faz meio século que os saqueadores destruíram a nossa Lua. Com o planeta deles agonizando, vieram tomar o nosso. Sem a Lua, a Terra virou um caos. Terremotos arrasaram cidades em horas. Tsunamis eliminaram o que restou [...] Ganhamos a guerra, mas perdemos o planeta. Deixaram-no contaminado. A maior parte dele é inabitável. Os que sobreviveram tiveram que deixar a Terra (legenda em português do DVD)<sup>3</sup>.

O protagonista, no entanto, vai memorizando seu passado quando entra em contato com a personagem Julia e descobre ser parte de um plano de sequestro dos últimos recursos naturais do planeta, incluindo as águas dos oceanos, para Tet; os humanos sobreviventes e ainda residentes da Terra saqueiam peças dos drones a fim de evitar este sequestro.

Jack resgata a mulher que habita seus sonhos e pensamentos, sua esposa Julia Harper (nomeada pelo comando da Tet como Julia Rusakova), a única sobrevivente numa das cápsulas enviadas ao planeta em um módulo, desintegrado da nave *Odissey*, mas atacado e derrubado por um dos drones ao ultrapassar a escassa atmosfera terrestre. A missão datada de 3 de maio de 2017, quase dois meses após o dia da invasão dos alienígenas, é programada para um voo de pesquisa em Titã, o qual Jack e Victoria pilotaram, cujo objetivo era averiguar um objeto estranho no espaço - a nave

---

<sup>3</sup> “It’s been half a century since the scavengers destroyed our moon. Forced to leave their own dying planet, they came to take ours. Without the moon, the Earth was thrown into chaos. Earthquakes toppled cities within hours. Tsunamis wiped out what remained [...] We won the war, but lost the planet. Left it uninhabitable. What remained of humanity had to leave the Earth” (legenda em inglês do DVD).

Tet. A fim de dar impulso de força à nave, Jack desacopla o módulo onde se encontra Julia dentro de uma cápsula<sup>4</sup>, e o mesmo cai na Terra amortecido por um paraquedas.

Se Jack e Victoria são capturados pela Tet e a partir dos seus códigos genéticos são criados clones (há um berçário deles dentro da estação espacial), se Julia não segue na missão Odissey até a lua de Saturno porque Jack desacopla o módulo no qual ela se encontra e que cai na Terra 60 anos depois (considerando o contraste entre tempo fora e dentro do nosso planeta, esta passagem de seis décadas é plausível), Julia Harper é o único personagem da narrativa sem sofrer clonagem, daí ser capaz de ajudar o clone do marido a memorizar o passado comum aos dois.

Na sequência do casal no Empire State soterrado, ela lembra a ele que a missão deveria estar sob seus comandos e não incluía Victoria como um dos pilotos<sup>5</sup>; esta, portanto, “sequestra” o esposo de Julia e ajuda a soterrar as memórias dele. As paisagens naturais, por sua vez, foram enterradas pelos terremotos e tsunamis. Neste sentido, a recuperação das lembranças implica na salvaguarda dos resquícios da natureza.

Após a sequência na qual leva Julia para conhecer a casa suspensa sobre a plataforma, ele acompanha essa sua verdadeira esposa até o local do impacto da nave, é capturado e fica frente a frente com quem ele pensa ser o chefe dos alienígenas saqueadores, na verdade um

---

<sup>4</sup> Estes fatos fílmicos são memorizados pelo protagonista, no final da narrativa, enquanto retorna à estação espacial Tet.

<sup>5</sup> “(Julia Harper:) It was a research flight to Titan. My first. That’s what it was supposed to be. Six weeks to launch, deep space scanners picked up na alien object. We were reassigned to investigate. They put us all in delta. They must have woken you and Victoria first [...] That object was the Tet, Jack. The Tet was our mission” (legenda em inglês do DVD).

humano. Os discursos e os planos médios<sup>6</sup> do protagonista sob um forte holofote e do chefe em quase escuridão total expressam, respectivamente, a tomada de consciência por parte de Jack diante da revelação do outro e o lado ainda obscuro das memórias do protagonista a respeito dos sobreviventes da guerra interplanetária:

(Chefe:) Tenho te observado Jack. Você é curioso. O que procura naqueles livros? Eles trazem antigas lembranças?

(Jack:) Não obterá nada de mim. A minha memória foi removida.

(Chefe:) Para proteger a segurança da missão. Sim. A sua preciosa memória não pode cair em mãos erradas, né? Conte-me. Já viu um saqueador de perto? Claro que não. Você apenas conserta *drones*. “Não entre na zona radioativa”. “Não faça muitas perguntas”. Não faz parte das atribuições do serviço. [...] Não somos alienígenas, Jack. Somos humanos (legenda em português do DVD)<sup>7</sup>.

Diante da resistência do protagonista, o chefe dos humanos sobreviventes assume conhecer o repertório discursivo treinado a reproduzi-lo, e o repete (trechos

---

<sup>6</sup> Angulação dos personagens geralmente do dorso até a cabeça (todas as definições dos termos técnicos de cinema são apresentadas pelo autor deste ensaio; ver também conceito dado por COMPARATO, 1998, p.438).

<sup>7</sup>“(Chefe dos humanos:) I’ve been watching you, Jack. You are curious. What are you looking for in those books? Do you bring back old memories?

(Jack:) You don’t get anything from me. My memory has been wiped to protect...

(Chefe dos humanos:) ... the security of the mission. Yes. You can’t have your precious memory falling into the wrong hands, now, can you? Tell me. Have you ever met a scav up close? Of course not. You just repair drones. ‘Don’t go into the radiation zone’. ‘Don’t ask too many questions’. Not part of the job description [...] We’re not alien, Jack. We’re human” (legenda em inglês do DVD).

acima entre aspas) para contrariá-lo em sua farsa, recurso correspondente à polêmica interna velada na literatura, manifestação discursiva apontada pelo teórico russo Mikhail Bakhtin (1997, p.196), através da qual o autor do discurso, no caso o falante, legitima seu próprio sentido ao mesmo tempo em que contraria a ressalva ideológica atribuída por outro ao mesmo assunto<sup>8</sup>.

O chefe dos humanos apresenta a verdade ao protagonista, intenção representada pelo holofote sob o qual ele está amarrado a uma cadeira, ao confrontar a ideologia da Tet mesmo forjando reproduzir discursos comuns a ela; deste modo, tal chefe polemizou veladamente com o repertório discursivo comandado e controlado pela equipe da estação espacial, multiplicado por Victoria para convencer Jack, a fim de plantar uma nova consciência nele. O protagonista passa a reconhecer que os alienígenas, na verdade, são humanos sobreviventes, os quais apesar de forjar serem extraterrestres, através de máscaras e modificadores de voz, têm a pretensão de proteger as escassas reservas naturais do planeta. A condição de estar ciente destes fatos reforça a consciência ambiental dele.

---

<sup>8</sup> O diálogo entre os dois personagens, reproduzido na página anterior, é retirado das legendas do DVD, nas quais aparecem os discursos atribuídos à consciência de Jack entre aspas (na legenda em português e em inglês). Se considerarmos a legenda, um texto escrito, a manifestação equipara-se ao discurso bivocal, apontado por Bakhtin (1997, p.195), em que há a marcação dos enunciados dos dois enunciadorees distintos; na polêmica interna velada, um enunciadoree fala pelo outro com a intenção de subverter sua ressalva ideológica, não delimitada por marcas textuais como aspas e itálico. Na fala dos personagens no filme (a reprodução da legenda em português neste ensaio tem o papel de facilitar a compreensão dos leitores, e da legenda em inglês tem caráter metodológico de citar os enunciados na língua original do filme), a marca textual das aspas referente à reprodução do discurso marcado de outrem não aparece, o que reforça a referida subversão por parte do enunciadoree.

Mas como Jack tem essa consciência diferenciada se ele também é um clone? Seu doador biológico sofreu uma multiplicação genética e foi transformado em vários clones cujas memórias dos fatos antes da destruição do planeta foram apagadas, exceto em um: o técnico 49 (o outro da narrativa é o 52). O clone protagonista ainda com consciência humana vai tendo reminiscências da mulher resgatada posteriormente por ele numa cápsula (sua verdadeira esposa Julia), à medida que visita monumentos e locais da juventude quase praticamente soterrados ou destruídos (estádio de futebol, o Empire State de Nova Iorque) e uma espécie de oásis em meio aos espaços completamente desolados de natureza. Nesta reserva verde, há uma cabana à beira de um lago onde ele guarda objetos, livros, brinquedos (o gorila de pelúcia era de uma garota presente no Empire State quando ele a pede em casamento), discos de vinil e presentes necessários também à memória de momentos felizes do passado.

A reserva natural é a imagem paradisíaca para o repouso da consciência de Jack. O clone 49 é angulado de costas duas vezes à beira do lago, sendo emoldurado pelas cortinas da cabana como se fossem molduras de um quadro de pintura. Na primeira vez, está sozinho no oásis verde e a câmera faz um *travelling* de recuo<sup>9</sup> a partir dele; na segunda, é angulado pela câmera subjetiva<sup>10</sup> de Julia Harper. As duas cenas dele à beira do lago, exibidas por técnicas cinematográficas distintas (*travelling* e subjetiva),

---

<sup>9</sup> *Travelling* de recuo ou *dolly back* é o movimento de afastar-se do objeto de cena ou personagem (ver também conceito dado por COMPARATO, 1998, p.436).

<sup>10</sup> A angulação da câmera representa o olhar de um personagem (ver também conceito dado por COMPARATO, 1998, p.435).

faz-nos atentar ao referido movimento de recuo “em busca” de uma testemunha das experiências ecológicas de Jack na reserva e, no caso, ela é a Julia que mira ele na mesma posição da cena posterior.

Para ela, viver nessa reserva com a filha e o marido, representado na sua dobra (um clone), é realizar o desejo do casal antes sublimado na imagem de uma pintura admirada no esconderijo dos humanos, na qual uma mulher debruçada sobre uma planta olha em direção a uma casa, provavelmente a sua. Julia faz questão de levar o quadro de pintura ao oásis e lá ele aparece no final do filme. A figura da mulher na pintura e o protagonista à beira do lago têm em comum a mesma postura idílica, de sublime admiração em relação à natureza.

As cenas do convívio íntimo e natural com esse pequeno oásis verde sinalizam a inserção das representações da natureza. Ao contrário, as imagens de destruição e devastação expressam apelo dramático em relação aos resquícios dela. São os discursos fílmicos que confrontam as intenções de Jack e Victoria, ele mais propício à tentativa de se conservar o ecossistema, seus recursos naturais e a humanidade sobrevivente, ela apta a cumprir o plano de mudança à lua de Saturno.

Sequências subsequentes do filme marcam essa diferença: o contraste entre o protagonista angulado na natureza pela câmera em plano médio e sobre um monte enquanto rega um pequeno vaso de planta, e sua “esposa”, enquadrada pela câmera e a divisória de vidro da sala de controle da casa suspensa sobre as nuvens, portanto duplamente enquadrada (como “esposa” e oficial) nas regras da Tet, indica a consciência dela indisposta a mudanças no planejamento do exílio, o qual ajuda a regular.

Ela retruca as intenções do “marido” em permanecer na Terra: “As hidroplataformas absorvem a água. Quando partirmos, eles só terão poeira e radiação” (legenda em português do DVD)<sup>11</sup>. Este discurso refere-se a um planeta sem o seu principal recurso natural e nele os “alienígenas saqueadores”, na verdade humanos sobreviventes despreparados para a sobrevivência sem as fontes aquáticas. Como vimos, ele descobre que não existem mais alienígenas na superfície terrestre.

Em outra sequência fílmica, Jack convida o clone de Victoria na torre 52, cujos movimentos dependem de uma bengala, a descer à superfície. Trata-se provavelmente do mesmo clone feminino da torre 49, reparado após ter sido aparentemente morto no ataque de um drone à casa. Diante da recusa da Victoria 52, o protagonista confirma sua aptidão a reproduzir o discurso de destruição ambiental da Terra propagado pela superiora Sally, mesmo simulando ser a esposa do outro clone. De fato, a dobra de Victoria possui a mesma consciência contra a natureza terrestre.

O protagonista, ao contrário, está sempre na iminência de ser despertado do esquecimento para o cuidado com o planeta. O *close up*<sup>12</sup> do pequeno vaso, na sequência na qual Jack 49 (protagonista), numa montanha, mira a atividade das hidroplataformas, torna visíveis gotículas de água transbordando da planta após ele regá-la, como se as gotas representassem lágrimas e expressassem, metonimicamente, a natureza agonizando. O vasinho continua objeto de cena emblemático na

---

<sup>11</sup> “Well, the hydro rigs are taking all the water. Once we’re gone, they’ll have nothing but dust and radiation” (legenda em inglês do DVD).

<sup>12</sup> Angulação aproximada de objeto de cena ou de parte do corpo de personagem (ver também conceito dado por COMPARATO, 1998, p.435).

narrativa, mediando o diálogo entre os dois personagens acerca do pequeno exemplar da natureza terrestre.

Jack protagonista conversa sobre o vaso de planta com Vitória, angulados em plano médio. A reação de Victoria é mostrada nas cenas seguintes em *close up* e plano médio enquanto, respectivamente, pega o vaso e dá as costas a ele, caminhando em direção à sacada para jogá-lo fora.

(Victoria:) O que foi, Jack Harper?  
(*Close* de Victoria pegando a planta das mãos de Jack:) Onde arranjou isto?  
(Jack:) Estava crescendo no... (legenda em português do DVD)<sup>13</sup>.

Jack suspende seu discurso ao ser surpreendido pelo comportamento dela em pegar o vasinho e dirigir-se à sacada. Em seguida, uma panorâmicavertical<sup>14</sup>, de baixo para cima, do pequeno vaso caindo das mãos da “esposa”, seguida de rápido *close up* do objeto, indicam a impossibilidade da receptividade da companheira em relação à natureza terrestre ainda resistente, através da recusa de um pequeno exemplar dela. Victoria então provoca o protagonista a manter a consciência pré-programada em favor do exílio do planeta:

(Victoria:) ... Conhece o regulamento. Me acha rigorosa mas não sabe as toxinas que isso pode conter.

---

<sup>13</sup> “(Victoria:) What, Jack Harper? Where you did get this?  
(Jack:) It was growing, and...” (legenda em inglês do DVD).

<sup>14</sup> Angulação aberta dá a visão geral da ação ou paisagem com ou sem movimento de câmera; no caso de uma panorâmica vertical, a imagem é exibida de baixo ou de cima, dependendo da posição em que se encontra a câmera em relação ao objeto cenográfico (ver também conceito dado por COMPARATO, 1998, p.438).

(Jack:) É uma flor, Vika.

(Victoria:) A questão não é essa. Estamos quase no fim e você não pode pôr tudo a perder.

(Jack:) Tudo bem (legenda em português do DVD).<sup>15</sup>

Os discursos de Victoria dimensionam seu desinteresse pelo passado e futuro do planeta, está mesmo preocupada com a radiação química levada para casa. No entanto, os níveis de radiação do planeta também são forjados.

Jack Harper insinua, em outra sequência fílmica na casa sobre a plataforma 49, que a Terra não está totalmente destruída; existem cânions com cachoeiras e o seu oásis verde. A câmera angula o protagonista em *close up*, exibindo um Jack esperançoso e sorridente ao se lembrar dos lugares preservados e visitados: “Podia ir comigo antes de partirmos. Achei um lugar e queria te mostrar” (legenda em português do DVD)<sup>16</sup>. A câmera alterna entre o *close* facial dele e Victoria, desinteressada pelo convite, porém convencida a fazê-lo esquecer o assunto. Ela está nua e o puxa para dentro da piscina: “Quero te mostrar uma coisa.” (legenda em português do DVD)<sup>17</sup>.

---

<sup>15</sup> “(Victoria:) ... Come on Jack, you know the regulations, we don't need a mistake, we have no idea what kind of toxins could be on something like that.

(Jack:) It's a flower, Vica...

(Victoria:) Yeah, that's not the point. It's that we are so close to the end, and the last thing that we need is you putting it all at risk.

(Jack:) Okay” (legenda em inglês do DVD).

<sup>16</sup> “You should come with me some time. Before we leave. There's a place I found I'd like to show you” (legenda em inglês do DVD).

<sup>17</sup> “I'll show you something” (legenda em inglês do DVD).

Mais uma vez os discursos dos dois personagens delimitam a consciência ambiental dele e a mentalidade persistente dela em fazê-lo desistir da Terra e focar no exílio extra-terrestre. O protagonista também marca as diferenças entre ele e Victoria em um monólogo narrativo: “A Vika não vê a hora de ir. Quanto a mim, não tenha certeza. Não consigo deixar de sentir que a Terra, apesar do que houve, ainda é o meu lar” (legenda em português do DVD)<sup>18</sup>. Diferente dos outros clones limitados ao trabalho de consertar os drones, Jack vai se constituindo numa identidade particular, mesmo tendo em comum uma identidade genética com esses clones.

## 2 IDENTIDADES GENÉTICAS E INDIVIDUAIS

Apesar da clonagem humana ainda ser uma possibilidade apenas nas produções artísticas, literárias e cinematográficas entre outras, o tema aparece de modo controverso nos debates científicos ao envolver questões bioéticas, genéticas e psicossociológicas, e, contraditoriamente, justificar e contrariar suas práticas. Como ainda não é uma realidade possível, o debate se encerra na problemática ética.

Edna Raquel Hogemann (2016) aponta a predisposição dos pesquisadores e cientistas em distinguir a identidade genética e a identidade individual de um clone, legitimando a cópia do ponto de vista biológico, mas não nos aspectos sociológico e psicológico, ou seja, o clone tem o padrão genético do doador, no entanto, diferente dele, possui sua

---

<sup>18</sup> “Vika can’t wait to go. Me? I’m not so sure. I can’t shake the feeling that Earth, in spite of all that’s happened, Earth is still my home” (legenda em inglês do DVD).

própria individualidade. *Oblivion* representa precariamente este impasse identitário, tendo em vista que o doador genético não aparece no filme. A narrativa cinematográfica limita-se principalmente à angulação dos comportamentos e discursos de um dos clones de Jack Harper (49), com seus afetos e memórias, cuja identidade pessoal, e não biológica, aparentemente é a única emblemática para as discussões sobre o doador e a representação ambiental.

O clone protagonista da narrativa descobre que as áreas radioativas não têm alto nível de radiação, na verdade são áreas controladas por outros clones. Ele ultrapassa a fronteira de seu território de atuação e luta com outro (52), após ele tentar abastecer a bateria de um drone, para que não o faça, pois descobre o real trabalho dos drones de contribuir em favor do sequestro das águas dos mares terrestres. No momento em que os dois ficam frente a frente, ameaçando usar suas armas, os *close ups* focam o espanto de cada um diante de outra cópia genética. O clone 52 tenta desarmar o protagonista, e este forja se render, ensaia uma aproximação a fim de convencê-lo a desligar o drone. Neste momento, ambos são surpreendidos pela chegada de Julia Harper, e o clone 52 lembra também o passado do casal. O protagonista aproveita esse lapso do oponente para atacá-lo e desarmá-lo.

A luta entre eles embaralha, inicialmente, as identidades individuais porque são geneticamente idênticos. A marca no nariz do clone 49, decorrente de sua experiência pessoal ao ser imobilizado pelo chefe dos humanos, distingue-os. A singularidade do outro (52) está no lenço amarrado em volta do pescoço, já que as fardas dos dois são idênticas.

(Clone 52:) Largue a arma!  
(Clone 49:) Está tudo bem.  
(Clone 52:) Não se mova!  
(Clone 49:) Temos que desligar esse drone.  
(Clone 52:) Pare de se mover!  
(Julia:) Jack! (legendas em português do DVD)<sup>19</sup>.

A sequência da luta entre os dois clones reforçaria as individualidades deles, devido a marca física e ao lenço? A reação do clone 52 ao ver Julia Harper, lembrando de momentos do doador biológico vividos com ela, representados através de imagens em preto e branco, embaraça a assertiva sobre o protagonista ser o único que tem em comum identidade genética e individual com o doador. No final do filme, o clone 52 resgata o desejo do doador em morar à beira de um lago, pelo qual também se empenhou o clone protagonista. Neste caso, dois clones preservam a consciência ambiental, e só se sabe que o doador biológico a tinha através do discurso de Julia Harper em relação ao sonho de morar na beira de um lago e das atitudes de Jack em repousar o corpo físico e as lembranças no oásis verde.

A identidade pessoal de Jack é mediada pela memória afetiva da esposa nos pensamentos e na relação com objetos de cena. Ele é predisposto à conservação da natureza terrestre. A narrativa legitima a consciência ambiental do doador biológico herdada pelo menos por dois clones seus

---

<sup>19</sup> “(Clone 52:)Drop your weapon!  
(Clone 49:)Easy. It’s okay.  
(Clone 52:)Don’t move!  
(Clone 49:)You have to shut that drone down.  
(Clone 52:) Stop moving!  
(Julia:) Jack!” (legenda em inglês do DVD).

(49 e 52), mesmo ele aparecendo apenas nas reminiscências destes, nas quais está em momentos felizes ao lado de Julia Harper, mas sem uma ação ecológica concreta.

A representação da predisposição ecológica do doador é apenas expressa nas atitudes dos clones em conservar o oásis natural. O protagonista 49 é o único cujas lembranças passam a ser demonstradas também em cores, e não apenas em preto e branco, logo após memorizar o pedido de casamento à Julia no Empire State. Consciente da natureza de suas memórias, ele age pela destruição da Tet e a conservação do planeta, e o sobrevivente 52 resgata a memória do doador e insinua preservar a área verde para moradia. Neste caso, o verdadeiro protagonista do filme é o doador biológico, apesar de apenas aparecer nas lembranças dos seus clones<sup>20</sup>.

A partir desta complexidade envolvendo clonagem, identidade e memória, buscamos compreender as representações ambientais da narrativa. Já vimos que nos debates sobre o primeiro tema o clone carrega consigo a identidade genética do doador mas não a individual. Deste modo, o filme tem a licença artística de contrariar este dado, porque as ações, as narrações e os discursos dos dois clones são mediadores da consciência ecológica do doador, portanto possuem a mesma identidade pessoal dele. O doador biológico tem a preocupação da conservação natural do planeta, pois seus clones agem em favor disto. Em relação às questões sobre memória e identidade, faremos

---

<sup>20</sup> O clone 49 é forjado como protagonista do filme inclusive ao morrer na destruição da estação espacial Tet, porque vira herói da missão responsável pela derrocada do plano de destruição da Terra.

referências às discussões do filósofo Paul Ricoeur, com o cuidado de adaptá-las à produção cinematográfica em questão. Apesar de ele não tratar sobre clonagem humana, pode ajudar a entender a recorrência memorialista e identitária na metáfora fílmica do clone sob licença artística.

Ricoeur (2007, p.115) faz um recorte a partir da perspectiva da fenomenologia da memória. Para ele, o processo mnemônico é intersubjetivo no qual não se lembra sozinho, predecessores e sucessores estendem a memória no passado e no futuro. Ela interpela a identidade individual e coletiva para se manter no tempo. “A identidade pessoal é uma identidade temporal”, e há analogia entre a “minhadade das lembranças” e as “lembranças coletivas”. Segundo o filósofo, a memória e a identidade são coletivas e também individualmente marcadas. No filme em questão, a individualidade dos clones é delimitada apenas por peças de cenário (roupas e torres com o número dos técnicos, o lenço do clone 52) e efeito de maquiagem (corte no nariz do clone 49).

As representações da memória em *Oblivion* (2013) são complexas na medida em que as questões identitárias (genética e individual) são problemáticas. Se por um lado as relações entre a identidade do clone e do doador biológico no filme não correspondem ao que os cientistas e pesquisadores projetam para o caso de a clonagem humana se tornar um fato real, a licença artística insinua a possibilidade de um clone ser a unidade da multiplicidade, expansão e atemporalidade de uma personalidade; neste caso, a identidade genética e pessoal de Jack Harper doador se mantém na pluralidade, contrariando assim o projeto da Tet da clonagem apenas genética.

A consciência ecológica na narrativa fílmica não é do clone 49 ou 52, mas do doador, adiada, ou melhor, preservada ao futuro juntamente com a transmissão dessas perspectivas identitárias. O clone é a metáfora da perpetuação desta consciência no tempo, e da memória também. As identidades e lembranças de Jack são individuais e coletivas, outra metáfora da representação da massificação da ressalva ideológica em favor da preservação da natureza (os dois clones identificam-se com o oásis natural como o doador também o fazia). A memória ecológica se perpetua no tempo porque Jack Harper garante a dobra de sua identidade genética e pessoal. Na seqüência fílmica em que ele e Julia estão no Empire State soterrado, ela dimensiona o poder da memória na construção identitária: “Essas memórias são suas, Jack. Elas são nossas. Elas são você” (legenda em português do DVD)<sup>21</sup>. Julia Harper parece falar essas palavras a seu marido, o doador Jack Harper, apesar de nas cenas dialogar com o clone 49. A partir do momento em que entra em contato com ela, a memória de tal clone passa de eventual, representada cinematograficamente pelos *inserts*<sup>22</sup> de cenas rápidas do passado e em preto e branco, a assumida definitivamente por ele.

A singularidade da identidade individual do doador transferida ao clone 49 é forjada no filme no discurso do chefe dos humanos, emitido enquanto Jack recupera o funcionamento do drone a fim de destruir a estação espacial Tet:

Eu estava no exército havia menos de 1 ano quando a maldita Tet chegou. Vi a Lua

---

<sup>21</sup> “Those memories are yours, Jack. They’re ours. They are you” (legenda em inglês do DVD).

<sup>22</sup> *Insert* ou inserto é a inserção de cenas que antecedem um fato ou, como no caso de *OBLIVION*, de cenas que expressam a memória de personagem (ver também conceito dado por COMPARATO, 1998, p.437).

ser extinta. Lá no céu, em plena noite. Não dava para acreditar. Depois a natureza fez o resto. O substrato rochoso de Chicago nos poupou das ondas e terremotos. A maioria morreu de fome. E então a Tet enviou as naves. (Jack para de consertar o drone e olha com atenção para o chefe) As portas abriram e você apareceu. O astronauta Jack Harper. Milhares de você. Memórias removidas. (Jack faz um procedimento que provoca faíscas no drone) Programados para matar. (Jack provoca mais faíscas) Pegaram um de nossos melhores e o colocaram contra nós. (Jack coloca a bateria no drone) Sem alma. Sem humanidade. A Tet, que máquina brilhante! Sorvendo a energia de um planeta após o outro. A fase 2 foi a dos *drones*. Os que consertam. (Jack observa o chefe) 50 anos vendo as hidroplataformas ressecarem o planeta. Até que um dia vi você pousar. Mais um *drone* para consertar. Só que entre os escombros naquele dia, havia um livro. Você o pegou. Analisou-o. E achei ter encontrado uma saída. Quando se colocou a frente daquele *drone* e a salvou (Julia Harper) tive a certeza. Você estava aí dentro, em algum lugar. Eu só tinha que achar um jeito de trazê-lo de volta (legenda em português do DVD)<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> "I'd been in the army less than a year when that unholy Tet arrived. I saw the moon get taken out. Right up there in the night Sky. I couldn't believe it. After that, nature took over. There's bedrock around Chicago, so we were spared the worst of the waves and the quakes. Most people just starved. Then the Tet sent troop ships down. The doors opened, and out you came. Astronaut Jack Harper. Thousands of you. Memory wiped. Programmed to kill. They had taken one of our best and turned him against us. No soul. No humanity. The Tet. What a brilliant machine. Feeding off one planet after another for energy. Phase Two was drones. Repairmen. 50 years of watching those hydro rigs suck our planet dry. Then one day, I saw you set down. Another drone to fix. But in the rubble that day was a book. You picked it up. You studied it. And I thought. I saw away. When you stepped in front of that drone and saved her, I knew. You were in there somewhere. I Just had to find a way to bring you back" (legenda em inglês do DVD).

O discurso acima, ao mesmo tempo em que distingue o protagonista do drone, de fato uma máquina sendo reparada, forja o processo de singularidade do Jack 49 em relação a outros clones, mas a mobilidade identitária é estruturante na narrativa cinematográfica a ponto da identidade genética e pessoal do doador ser comum aos dois clones (49 e 52). A preservação da memória de Jack Harper doador é representada emblematicamente nos versos de uma estrofe de poema de Homero, angulado em *close up* enquanto o protagonista 49 lê o livro em suas mãos:

“Qual morte melhor,  
Que enfrentar terríveis desafios,  
Pelas cinzas de seus pais,  
E pelos templos de seus deuses?”  
(legenda em português do DVD)<sup>24</sup>

A estrofe expressa a saga de Jack, através principalmente do clone protagonista, em contrariar o plano do comando da Tet, salvar sua espécie, a história (“as cinzas de seus pais”) de seu doador biológico (“templo de seus deuses”). Se pensarmos este como seu verdadeiro criador, “seu deus”, ao se sacrificar quando destrói a estação Tet, o clone 49 está salvando seu próprio legado, suas memórias e identidades genética e pessoal.

Se Jack Harper protagonista inicia a narrativa forjando uma identidade exclusivamente genética atrelada à missão de sequestro ecológico da estação Tet, numa sequência no oásis natural legitima o estado de natureza preservada: “Queria passar o resto da vida aqui” (legenda em português

---

<sup>24</sup> “How can man die better,  
Than facing fearful odds,  
For ashes of his fathers,  
And the temples of his Gods?” (legenda em inglês do DVD).

do DVD)<sup>25</sup>. O clone 52 termina o filme narrando sua opção de conservar o ecossistema natural ao chegar no oásis verde onde já estavam Julia Harper e a filha; seu discurso é atravessado pelas ressalvas identitárias do doador biológico e do clone protagonista, todos têm em comum uma preocupação ambiental com o planeta:

A terra depois da guerra. (Plano médio de Julia e a filha no jardim) Faz 3 anos que vi o seu rosto. (*Close up* do boné de Jack) Me questiono se apareço para você à noite, nos seus sonhos. (Plano médio de Julia no jardim) De dia, como lembranças. (*Close* do anel de casamento no colar de Julia). Assombro os seus pensamentos como você assombrava os meus? (*Close* facial de Julia) E me questiono se você me vê... (Plano médio da filha) ... quando olha para ela (Plano médio e câmera subjetiva de Julia observando garoto sobrevivente na outra margem do lago). Se tivermos alma, é feita do amor que compartilhamos. (Panorâmica de humanos chegando na outra margem do lago) Que não diminui com o tempo. Que a morte não separa. (Panorâmica de Júlia dando a mão à filha, seguida de panorâmica e plano médio dos outros humanos no oásis verde, e *travelling*<sup>26</sup> do clone 52 de Jack de costas caminhando entre os arbustos) Por três anos procurei a casa que ele construiu. (Plano médio de Julia) Eu sabia que era por aqui. (*Close up* do número do clone 52 estampado na farda de Jack) Porque eu o conheço. (Planos médios de Julia e Jack) Eu sou ele. (Plano médio da filha enquanto pergunta:) Quem é ele? (Plano médio de Julia

---

<sup>25</sup> "I wanted to spend the rest of my life here" (legenda em inglês do DVD).

<sup>26</sup> Angulação aberta e de câmera em movimento acompanha o deslocamento de um personagem ou de um objeto de cena (ver também conceito dado por COMPARATO, 1998, p.439).

olhando para a filha e depois para o clone 52, seguido do plano médio deste clone) Sou o Jack Harper. E estou em casa. (legendas em português do DVD)<sup>27</sup>.

No discurso final, o clone 52, o “novo” Jack, fala com a consciência do técnico 49 (“Faz 3 anos que vi o seu rosto. Me questiono se apareço à noite para você, nos seus sonhos. De dia, como lembranças. Assombro os seus pensamentos como você assombrava os meus?”). Seu entendimento sobre a continuidade das identidades de Jack doador passa pela provocação feita às memórias dele preservadas nos clones (“E me questiono se você me vê, quando olha para ela. Se tivermos alma, é feita do amor que compartilhamos. Que não diminui com o tempo. Que a morte não separa”), particularmente no 49 (“Por três anos procurei a casa que ele construiu. Eu sabia que era por aqui. Porque eu o conheço”). Ele sabia aonde procurar o local no qual estava Julia porque ele mesmo teria construído algo ali. Ele, o clone 52, o clone 49 e o doador são as mesmas pessoas, por possuírem a mesma unidade de memória, identidade genética e pessoal (“Eu sou ele. Sou o Jack Harper. E estou em casa”).

Os discursos dos dois clones comprovam que eles compartilham da identidade pessoal do doador engajada com a preservação ambiental, a qual não é exclusividade do

---

<sup>27</sup> “Earth after the war. Three years have passed since I saw your face. I wonder if I come to you at night in dreams. And the day as memories. Do I haunt your hours the way you haunted mines? And I wonder if you see me when you look at her. (Mommy, look!) If we have souls, they’re made of the love we share. Undimmed by time. Unbound by death. For 3 years I searched for the house he built. I knew it had to be up there. Because I know him. I am him. (Who is that?) I am Jack Harper. And I am home” (legenda em inglês do DVD).

“protagonista”. Como o Jack Harper doador falaria, o clone 49 marca sua diferença em relação ao plano da estação espacial Tet: (À Victoria:) “Titã não existe. Mentiram para nós” (legenda em português do DVD)<sup>28</sup>; (À Sally:) “Quero que a Julia viva. Quero que a nossa espécie sobreviva. Esse é o único jeito” (legenda em português do DVD)<sup>29</sup>.

Expressando essa verdade, a sua e a do seu doador biológico, ele comprova que Sally é uma identidade programada a seguir um sistema pré-controlado a reconhecer o material genético dos clones, a ondulação do timbre das vozes a fim de distinguir informações falsas, mas não reconhece as verdadeiras intenções de Jack ao entrar na Tet em um módulo tripulado<sup>30</sup>. Desobedecendo a expectativa da superiora, o “Deus” que o criou, como ela mesma diz, o clone 49 leva o chefe dos humanos à estação espacial, e não Julia Harper como prometido, e juntos eles explodem a Tet.

Ele contraria a “divindade” de Sally, justificada pelo berçário de clones dele e de Victoria, exibido em panorâmica durante a passagem de Jack por módulos da Tet, com versos do poema de Horácio os quais ele passa a compreender. O pai biológico de Jack Harper 49 não é Sally ou a própria Tet, mas seu doador Jack Harper. A morte do “protagonista” abre espaço para o clone 52 assumir as reminiscências de Julia Harper, resgatadas durante a luta com Jack 49 e, por extensão, a consciência ecológica ao habitar o oásis verde.

---

<sup>28</sup> “There is not Titan. They lied to us” (legenda em inglês do DVD).

<sup>29</sup> “I want Julia to live. I want our species to survive. This is the only way” (legenda em inglês do DVD).

<sup>30</sup> Enquanto aproxima-se da estação espacial e atravessa os módulos da Tet, o clone 49 de Jack memoriza a missão Odissey, cuja nave pilotava ao lado de Victoria e da qual desacoplou o módulo com a cápsula onde se encontrava Julia Harper, fazendo o mesmo retornar à Terra.

A representação mais emblemática da memória na narrativa cinematográfica é mediada pela montagem de sequências subsequentes, na passagem do *close* facial de Jack 49 e 52 para a panorâmica das imagens fruto das lembranças do passado, expressando o alargamento da consciência do clone em relação às perspectivas identitárias do doador; as imagens do passado em cores, referentes à consciência do técnico 49, legitimam a sua recuperação definitiva, daí a predisposição em destruir a estação espacial Tet. A angulação panorâmica também expande a representação da natureza no filme, do pequeno vaso de planta para a reserva verde, apontando a expectativa da conservação e ampliação dos espaços naturais.

A memória ecológica de um planeta verde é individual e coletiva, atrelada a uma identidade genética e pessoal comum ao doador e aos seus clones, estes responsáveis por prorrogar do passado para o presente e o futuro o repertório dos afetos. Assim, a narrativa indica a importância da memória dos afetos pretéritos na salvação da natureza. Se esta sofre, eles também sofrem.

### 3 MEMÓRIA E GÊNERO FÍLMICO

Baseados nestas constatações, podemos problematizar o gênero fílmico ambiental de *Oblivion*, considerando que algumas pistas podem contribuir, mas não resolver a questão. Os gêneros ambientais no cinema têm se ampliado desde os anos 1960 até esta década, de *Os Pássaros*(1962), de Alfred Hitchcock a *O Regresso*(2015), de Alejandro González Iñárritu: eco-horror, ecoanimal, eco-fábula, ecoanimação, eco-comédia, eco-documentário, ecoaventura, ficção climática.

Essa tentativa de categorização não implica na diferença rígida entre alguns destes gêneros ou de um ambiental e outro tradicional. Um filme pode ser ao mesmo tempo ecoanimal e ficção climática, ou também eco-horror e ficção científica. Já apontamos no início deste ensaio que *Oblivion* é o misto de ficção científica e drama. Também pretendemos tentar incidir o gênero ambiental nesta classificação. Diante do enredo do filme sobre as consequências ambientais (terremotos, tsunamis) da destruição da Lua, podemos insinuar, num primeiro momento, tratar-se de uma ficção climática.

Daniel Bloom (2014) classificou como *climate fiction* ou *cli-fi* as narrativas literárias e cinematográficas, entre outras, as quais antecipam as consequências das mudanças climáticas e da destruição do meio ambiente terrestre, apresentando ora as catástrofes responsáveis por esta destruição, ora um planeta pós-apocalíptico. Estas produções reforçam a ressalva ideológica do movimento ecológico: controle o aquecimento global e a preservação do planeta para evitar uma catástrofe de longo alcance, caso do filme *O dia depois de amanhã*.

Se a ficção climática tem o propósito de antecipar a catástrofe ambiental possível de acontecer caso o ser humano não preserve a natureza, *Oblivion* tem outras referências temporais. A antecipação sinaliza uma projeção para o futuro, já a memória indica que as referências do passado devem ser prorrogadas, portanto, como defende Paul Ricoeur, toda lembrança é carregada de passado, presente e futuro.

Além do filme aqui analisado ter a trama central em torno das consequências de um ataque alienígena, cujo incidente mais relevante do ponto de vista ambiental é a

destruição da Lua e as mudanças climáticas decorrentes, seu tempo narrativo é mais caracterizado por uma atemporalidade do que por uma mera antecipação do futuro. A mensagem do filme é a preservação dos ecossistemas naturais, e a memória transferida do doador biológico para seus clones garante esta atemporalidade ecológica. A vida humana e dos ecossistemas depende desta memória ambiental a ser multiplicada e massificada, e o clone, como vimos, é a metáfora da dobra da consciência ecológica.

Preferimos não classificar *Oblivion* como *climate fiction*, e não propomos um novo gênero fílmico ambiental. Atentamos ao fato do gênero do filme dever envolver as questões da memória, apesar de também ser futurista, e a conservação da natureza. Nosso propósito aqui é oferecer discussões ao debate e a uma nova classificação; a crítica internacional especializada pode problematizar a questão sinalizando uma nova vertente de ficção climática, caracterizada pela antecipação do futuro e a memória ecológica, ou até mesmo precarizar as representações da narrativa devido às catástrofes serem subsequentes a uma guerra interplanetar, pouco prevista entre os pesquisadores mais céticos.

Da nossa parte, mostramos que a consciência apresentada no filme depende do despertar do transe anti-ambientalista para a importância dos recursos naturais ainda sobreviventes em nosso tempo. A finalidade é burlar o esquecimento, o *oblivion* do estado de conservação do planeta, pois o futuro depende do resgate de um passado sempre visto como mais acolhedor ecologicamente.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997. 275 p.

BLOOM, Daniel. **Climate change has created a new literary genre**. Disponível em: <[www.washingtonpost.com/posteverything/wp/2014/07/11/climate-change-has-created-a-new-literary-genre/](http://www.washingtonpost.com/posteverything/wp/2014/07/11/climate-change-has-created-a-new-literary-genre/)>. Acesso em: 27 fev. 2016.

COMPARATO, Doc. **Da criação ao roteiro**. 3 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1998. 448 p.

HOGEMANN, Edna Raquel. **O respeito à pessoa humana e a polêmica da identidade pessoal e genética do ser clonado**. Disponível em: <[http://www.academia.edu/2153024/O\\_respeito\\_%C3%AO\\_pessoa\\_humana\\_ea\\_pol%C3%AAmica\\_da\\_identidade\\_pessoal\\_e\\_gen%C3%A9tica\\_do\\_ser\\_clonado](http://www.academia.edu/2153024/O_respeito_%C3%AO_pessoa_humana_ea_pol%C3%AAmica_da_identidade_pessoal_e_gen%C3%A9tica_do_ser_clonado)>. Acesso em: 27 fev. 2016.

OBLIVION. In: DICIONÁRIO Collins Gem: inglês - português, português - inglês. Glasgow: HarperCollins, 2001. 623 p. p.181.

OBLIVION. Produção de Joseph Kosinski. Manaus: AMZ Mídia Industrial S.A, 2013. 1 DVD (124 min), DVD, sonoro, colorido. Legendado em português.

O DIA DEPOIS DE AMANHÃ. Produção de Roland Emmerich. [S.l.]: Fox - Sony DADC, 2004. 1 DVD (123 min), DVD, sonoro, colorido. Legendado em português.

O REGRESSO. Produção de Alejandro González Iñárritu. [S.l.]: Fox - Sony DADC, 2016. 1 DVD (156 min), DVD, sonoro, colorido. Legendado em português.

OS PÁSSAROS. Produzido por Alfred Hitchcock. [S.l.]: Universal Filmes, 1963. 1 filme no site do Youtube (120min.), sonoro, colorido. Dublado em Português. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=d2Af7qrIOZI>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007. 535 p.

“O grupo de pesquisa **Mídia, conhecimento e meio ambiente: olhares da Amazônia** (CNPq/UFRR) foi criado em 2015 com o propósito de reunir áreas disciplinares e interdisciplinares engajadas com a preservação ambiental e contra as tentativas e as práticas veladas e declaradas de sua destruição. Este e-book legitima esse compromisso reunindo artigos e ensaios sobre divulgação científica, jornalismo, marketing e cinema, todos trabalhos científicos que tomam pra si a importância de informar para preservar”.

ISBN 858288109-5



9 788582 881095